



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria-Geral de Planejamento

ESTUDO SOCIOECONÔMICO 2005

MANGARATIBA

OUTUBRO 2005

MANGARATIBA

Conselho Deliberativo

Presidente

José Gomes Graciosa

Vice-Presidente

Marco Antonio Barbosa de Alencar

Conselheiros

Aluisio Gama de Souza

José Leite Nader

José Maurício de Lima Nolasco

Jonas Lopes de Carvalho Junior

Julio Lambertson Rabello

Ministério Público Especial

Horácio Machado Medeiros

Secretário-Geral de Planejamento

Horácio de Almeida Amaral

Secretária-Geral de Controle Externo

Maria Luiza Bulcão Burrowes

Secretário-Geral de Administração

Carlos César Sally Ferreira

Secretário-Geral das Sessões

Mauro Henrique da Silva

Procurador-Geral

Sylvio Mário de Lossio Brasil

Chefe de Gabinete da Presidência

Maria Veronica de Souza Madureira

Diretor da Escola de Contas e Gestão

José Augusto de Assumpção Brito

**Coordenador de Comunicação Social,
Imprensa e Editoração**

Álvaro Miranda

Arte e Editoração:

Coordenadoria de Comunicação Social, Imprensa e Editoração

Praça da República, 70/2º andar

20211-351 - Rio de Janeiro - RJ

Tels.: (21) 3231 4134 / (21) 3231 5283

www.tce.rj.gov.br

ccs@tce.rj.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro apresenta a quinta edição dos “Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses”, abrangendo o período de 1999 a 2004. Este trabalho teve início na gestão do Presidente, Conselheiro José Gomes Graciosa, que determinou à Secretaria-Geral de Planejamento a elaboração de um banco de dados capaz de servir de fundamento para a elaboração de políticas públicas efetivas no âmbito municipal, assim como de base para consulta pelos diversos interessados na realidade e no desenvolvimento dos municípios fluminenses. Nosso objetivo é apresentar o desempenho de diversas áreas sociais e de governo em cada município fluminense. O administrador tem aqui maiores subsídios para que sejam tomadas melhores decisões no atendimento às necessidades da população. Servem, também, como referência para políticos, técnicos, pesquisadores, estudantes e todos os que tenham interesse em conhecer um município específico, uma determinada região de nosso Estado, ou todo o seu conjunto.

No plano econômico, o ano de 2004 foi caracterizado por resultados que sistematicamente superaram as expectativas. As previsões feitas por especialistas do setor privado, coletadas e divulgadas pelo Banco Central nas primeiras semanas de 2004, indicavam uma expansão do PIB a preços de mercado ao redor de 3,5%. A taxa de crescimento registrada ao final do ano foi de 4,9%. O bom desempenho do PIB em 2004 se deveu, em larga medida, ao avanço da produção industrial, de 7,7%, da construção, de 5,9%, e do comércio, de 7,9%. As duas últimas atividades haviam registrado queda no ano anterior. O resultado marca também a retomada do Consumo das Famílias, que cresceu 4,3%, recuperando-se do recuo de 1,5% ocorrido em 2003. Contribuíram para este resultado a elevação de 1,5% da massa salarial, em termos reais, e a elevação em 22,2%, em termos nominais, do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas.

Outro resultado que surpreendeu foi o crescimento de 17,9% das exportações, taxa duas vezes maior do que a obtida em 2003. Os investimentos também contribuíram de forma vigorosa para o fortalecimento da demanda por bens e serviços, com a aquisição de máquinas e equipamentos pelas empresas superando em 19,3% o volume referente a 2003. O aumento do nível de atividade, por sua vez, elevou as importações em 14,3%. Mesmo assim, o país alcançou um saldo em sua balança comercial de 33,7 bilhões de dólares, o maior da história.

Nos meses finais do ano, o crescimento da economia brasileira começou a se desacelerar. Em parte esse desfecho era previsível, pois em vários segmentos já se observava o aparecimento de limites físicos à expansão da produção. Houve também a ação do Banco Central, que elevou sucessivamente a taxa de juros, com o objetivo de manter a inflação dentro da meta. Com a economia aquecida e a elevação dos preços internacionais não só do petróleo, mas também de produtos como o aço e outros insumos, o risco de um aumento da inflação não poderia ser descartado.

Apesar das condições propícias ao crescimento, a economia do Rio de Janeiro teve um desempenho inferior ao da média nacional, pelo segundo ano consecutivo. Estimativas preliminares produzidas pela Fundação Getúlio Vargas, apontam o crescimento do PIB fluminense em 2004 em cerca de 1,3%, segundo dados do IBGE.

MANGARATIBA

O fraco desempenho do Estado do Rio de Janeiro foi determinado principalmente pelo diferencial de crescimento das indústrias de transformação e extrativa mineral em relação ao destes mesmos segmentos no restante do país. Juntas, elas foram responsáveis por quase 70% do diferencial entre o crescimento do PIB nacional e do PIB fluminense em 2004.

A paralisação temporária da operação de algumas plataformas petrolíferas da Bacia de Campos fez com que a produção do setor extrativo mineral no Estado, representado quase que exclusivamente por petróleo e gás, decrescesse 3,6%. A divergência de resultados foi acentuada pela dependência que a economia fluminense adquiriu nos últimos anos em relação à indústria extrativa. Segundo dados do IBGE, em 2002, a participação da atividade extrativa no PIB fluminense alcançou 23,9%, diante de um peso de apenas 3,9% no PIB nacional.

Em 2004, a produção da indústria de transformação fluminense cresceu 3,8%. Apesar de este ser o maior crescimento do setor em mais de 10 anos, a taxa foi a menor entre os 13 estados acompanhados sistematicamente pelo IBGE. A decomposição setorial do resultado da indústria de transformação fluminense em 2004 mostra que as maiores contribuições para o crescimento vieram dos gêneros veículos automotores (contribuição de 1 ponto percentual - p.p.), refino de petróleo e álcool (0,9 p.p.), minerais não metálicos (0,9 p.p.) e bebidas (0,6 p.p.).

Novamente, a pequena diversificação da indústria do Estado explica o fraco resultado em comparação com o da média do país. Como exemplo, gêneros como os de máquinas e equipamentos e de material eletrônico e equipamentos de comunicação, responsáveis por cerca de 1,4 ponto percentual do crescimento da indústria de transformação no plano nacional, possuem participação desprezível na economia fluminense.

O PIB fluminense, estimado em aproximadamente R\$203 bilhões, correspondeu, em 2004, a cerca de 12,1% do PIB nacional, abaixo dos 12,6% estimados para o ano anterior, que por sua vez já haviam ficado abaixo do recorde recente, de 12,8%, alcançado em 2002. A economia fluminense que, nos últimos anos da década passada e no início da atual, vinha crescendo a taxas mais elevadas que as do país, permaneceu estagnada no biênio 2003-2004, enquanto a economia nacional deu um salto, ao crescer cerca de 5,8%.

A receita tributária do Estado do Rio de Janeiro totalizou R\$ 15.382 milhões, em 2004, crescendo 11,16%, em termos reais, em relação ao ano de 2003. A receita de ICMS, principal imposto estadual, cresceu 8,95% em relação a 2003. O setor de serviços, principal atividade arrecadadora de ICMS no Estado até 2003, teve sua participação no total de receitas reduzida em 2004, apesar de ter apresentado crescimento de 2,56%. O principal aumento verificou-se no setor de comércio atacadista, onde a receita cresceu 21,29% em relação a 2003. A receita arrecadada na indústria também teve desempenho destacado, crescendo 15,37% e superando em participação o setor de serviços. O aumento da arrecadação proveniente da indústria foi impulsionado, principalmente, pelo setor petrolífero-petroquímico.

As transferências federais para o Rio de Janeiro totalizaram R\$ 1.384 milhões em 2004, apresentando um crescimento real de 12,62% em relação a 2003. O FUNDEF, que em 2003 representava mais da metade do total, cresceu somente 3,04% em 2004, o que fez com que sua participação se reduzisse de 53,57% para 48,94%.

Apesar da queda na produção de petróleo, a alta do preço ao longo de 2004 permitiu que houvesse um incremento substancial nas receitas das participações governamentais. Em 2004, foram arrecadados no Estado do Rio de Janeiro R\$ 1,041 bilhão em royalties e R\$ 2,044 bilhões em participações especiais, totalizando R\$ 3,086 bilhões. As receitas de royalties cresceram 14,75% em relação a 2003. Já as oriundas de participações especiais não obtiveram um crescimento tão significativo, aumentando 4,25% em relação a 2003. As receitas destas participações governamentais representaram a segunda mais importante fonte de receita do Estado.

Em 2004, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), perdeu para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) a posição de local com a menor taxa de desemprego, no âmbito da Pesquisa Mensal de Emprego. Entre 2003 e 2004, a taxa média de desemprego na RMRJ baixou de 9,21% para 9,05%. Enquanto isto, na RMPA, a taxa de desemprego, que foi de 9,48% em 2003, caiu para 8,73%, em 2004. Na média das seis regiões, a taxa de desemprego baixou de 12,34% para 11,56%.

Em relação ao emprego formal, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o Estado do Rio de Janeiro apresentou crescimento médio de 3,19%, enquanto a média nacional foi de 4,05%. Dos 20 municípios com o maior número de pessoas ocupadas em empregos formais, os que apresentaram as maiores elevações percentuais no número de contratações foram: Rio Bonito (16,97%), Angra dos Reis (8,92%) e Macaé (6,51%). Apesar de apresentarem as maiores elevações no emprego formal, estes municípios representam conjuntamente 4% dos vínculos ativos no Estado.

Para o ano de 2005, apesar do contexto mais geral de desaceleração da atividade econômica, o Estado do Rio de Janeiro poderá se beneficiar da recuperação, já em curso, da extração de petróleo. Com a operação das plataformas voltando à normalidade, o aumento da produção em 2005 pode alcançar taxas expressivas, especialmente na comparação com o reduzido volume obtido em 2004. A este fator, deve-se acrescentar o efeito da permanência do preço em níveis superiores a 50 dólares por barril. Se isto se verificar, o que é previsível, o preço médio do petróleo em 2005 será mais de 10 dólares superior ao referente a 2004.

Esta combinação de preços e volumes extraídos de petróleo em alta pode recolocar o crescimento econômico do Estado do Rio de Janeiro em posição de maior relevo na comparação com outras unidades da federação. Mesmo com a concretização deste resultado, não há como negar que a estrutura econômica do Estado requer maior diversificação. A participação da indústria extrativa no PIB estadual supera a da manufatura, mas seus efeitos indiretos sobre o emprego e a renda em suas respectivas áreas de influência são, sabidamente, de menor magnitude.

Os *royalties*, por sua vez, são uma oportunidade para que os municípios mais aquinhoados promovam investimentos que tragam dinamismo à economia local. Mesmo aqueles demais municípios fora do polígono do petróleo também estão sendo beneficiados pelo repasse legal que o Estado executa sobre os seus *royalties*. Em muitos deles, tais cifras são representativas e devem ser utilizadas em políticas públicas de longo prazo visando à sustentabilidade no futuro, e não para simples elevação de despesas de custeio.

O governo do século XXI deve ser centrado no cidadão. A transparência e a responsabilidade fiscal são, hoje, pauta diária de todos os gestores. Os legisladores

MANGARATIBA

criaram mecanismos de controle de receitas, despesas e endividamento, estabeleceram a gestão fiscal pautada no aumento da arrecadação, no controle dos gastos, no uso adequado dos recursos e na prestação de contas feita em linguagem acessível a qualquer cidadão.

O planejamento passa a ser um processo permanente, obedecendo a princípios técnicos, com vistas ao desenvolvimento econômico e social e à contínua melhora das condições de vida da população, gerando transformações positivas. Programas passaram a ser a unidade básica de organização do PPA e o módulo de integração do Plano com o orçamento. Os programas, por sua vez, devem referir-se à solução de problemas precisamente identificados, com seus produtos estabelecidos, e metas e custos quantificados. Sua execução deve ser monitorada e seus resultados avaliados mediante indicadores especificamente construídos, uma vez que só é possível avaliar o que se pode medir.

A profissionalização dos servidores públicos, portanto, deve substituir a tradicional relação de tutela pela avaliação de desempenho. A capacitação e conscientização continuada do pessoal existente e a contratação de novos quadros deve propiciar as mudanças necessárias à cultura organizacional e poderá, ainda, garantir a continuidade administrativa às alternâncias políticas que ocorrem a cada novo mandato. Tais mudanças estão ocorrendo desde a União, passando pelos Estados, alcançando os municípios maiores, e chegando aos menores. É questão de tempo, pois tal avanço é inexorável.

Continuamos com o firme propósito de evidenciar a necessidade de se estabelecer um conjunto de indicadores sobre as diversas áreas sociais e de governo, de modo a orientar prioridades, objetivos e programas no PPA, na LDO, na LOA e nas suas alterações posteriores através dos créditos adicionais, ajustando-se os instrumentos de ação para alcançar melhores resultados junto à população.

A presente edição é uma coleção de noventa e um estudos de cada município jurisdicionado a este Tribunal de Contas, além de um caderno que compara os desempenhos das finanças dos mesmos municípios, e foi elaborada pelo Núcleo de Estudos Socioeconômicos desta Secretaria-Geral, coordenado por Marcelo Franca de Faria Mello, assessorado pela Técnica Elisabeth Maria Cianella Lopes. Colaborou Luana Figueiredo Ferreira Lós de Sousa.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO

Outubro 2005

SUMÁRIO

I. Histórico.....	8
II. Caracterização do Município.....	9
Aspectos turísticos	13
Uso do solo	16
Outros aspectos ambientais.....	20
III. Indicadores Sociais.....	23
Educação	27
Saúde.....	43
Trabalho e renda.....	51
IV. Indicadores Econômicos	63
V. Indicadores Financeiros.....	80
VI. Conclusão	92
Referências bibliográficas	94

MANGARATIBA

I - HISTÓRICO¹

Proveniente da junção de duas palavras de origem indígena (“mangara” – ponta da banana e “tiba” – local onde existe abundância), a exploração do território do município verificou-se por volta de 1534, época em que foram doadas as capitanias hereditárias. A razão primordial que impediu o rápido progresso de sua colonização foi a presença dos índios tamoios, que não davam tréguas aos desbravadores, saqueando-lhes as moradias e as lavouras. Só a partir de 1619 fez o governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, vir de Porto Seguro índios tupiniquins já catequizados para, com os jesuítas e seu filho Salvador Corrêa de Sá e Benevides, implantar aldeamentos na região, próximo à praia denominada São Brás. Somente em 1700, no entanto, os índios construíram uma capela dedicada ao culto de Nossa Senhora da Guia, em local onde hoje é a sede do município.

De 1764 a 1818, o território da freguesia de Mangaratiba fez parte do município de Angra dos Reis, passando a pertencer a Itaguaí com a criação desse município até 1831, quando a antiga aldeia foi elevada à categoria de vila, conquistando emancipação política através do Decreto de 11 de novembro daquele ano, com a denominação de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba.

A exemplo do que sucedeu na quase totalidade dos municípios fluminenses, a escravatura exerceu um papel preponderante na formação econômica e social de Mangaratiba. Do esplendor daquela época restam poucas construções e algumas ruínas. Pelo seu porto transitavam mercadorias vindas de todas as regiões do Brasil e do mundo. Do interior de São Paulo e de Minas, afluíam os gêneros e artigos a serem exportados.

Mangaratiba também beneficiou-se do surto da expansão cafeeira como porto de escoamento da produção do Vale do Paraíba, por onde se chegava via picadas de tropeiros pela Serra do Mar, e como sede de grandes fazendas que se espraiavam até Paraty. Com o aumento da produção, tornou-se necessária a abertura de uma estrada mais larga, que foi inaugurada pelo Imperador D. Pedro II sob denominação “Estrada Imperial”.

A grande dificuldade de acesso terrestre permanente e a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, ligando o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba na segunda metade do século XIX, fez com que progressivamente minguasse a atividade comercial de Mangaratiba. A abolição da escravatura extinguiu a agricultura dos latifúndios locais resultando em quadro de total abandono.

Em 1892, a freguesia de Mangaratiba e ilhas adjacentes foram incorporadas ao então município de São João Marcos, mas readquiriu sua autonomia municipal, com a instalação dando-se no dia 17 de dezembro do mesmo ano. Em 1910, ramal de estrada de ferro, oriunda de Santa Cruz, chega a Itaguaí e, no ano seguinte, a Coroa Grande e Itacuruçá.

Finalmente, em 1914, festejou Mangaratiba a chegada da primeira locomotiva que a traria de volta ao cenário econômico do Estado. A construção do Rodovia Rio-Santos, a implantação de grandes empreendimentos como o Hotel Portobello, o Clube Mediterané e o Porto Real Resort, e os já tradicionais passeios de escuna pelas ilhas da região a partir de Itacuruçá ajudaram a consolidar o turismo como principal fonte de renda do município.

1 - Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXII – IBGE, 1959 e sítio www.turisrio.rj.gov.br/minisite/destino.asp.

II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Mangaratiba pertence à Região da Costa Verde, que também abrange os municípios de Angra dos Reis, Itaguaí e Paraty.



O município tem uma área total² de 361,8 quilômetros quadrados, correspondentes a 15,1% da área da Região da Costa Verde.

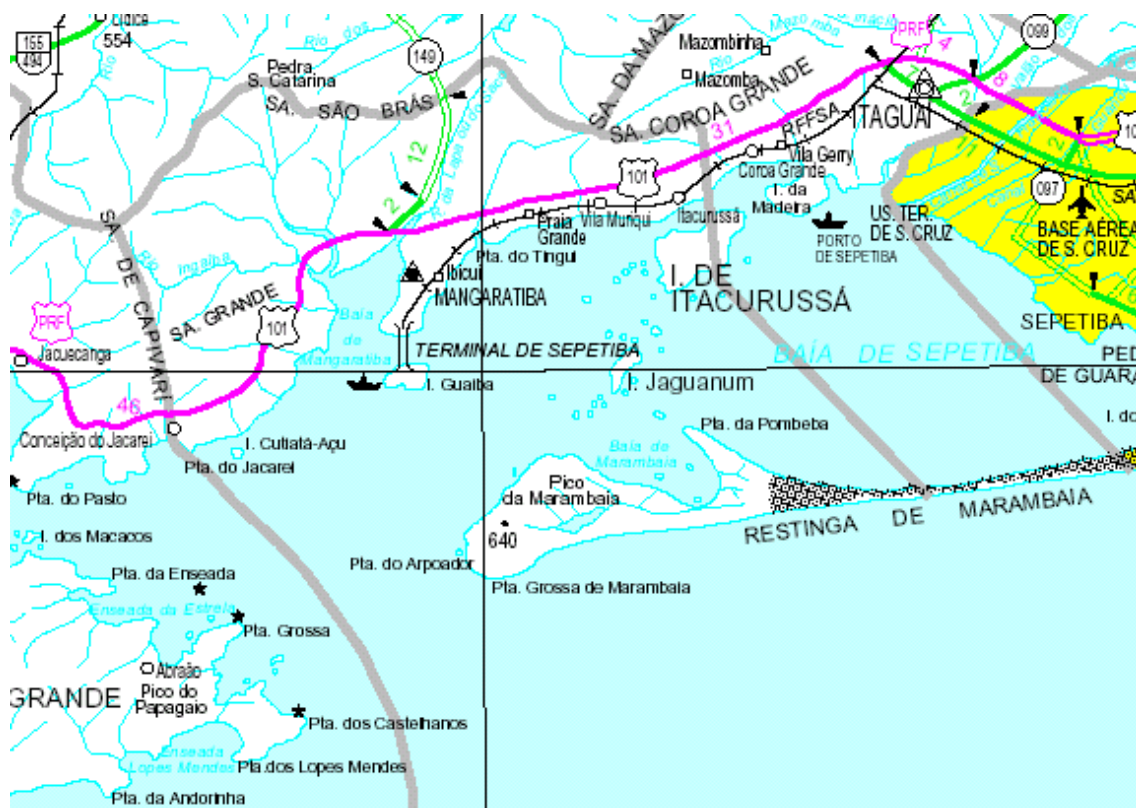
Juntamente com Angra dos Reis e Paraty, hoje Mangaratiba tem na indústria do turismo e de veraneio sua maior expressão, graças à BR-101 – a Rio-Santos, que atravessa todo seu território, de leste a oeste. A rodovia RJ-149 segue rumo norte, em leito natural, para o distrito de Serra do Piloto e para o município de Rio Claro.

Com relação à rodovia BR-101 – Sul – Rio - Santos, a FIRJAN³ pleiteia a duplicação do trecho Avenida Brasil – Itacuruçá, que passa pelos municípios da capital, de Itaguaí e Mangaratiba.

2 - IBGE/CIDE – 2002.

3 - FIRJAN – Agenda Brasil 2003 – Temas Prioritários.

MANGARATIBA



De acordo com o censo de 2000, Mangaratiba tinha uma população de 24.901 habitantes, correspondentes a 9,7% do contingente da Região da Costa Verde, com uma proporção de 102,8 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 73 habitantes por km², contra 66 habitantes por km² de sua região. Sua população estimada em 2004 ⁴ é de 28.480 pessoas.

O município apresentou ⁵ uma taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 3,72% ao ano, contra 3,47% na região e 1,30% no Estado. Sua taxa de urbanização corresponde a 79,8% da população, enquanto que, na Região da Costa Verde, tal taxa corresponde a 88,6%.

Mangaratiba tem um contingente de 26.555 eleitores ⁶, correspondentes a 93% do total da população. O município tem um número total de 19.812 domicílios ⁷, com uma taxa de ocupação de 37%. Dos 12.464 domicílios não ocupados, 89% têm uso ocasional, demonstrando o forte perfil turístico local.

A distribuição da população na região do município e no Estado, de acordo com o Censo 2000, dava-se conforme gráficos a seguir:

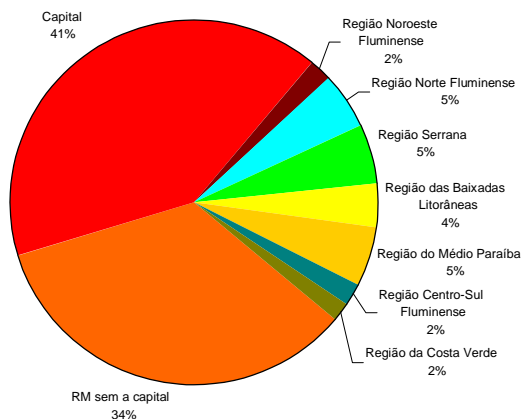
4 - IBGE.

5 - Fundação CIDE.

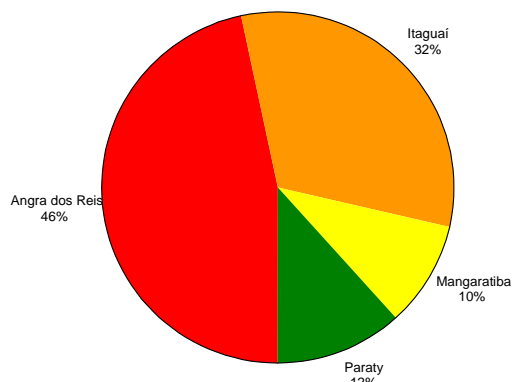
6 - TSE – Dados de 2004.

7 - IBGE – Censo 2000.

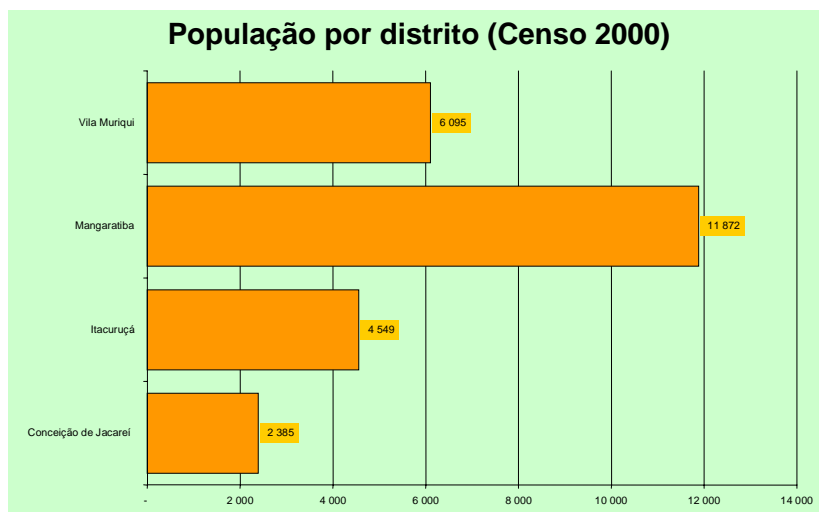
Distribuição da população



Distribuição da população na Região da Costa Verde



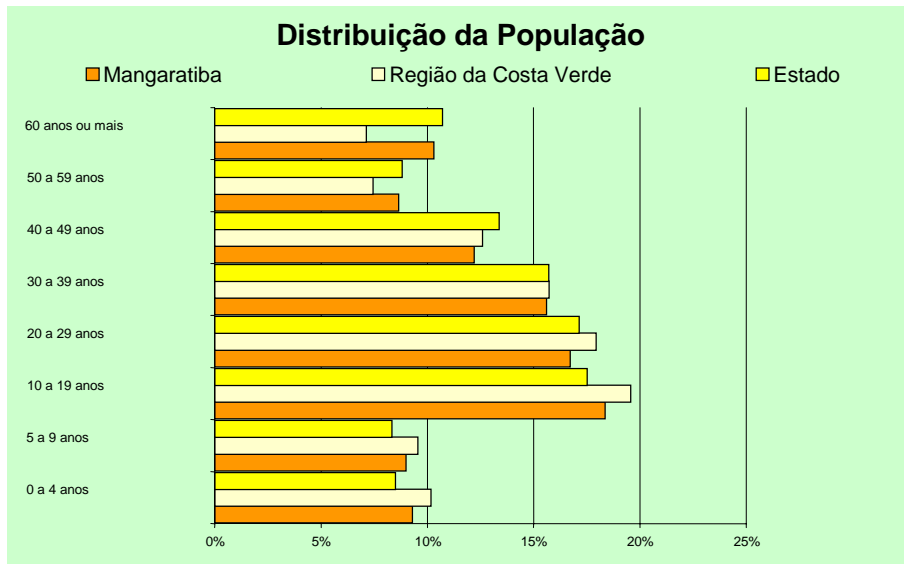
A população local distribui-se no território municipal conforme gráfico a seguir:



Nota: Os dados do IBGE não mencionam os distritos Praia Grande e Serra do Piloto. No entanto, o somatório das populações acima confere com o total do Censo 2000.

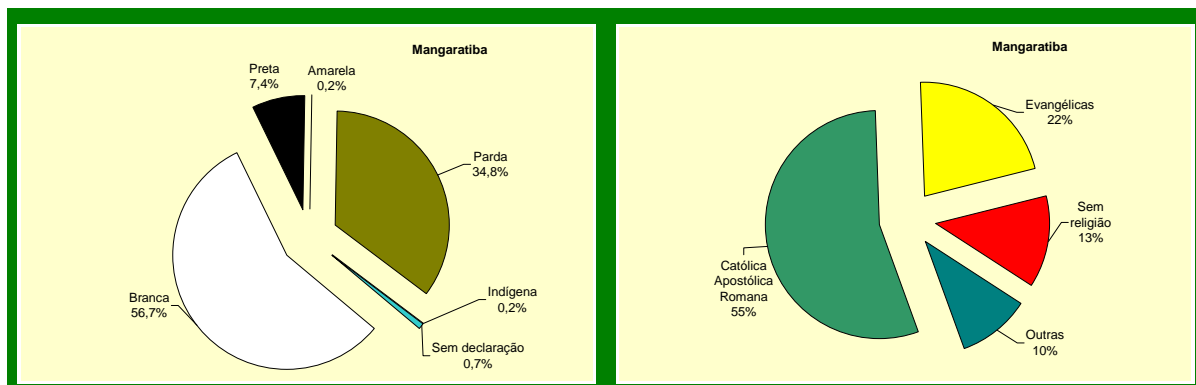
MANGARATIBA

A população residente, por grupos de idade, apresenta o quadro abaixo, em comparação com a região do município e o Estado:



Ao examinarmos o gráfico, percebemos que a faixa etária predominante encontra-se entre os 10 e 39 anos, e que idosos representam 10% da população do município, contra 18% de crianças entre 0 e 9 anos.

Apresentamos, a seguir, as distribuições de cor ou raça da população do município, assim como por religião:



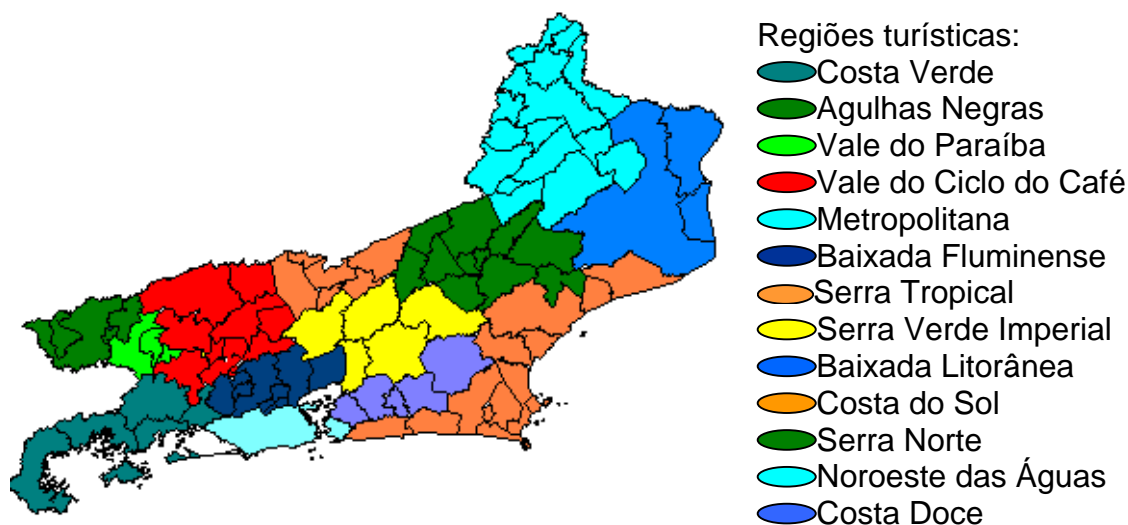
Percebe-se que há uma predominância de pessoas que se declaram brancas, representando 56,3% da população, contra 42,2% de afrodescendentes e que o número de católicos, 55%, é superior a soma dos praticantes de outras religiões.

Mangaratiba possui 2 agências de correios⁸, uma agência bancária⁹ e 13 estabelecimentos hoteleiros¹⁰. Quanto aos equipamentos culturais¹¹, o município não dispõe de cinema nem museu, mas tem 1 teatro alternativo e 1 biblioteca.

• **Aspectos turísticos**¹²

O turismo proporciona diversos benefícios para a comunidade, tais como geração de empregos, produção de bens e serviços e melhoria da qualidade de vida da população. Incentiva, também, a compreensão dos impactos sobre o meio ambiente. Assegura uma distribuição equilibrada de custos e benefícios, estimulando a diversificação da economia local. Traz melhoria nos sistemas de transporte, nas comunicações e em outros aspectos infra-estruturais. Ajuda, ainda, a custear a preservação dos sítios arqueológicos, dos bairros e edifícios históricos, melhorando a auto-estima da comunidade local e trazendo uma maior compreensão das pessoas de diversas origens.

A Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, a Turisrio, apresenta os potenciais turísticos do Estado divididos em treze regiões distintas, conforme suas características individuais.



Angra dos Reis, com destaque para Ilha Grande; Mangaratiba, com destaque para Itacuruçá; Paraty e Rio Claro pertencem à **região turística Costa Verde**, abrangendo espaço geográfico do Estado conforme mapas a seguir:

8 - ECT- 2003.

9 - BACEN - 2003.

10 - MTE-RAIS - 2002.

11 - SEBRAE - 2000.

12 - Para maiores informações, consulte o *site* www.turisrio.rj.gov.br.

MANGARATIBA



Mangaratiba é um município famoso por sua localização entre as Baías da Ilha Grande e de Sepetiba, conhecidas pela variedade da pesca e locais de mergulho. A região possui um litoral recortado, cheio de reentrâncias naturais, de águas interiores e abrigadas, nas quais existem várias enseadas, ilhas e muitas praias, com águas verdes e transparentes, que vão de Conceição de Jacareí, ao lado de Angra, por toda a costa até Itacuruçá, divisa com Itaguaí.

A parte oeste da baía de Sepetiba é pontilhada por ilhas e faixa litorânea composta de praias, baixadas e terras pantanosas, com grande extensão navegável. Já a baía de Mangaratiba é pouco profunda, propiciando navegação de embarcações de pequeno calado, esportes náuticos e pesca.

O município tem uma característica própria, pois diversas localidades e sedes de distritos são pólos turísticos com muitas casas de veraneio, como Conceição de Jacareí, o bairro do Saco, Ibicuí, Praia Grande, Muriqui, Itacuruçá e ilhas.

Graças à sua situação privilegiada na Baía de Sepetiba, Itacuruçá foi escolhida pelas empresas de turismo marítimo para base de operações de passeios mundialmente famosos, conhecidos como “Ilhas Tropicais”. Ali também se encontra a Delegacia da Capitania dos Portos. O distrito resiste o quanto pode à invasão do progresso desordenado. Suas ruas estreitas e calçadas de paralelepípedo sempre limpas, ainda exibem o casario do início do século, e as famílias ainda sentam-se em cadeiras nas calçadas.

Os melhores locais para pesca estão próximos às ilhas de Itacuruçá, Bandolim, Jaguanum e Restinga de Marambaia. Entre as diversas espécies encontradas destacam-se o camarão, a garoupa, a corvina, o robalo, o linguado, a sardinha e a sororoca.

Atrações naturais

- Cachoeira da Bengala, seguindo trilha rústica chega-se à queda d'água, que forma uma piscina natural cercada de vegetação da Mata Atlântica.
- Cachoeira de Conceição de Jacareí, a 1,5 km do centro dessa localidade, é uma cachoeira com pedra lisa com 8m de altura que forma um escorregador para se alcançar uma grande piscina natural .

- Cachoeira do Rubião, através de trilha de 1 km de extensão através da mata, encontra-se uma piscina natural, formada pela queda d'água da cachoeira denominada "Véu da Noiva".
- Ilha de Itacuruçá, ao lado da localidade Itacuruçá, possui um pico que se eleva a 334m de altitude. Circundada por ilhas com aldeias de pescadores, hotéis, restaurantes e residências de veraneio . As principais praias visitadas por saveiros são Grande, Águas Lindas, Cabeça de Boi e das Flexeiras .
- Ilha de Jaguanum, a 5 milhas náuticas de Itacuruçá, é uma área propícia à pesca. As praias são muito visitadas por saveiros, com destaque para a de Araçá .
- Poção, piscina natural formada por três cachoeiras com alguns bares e residências em torno.
- Praias Brava, Cabeça de Boi, da Junqueira / Ribeira, da Viola, das Flexeiras, das Pitangueiras, de Águas Lindas, de Araçá, de Estopa, de Itacuruçá / Bela Vista, de Jacareí, de Mangaratiba, de Muriqui / João Mudo, do Catita / Canto, do Saco, do Saí e do Saizinho, do Sul, Grande, Vermelha / Mansa.

Atrações culturais

- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia, revestida de azulejos portugueses em sua fachada frontal e torre sineira.
- Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Jacareí, de linhas simples e despojadas, fica localizada na praia daquela localidade.
- Igreja de Nossa Senhora das Dores, situada na ilha da Marambaia, remonta de 1760.
- Igreja de Nossa Senhora de Sant'ana, localizada em Itacuruçá, foi construída em 1840 e fica situada à frente de uma praça com vista para a Ilha e o Canal de Itacuruçá. Como entorno destaca-se o casario simples, de um só pavimento e, emoldurando a face posterior da igreja, os exuberantes contrafortes da Serra do Mar.
- Igreja de São João Marcos, na Serra do Piloto, é rústica e foi construída a mão por um Padre, com material transportado em lombo de animais, constituído principalmente de barro, cinza e tabatinga. Ali está localizado o Cruzeiro do antigo povoado de São João Marcos (inundado pela represa de Ribeirão das Lages).
- Igreja de São Pedro, na ilha de Jaguanum, foi construída em 1884 e fica situada junto à praia, circundada por densa arborização.
- Centro Cultural Cary Cavalcanti, localizado em um prédio de belas linhas arquitetônicas, talvez de meados do século XIX . Atualmente são realizados shows, peças teatrais, exposições, etc. Foram construídas nos fundos do terreno salas onde são programados cursos de arte, artesanato etc.
- Cruzeiro de Pedra, marco de fundação da cidade de Mangaratiba, trazido de Portugal em 1700 e inaugurado em 1885, fica localizado em frente à Igreja de N.S. da Guia.

MANGARATIBA

- Estação Ferroviária de Itacuruçá, datada de 1911, marca o início da construção da Estrada de Ferro no município. Atualmente funciona o Centro Ferroviário de Cultura de Itacuruçá.

- Estrada do Príncipe, conserva pavimentação feita por escravos, em pedra de mão, e estende-se por cerca de 2 km dentro da Mata Atlântica, encontrando-se, em todo o seu percurso, ruínas do período colonial.

- Estrada Imperial, histórica rota que liga Mangaratiba a Rio Claro através da Serra do Piloto, com cerca de 40 km de extensão. É considerada a primeira estrada de rodagem do Brasil, construída por D. Pedro II em 1856, para atender ao escoamento da produção de café do Vale do Paraíba para o Porto de Mangaratiba. Em seu percurso encontram-se marcos de engenharia de época, como o Bebedouro da Barreira, pedras de milha, pontes, sistema de escoamento de águas pluviais e a Cachoeira dos Escravos.

- Ruínas do Antigo Teatro, consideradas as mais importantes do Sítio Histórico da Estrada Imperial. Construção assobradada, de linhas simples, erguida na primeira metade do século XIX. Segundo a tradição, ali foi edificado um teatro pelos Barões do Café, para seu entretenimento.

- Solar do Barão de Sahy, construção de meados do século XIX, em estilo neoclássico. Restaurado e hoje totalmente recuperado, tornou-se um espaço cultural com sala de vídeo, sala para exposições e centro de artesanato.

- Ruínas do Porto do Sahy, localizadas a 7 km de Mangaratiba, na divisa da Praia do Saí e do Saizinho, são vestígios do antigo porto de escoamento da produção de café e do comércio de escravos.

- Ruínas do Povoado do Saco - As primeiras construções do povoado do Saco de Mangaratiba datam de 1830.

- **Uso do solo**

Em maio de 2003, a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE publicou o IQM – Verde II, seqüência do primeiro estudo, lançado em julho de 2001. Ambos comparam as áreas cobertas pelos remanescentes da cobertura vegetal com as ocupadas pelos diversos tipos de uso do solo, criando, desta forma, o Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (**IQUS**). O monitoramento dos diferentes ambientes fitoecológicos pode servir de guia para o estabelecimento de políticas públicas confiáveis. As informações do mapeamento digital têm base em dados coletados em 1994 (primeiro IQM) e em 2001 (segundo estudo).

No Estado do Rio de Janeiro o mapeamento de uso do solo e cobertura vegetal teve a seguinte evolução:

Uso do solo	Área em km ² (1994)	%	Área em km ² (2001)	%
Pastagens	19.556	44,5	21.669	49,4
Florestas ombrófilas densas (formações florestais)	7.291	16,6	4.211	9,6
Capoeiras (vegetação secundária ¹³)	6.814	15,5	8.071	18,5
Área agrícola	4.135	15,5	4.167	9,5
Restingas, manguezais, praias e várzeas (formações pioneiras)	1.900	4,3	1.579	3,6
Área urbana	1.846	4,2	2.763	6,3
Corpos d'água	995	2,3	921	2,1
Não sensoriado	586	1,3	0	0,0
Área degradada	506	1,2	132	0,3
Afloramento rochoso e campos de altitude	241	0,5	175	0,4
Outros	39	0,1	132	0,3
Total	43.910	100,0	43.864	100,0

São relevantes as mudanças ocorridas em um período de apenas sete anos, durante os quais, campos e pastagens cresceram 11%, sem que isso signifique aumento da produção pecuária. As formações florestais foram reduzidas em 42% de sua área original, enquanto a vegetação secundária crescia 19%. Não houve expressividade no aumento de um ponto percentual em área agrícola. As formações pioneiras foram reduzidas em 16% e áreas urbanas aumentaram seu tamanho em 50%.

Em uma primeira análise do conjunto do Estado no ano de 2001, podemos destacar que:

- Quarenta e oito municípios fluminenses tinham mais de 50% de sua área ocupada por campo/pastagem, destacando-se os municípios de Italva, São José de Ubá, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, Itaocara, Itaperuna e Aperibé, com média de 90%.
- Cinquenta e três municípios tinham menos de 1% de sua área coberto por florestas. Em todo o Estado, só restam 19% de áreas com florestas primárias ou secundárias antigas em estágio avançado, restingas arbóreas e savana estépica. Se for considerada a área de floresta secundária de inicial a médio estágio de regeneração natural, a cobertura arbórea atinge 28% do território, ou seja, 12.400 quilômetros quadrados. Cabe ressaltar que 64% das florestas do Rio estão localizados em unidades de conservação da União e do Estado.
- Com relação a vegetação secundária, vinte e dois municípios têm mais de 30% de seu território com esse tipo de cobertura do solo. Cordeiro, Teresópolis e Engenheiro Paulo de Frontin atingiram a média de 50%.

13 - De acordo com a Resolução CONAMA nº 010, de 01/10/93, a vegetação secundária é resultante de processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação natural por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária.

MANGARATIBA

- A agricultura não é desenvolvida em trinta municípios, e outros vinte e sete têm menos de 1% de área plantada. Nessa atividade, destacam-se as proporções de área plantada pela área total dos municípios de São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cabo Frio e Quissamã.
- As formações pioneiras são destaque em São João da Barra, com 80% de seu território ocupado por restingas, manguezais, praias e várzeas. Cinquenta e nove municípios não têm formações pioneiras remanescentes.
- Municípios com complexos lagunares das Regiões Norte e das Baixadas Litorâneas são os que detêm maiores áreas de corpos d'água.
- O município da capital apresentou estabilidade em formações florestais, tomando 8% do seu território, e em formações pioneiras, que ocupam outros 8%. A área de campo/pastagem reduziu-se à metade dos 11% medidos em 1994, assim como a área agrícola caiu de 3,4 para 2,7% em 2001. As áreas degradadas cresceram de 5,0 para 5,6%. Foi expressivo o aumento da mancha urbana carioca, que evoluiu de 37,9 para 56,7%. Em termos percentuais, a capital é superada em área urbana somente por São João de Meriti, Belford Roxo, São Gonçalo e Niterói; entretanto, os 680 km² da urbe carioca equivalem ao dobro da soma desse tipo de uso do solo nestes quatro municípios, ou a 25% das áreas urbanas totais do Estado.
- Cardoso Moreira e São Fidélis, da Região Norte, e todos os municípios da Região Noroeste têm um ciclo de seca maior que oito meses por ano e apresentam expressivos níveis de desmatamento, o que contribui para a extinção de nascentes de pequenos rios e riachos, observando-se aumento de frequência de vales com leitos secos.

Os municípios do Estado do Rio de Janeiro foram classificados segundo os Índices de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal – **IQUS** abaixo:

IQUS	Características
Rodeio	Maior percentual de pastagens; presença de pequenas manchas urbanas; pequena influência de formações originais e de áreas agrícolas
Rural	Maior percentual de formações originais e de áreas agrícolas; presença de áreas urbanas, degradadas e de vegetação secundária; quase nenhuma influência de pastagens
Nativo	Maiores áreas de formações originais e de pastagens; presença de vegetação secundária e áreas agrícolas; pouca influência das áreas urbanas e degradadas
Verde	Grandes áreas de formações originais e/ou de vegetação secundária; menores valores percentuais de áreas urbanas, agrícolas, de pastagem ou degradadas
Metrópole	Maior percentual de áreas urbanas

Mangaratiba, com base no levantamento de 1994, tinha sua área distribuída da seguinte maneira: 69% de floresta ombrófila densa, 9% de formações pioneiras, outros 9% de vegetação secundária e mais 9% de pastagens. O município se encaixava no

cluster F1 - NATIVO II, agrupamento com os últimos grandes estoques de formações originais (florestas densas e de vegetação de restinga).

Já em 2001, ocorreu redução de formações florestais e pioneiras, respectivamente para 64% e 7% do território municipal, contra crescimento de vegetação secundária para 16%. Diminuiu a área de campo/pastagem para 8%. Houve aumento de área urbana, de 2 para 3%, assim como de área degradada, de 0,5 para 1,9%. O segundo estudo classificou-o como pertencente ao cluster G2 - NATIVO, caracterizado por predominância de formações originais, com destaque para a Mata Atlântica na Costa Verde, e para as restingas, em São João da Barra, no Norte Fluminense. Dentre as localidades deste agrupamento, constam três municípios da Região da Costa Verde -Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty; e São João da Barra, na Região Norte.

O IQM Verde identifica, ainda, os Corredores Prioritários para a Interligação de Fragmentos Florestais (**CPIF**), ou Corredores Ecológicos, como foram denominados mais recentemente, para escolha de áreas de reflorestamento. Devido às atividades do homem, a tendência dos ecossistemas florestais contínuos, como as florestas da costa atlântica brasileira, é de fragmentação. O processo de fragmentação florestal rompe com os mecanismos naturais de auto-regulação de abundância e raridade de espécies e leva à insularização de populações de plantas e animais. Num ambiente ilhado, ocorre maior pressão sobre os recursos existentes, afetando a capacidade de suporte dos ambientes impactados, aumentando-se o risco de extinção de espécimes da flora e da fauna.

A reversão da fragmentação apóia-se, fundamentalmente, no reflorestamento dos segmentos que unam as bordas dos fragmentos de floresta, vegetação secundária e savana estépica. Esses eixos conectores são denominados corredores. Além de viabilizar a troca genética entre populações, eles possibilitam a integração dos fragmentos numa mancha contínua, alavancando a capacidade de suporte da biodiversidade regional.

O modelo de geração de corredores prioritários para a interligação de fragmentos florestais – **CPIF** possibilitou, no primeiro estudo, a identificação de 21.271 corredores em todo o Estado, totalizando 3.286 km².

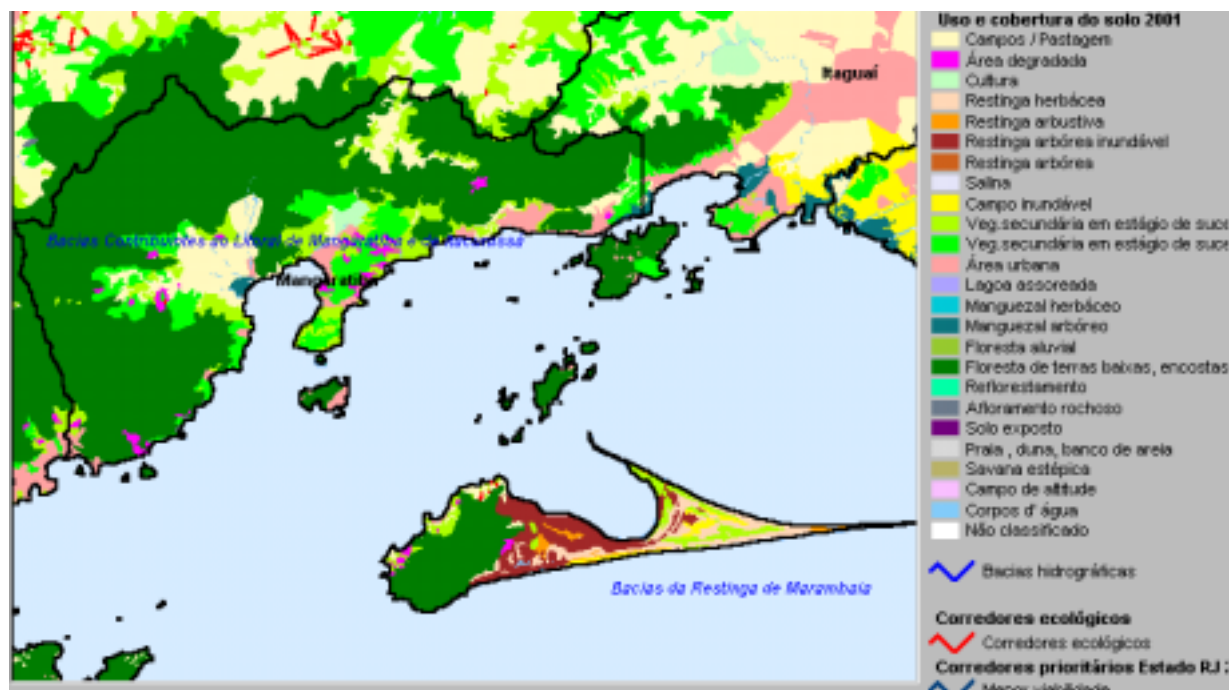
O IQM Verde II evoluiu na metodologia e verificou que diversos fragmentos florestais foram reduzidos ou novamente fragmentados, tendo sido considerados como barreiras para implantação dos corredores ecológicos as áreas urbanas, as represas, as lagoas e os grandes cursos d'água. Outro fator considerado foi sua extensão máxima de dois mil metros. Como ocorreram significativas alterações de uso do solo, foram identificados apenas 13.114 corredores com viabilidade físico-ambiental e econômica. Eles teriam uma extensão média de 837 metros e uma largura de 100 metros para cada lado do corredor, totalizando uma área de 2.094 km², o que corresponde a 4,8% do território fluminense.

Mangaratiba necessitaria implantar 27 hectares¹⁴ de corredores ecológicos, o que representa 0,1% da área total do município.

A figura a seguir, gerada a partir do programa do CD-ROM do IQM-Verde II, apresenta os tipos de uso do solo no território municipal, estando marcados em vermelho os corredores sugeridos.

14 - Cada hectare corresponde a 10.000 metros quadrados, ou 0,01 quilômetro quadrado.

MANGARATIBA



O IQM Verde II prossegue com a análise de custo de implantação desses corredores; com a comparação do tipo de uso e cobertura do solo de fotos realizadas entre 1956 e 1975 e a última coletânea de 2001; com uma outra análise por bacia hidrográfica e complexo lagunar; com estudos sobre as variações climáticas nas últimas três décadas, manejo de florestas, avaliação de estoque de carbono e outros, configurando-se instrumento essencial para melhor conhecimento do elemento terra e sua utilização em nosso Estado, e das ações possíveis para sua recuperação e preservação a curto, médio e longo prazos.

- **Outros aspectos ambientais**

A água é um valioso elemento promotor do desenvolvimento e do progresso. Ela se presta a múltiplas utilizações da maior importância econômica e social: abastecimento das populações e das indústrias; irrigação das culturas, meio de transporte; produção de energia; fator de alimentação, com o desenvolvimento da pesca; ambiente para o esporte, o turismo e o lazer. Também é um recurso finito. Para que o mundo continue tendo água potável, é necessário que os mananciais sejam preservados. Isso depende tanto da ação individual quanto da ação do governo, com a criação de leis e programas.

De acordo com a Agência Nacional de Água, em 2002, a agricultura foi responsável por 59% do consumo de água no país; a indústria, por 19%; e o abastecimento responde por 22%. A mesma fonte aponta que 80% dos municípios brasileiros têm rede de abastecimento de água, contra apenas 46% que possuem rede de coleta de esgotos, dos quais somente 15% são tratados.

A Organização Mundial de Saúde - OMS - define o saneamento como o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem, ou podem exercer, efeitos nocivos sobre a saúde, incluídas as medidas que visam a prevenir e controlar doenças,

sejam elas transmissíveis ou não. A mesma OMS apurou, recentemente, que 65% dos leitos dos hospitais do país são ocupados por pacientes com problemas de saúde relacionados à falta de saneamento. Sistemas de abastecimento de água, de esgotos sanitários, de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos urbanos, especiais e das áreas rurais estão, por conseguinte, diretamente ligados à qualidade de vida da população.

A estreita relação da saúde com a provisão de medidas sanitárias é bastante conhecida, principalmente no que se refere à água de abastecimento doméstico e ao destino de dejetos. Cerca de 80% das doenças de países em desenvolvimento como o Brasil são provenientes da água de qualidade ruim. As enfermidades mais comuns que podem ser transmitidas pela água são: febre tifóide, disenteria, cólera, diarreia, hepatite, leptospirose e giardíase.

O tratamento do esgoto sanitário constitui uma das mais importantes medidas preventivas de enfermidades. Apesar das empresas de saneamento básico exercerem atividades consideradas nobres, elas são responsáveis por impactos ambientais significativos, sentidos não só nas obras de implantação de tais sistemas, mas, principalmente, na operação destes.

Até pouco tempo atrás, programas de saneamento privilegiavam somente ações nos campos de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários. O esgoto era conduzido a um corpo d'água e, neste, lançado *in natura*. É muito comum ver-se a utilização de galerias pluviais como pontos de descarga de esgotos. Usual, ainda, é a falta de manutenção de elevatórias de esgoto que, quando paralisadas, simplesmente desviam os dejetos para a rede pluvial. Verifica-se, atualmente, problemas graves e generalizados de poluição em rios, lagoas e mares, gerados por esgotos domésticos e industriais. Quanto mais poluída for a água bruta captada para tratamento, mais caro este se tornará, podendo sua utilização tornar-se inviável técnica e economicamente.

A solução para os esgotos sanitários de comunidades menores, quando não há rede coletora de esgotos, é a utilização de fossas sépticas, cuja obrigatoriedade deve ser exigida pela Administração local. Já os esgotos domésticos coletados precisam ser tratados para estabilização de sua matéria orgânica, tornando-a estável e inócua, sendo obrigação das concessionárias ou do poder público o seu tratamento.

Dados apurados no ano 2000¹⁵ apresentam o seguinte panorama do município:

- No tocante ao abastecimento de água, Mangaratiba tem 64,5% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 22,8% com acesso à água através de poço ou nascente e 12,7% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 12 392 metros cúbicos por dia, dos quais a totalidade passa por simples desinfecção (cloração).
- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 14,9% dos domicílios do município; outros 62,7% têm fossa séptica, 14,0% utilizam fossa rudimentar, 3,9% estão ligados a uma vala, e 2,4% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar). O esgoto coletado não teve seu tratamento ou destino reportados.

15 - Fontes: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU do Ministério das Cidades – dados coletados nos dias 3 e 4 de junho de 2003 referentes ao ano 2000 e IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

MANGARATIBA

- Mangaratiba tem 88,6% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 0,9% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 9,4% o queimam. O total de resíduos sólidos coletados somava 52 toneladas por dia, cujo destino era 4 vazadouros a céu aberto (lixões).

Faz-se urgente que a gestão dos recursos hídricos se efetue de forma mais competente e eficaz do que vem sendo feita até hoje. É necessário administrar a abertura e bombeamento de poços, monitorar o rebaixamento do lençol freático, o aterramento de brejais, lagoas e lotes ou a obstrução parcial da drenagem superficial e subsuperficial, bem como a abertura e limpeza de fossas, a contaminação do freático, as zonas de despejo de esgoto e lixo etc. A realização de investimentos e ações de desenvolvimento tecnológico, resultará na implantação de projetos mais eficientes e menos impactantes na qualidade dos corpos hídricos, e na reutilização dos subprodutos dos tratamentos de água, esgoto e lixo.

III - INDICADORES SOCIAIS

Os 191 países membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de, até 2015, cumprir os oito objetivos do milênio, abrangendo 18 diferentes metas, a saber:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome, reduzindo pela metade a proporção da população com renda inferior a um dólar paritário de poder de compra (PPC) por dia; e reduzindo pela metade a proporção da população que sofre de fome.

2. Atingir o ensino básico universal, garantindo que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.

3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, eliminando a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015.

4. Reduzir a mortalidade infantil, reduzindo em dois terços a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

5. Melhorar a saúde materna, reduzindo em três quartos a taxa de mortalidade materna.

6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, como a tuberculose, detendo a propagação do HIV/Aids e começando a inverter a tendência atual; e detendo a incidência de malária e de outras doenças importantes e começando a inverter a tendência atual.

7. Garantir a sustentabilidade ambiental, integrando os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e revertendo a perda de recursos ambientais; reduzindo pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura; e, até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas dos habitantes de bairros degradados.

8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, avançando no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório; atendendo as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos com um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos, um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados e anulação da dívida bilateral oficial, e uma ajuda pública mais generosa para o desenvolvimento aos países empenhados na luta contra a pobreza; atendendo às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento; tratando globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo; formulando e executando estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo; proporcionando o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento; tornando acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações.

MANGARATIBA

Com relação ao primeiro objetivo, foi criado no Brasil, em 2004, o Programa Bolsa-Família sucedeu o Programa Fome-Zero, unificando os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal (Cartão Alimentação, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás). O programa tem por objetivos: combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local. Deve-se destacar a forte conexão existente entre os objetivos do programa e a redução da pobreza.

As famílias elegíveis para o Bolsa-Família são compostas por dois grupos: famílias em situação de extrema pobreza, cuja renda mensal per capita é de até R\$50; e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 11 anos ou adolescentes até 15 anos, cuja renda mensal per capita é de até R\$100. O Programa destina-se à transferência de renda com condicionalidades. O benefício financeiro tem os seguintes valores: famílias com renda per capita inferior a R\$50, independentemente da composição e do número de membros da família, recebem benefício fixo de R\$50, sendo acrescentado benefício variável de R\$15 por beneficiário, podendo receber até o total de R\$ 95/mês; e famílias com renda per capita de até R\$100 receberão benefício variável de R\$15 por filho, de até 15 anos, podendo chegar a R\$45/mês.

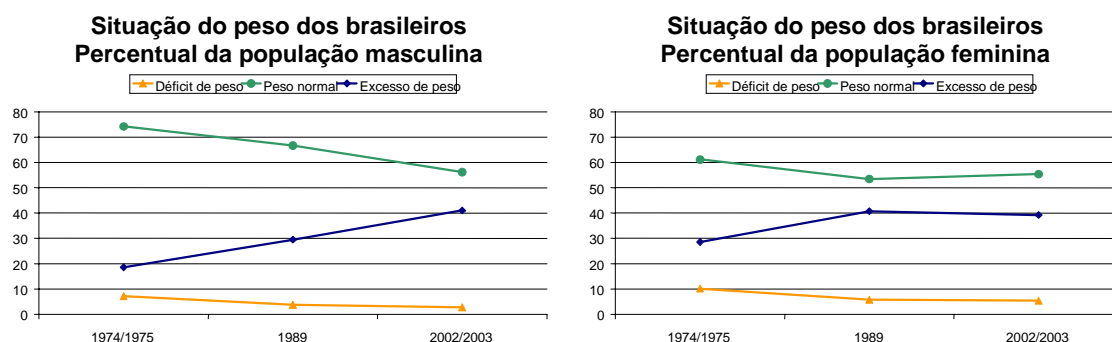
No que se refere a metas, existe a expectativa de atender cerca de 8,8 milhões ao final de 2005, para finalmente atender as estimadas 11,2 milhões de famílias que vivem em situação de pobreza em 2006. No Estado do Rio de Janeiro, foram estimadas 548.604 famílias a serem beneficiadas (4,8% do total Brasil). Em março de 2005, apenas 36% dessas famílias haviam sido atendidas, envolvendo recursos da ordem de R\$12,5 milhões, menos de 3% do total distribuído. O valor médio do benefício foi de R\$63,50 por família. Em Mangaratiba, a estimativa de famílias elegíveis para o Bolsa-Família é de um total de 1.009. Naquele mesmo mês de março, 288 estavam sendo atendidas, 28,5% do total, com um benefício médio de R\$ 61,67 por família.

A operacionalização do Programa, contudo, tem tido uma série de dificuldades, seja de informação sobre os critérios de acesso, seja no processo de cadastramento dos programas anteriores, no cadastramento de novas famílias, nos controles e, principalmente, na falta de sistema de monitoramento e fiscalização do cumprimento das condicionalidades, bem como dos procedimentos previstos em caso de descumprimento: As pessoas entre 7 e 15 anos integrantes de famílias beneficiárias devem ter frequência escolar mínima de 85%. As gestantes devem comparecer a exames pré-natais e participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e orientação alimentar. As nutrizes e responsáveis por crianças entre 6 meses e 6 anos devem cumprir o calendário vacinal das crianças, levá-las à unidade de saúde para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e participar de atividades educativas sobre alimentação, aleitamento materno e cuidados gerais com a saúde da criança. Todas as condicionalidades citadas são temas que alcançam os objetivos quatro e cinco do milênio.

A falta de controle das condicionalidades faz com que o Bolsa-Família funcione, atualmente, apenas como um programa de transferência de renda, a exemplo de inúmeros programas desenvolvidos pelos estados. A permanência desse quadro implica

o risco de falha no alcance do objetivo de combater a pobreza e a exclusão social de forma consistente. Ademais, ações estruturantes voltadas à geração de empregos e aumento da renda que dariam sustentabilidade ao processo, como o fortalecimento da economia familiar, a reforma agrária, a geração de emprego e renda e as demais ações de saúde, vêm sendo contingenciadas.

Paradoxalmente, ao final do ano de 2004, uma polêmica surgiu nos jornais em virtude dos resultados da Pesquisa de Orçamentos da Família (POF), realizada pelo IBGE. A POF mostrou, dentre outras questões, que apenas 4% dos brasileiros com 20 anos ou mais apresentam déficit de peso e que o maior problema está no excesso de peso e na obesidade. Os gráficos a seguir ilustram a evolução nos últimos 30 anos, onde se observa a redução do déficit de peso em ambos os sexos e o aumento de 120% de excesso de peso entre os homens e de 37% entre as mulheres.



Os obesos evoluíram de 2,8% para 8,8% da população masculina no período acima. Já as obesas subiram de 7,8% para 12,7% da população feminina.

Quanto aos segundo e terceiro objetivos do milênio, pode-se dizer que a educação afeta as condições de vida da população de várias maneiras. Sob a perspectiva demográfica, níveis educacionais mais elevados estão intimamente relacionados com menores níveis de fecundidade e de mortalidade, em função, por exemplo, do maior acesso e entendimento das pessoas sobre as práticas de planejamento familiar e saúde preventiva. Por outro lado, a já reconhecida relação direta entre educação e rendimentos do trabalho mostra que o aumento do nível educacional da população é fator preponderante na redução da pobreza e das desigualdades sociais. Em suma, uma população mais educada é capaz de participar mais ativamente da vida social, política e cultural do País. Em última instância, a educação interfere diretamente na qualidade de vida e no bem estar das pessoas, representando um valioso instrumento para as políticas de inclusão social.

Entretanto, o que se observa é um grande atraso no fluxo escolar dos estudantes brasileiros. De acordo com o IBGE, a distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos de idade pelos diversos níveis de ensino evidenciam essa defasagem: em 2003, no Brasil, 20,4% desses estudantes ainda cursavam o ensino fundamental e quase 42% ainda estavam no ensino médio. Mesmo no ensino fundamental, de caráter obrigatório, a taxa de defasagem série-idade é bastante elevada, chegando a atingir 64% dos estudantes de 14 anos de idade. No Estado do Rio de Janeiro, esse número alcança 65,8% dos

MANGARATIBA

estudantes. Todavia, a análise desse indicador para os últimos anos revela que a defasagem escolar tem se reduzido para as crianças no grupo etário de 7 a 14 anos. Só não é possível afirmar se tais reduções são resultados de programas específicos de reforço escolar, consequência da expansão do pré-escolar nos últimos anos, ou mesmo fruto da progressão continuada no ensino fundamental, adotada em muitos estados. Progressão continuada refere-se à organização do ensino fundamental de forma alternativa à seriada, baseada em ciclos, nos quais os estudos teriam um caráter contínuo, sem reprovação do aluno, a não ser em caso de excesso de faltas, no decorrer de cada ciclo. A maioria dos estados brasileiros tem adotado sistemas alternativos aos seriados tradicionais, porém com diversas estruturas e organizações distintas dos ciclos, o que torna difícil a comparabilidade.

Um outro indicador que também revela essa questão da defasagem, ao mesmo tempo em que resume a situação educacional da população brasileira, é a média de anos de estudo. De uma forma geral, esta vem mostrando uma lenta tendência de crescimento nos últimos anos, passando de 5 anos em média, em 1993, para 6,4 anos, em 2003. Não obstante a melhora desse indicador, chama atenção o fato de que o brasileiro médio não possui escolaridade suficiente sequer para a conclusão do ensino fundamental. Esse nível só é atingido, em média, pelas pessoas de 18 a 24 anos de idade, decaindo em seguida para 6,3 anos para a população de 25 anos ou mais de idade, denotando a influência da baixa escolaridade das pessoas mais velhas na média brasileira. No Estado do Rio de Janeiro, a média dessa última faixa da população é de 7,4 anos de estudo.

Os indicadores de trabalho e rendimento são um importante instrumento de avaliação da situação socioeconômica da população no País. Em geral, eles são reflexo do comportamento da economia, isto é, medem a capacidade da economia de absorção de mão-de-obra em idade ativa e de geração e distribuição da renda. A investigação sobre determinadas características do mercado de trabalho brasileiro são fundamentais no processo de formulação de políticas públicas.

Em 2003, havia 87,7 milhões de pessoas no país com 10 anos ou mais de idade participando do mercado de trabalho na condição de ocupadas ou procurando trabalho. Este contingente expressa uma inserção da população no mercado de trabalho de 61,4% da população em idade ativa. Os jovens, as mulheres e os mais escolarizados constituem o grupo mais afetado pela desocupação. Esta é uma tendência que se tem verificado nos últimos anos em função da maior inserção dos jovens e mulheres no mercado de trabalho, seja para contribuição no rendimento familiar ou financiamento dos estudos. No entanto, o fenômeno do desemprego tem um componente estrutural no que se refere à geração de postos de trabalho mais qualificados. A taxa de desocupação das pessoas com oito anos ou mais de estudo foi de 11,3% naquele ano.

Nos últimos anos tem-se verificado uma tendência de que apesar da maior escolaridade e avanço da inserção feminina no mercado de trabalho, as mulheres recebem um rendimento em média de 30% inferior ao dos homens. As explicações para esse fato decorrem desde as características de inserção das mulheres no mercado de trabalho, fortemente concentradas no setor de serviços e em ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração, até a trajetória profissional destas, no que se refere ao menor índice de ocupação em cargos de comando ou chefia. As regiões mais

desenvolvidas economicamente do país, sul e sudeste, foram as que apresentaram as maiores desigualdades de rendimento entre homens e mulheres.

Pode-se concluir que são inúmeros os desafios a serem enfrentados para alcançarmos todos os objetivos do milênio no país, metas que envolvem os três níveis de governo e o comprometimento de todos.

- **Educação**

A educação aparece, desde o final do século XX, como um fator fundamental para o crescimento econômico e para a competitividade nos mercados globalizados. Nos atuais cenários, a qualidade em conhecimentos da população de um país constitui um elemento diferenciador estratégico. O nível de educação das pessoas terá forte repercussão, tanto no seu rendimento individual, como no rendimento coletivo das organizações a que pertencem.

Por essas e outras razões, a educação é considerada uma das melhores iniciativas para diminuir as desigualdades, ao trazer oportunidades de melhor qualificação do conjunto da população. A redução das desigualdades cria condições favoráveis para um aumento significativo do investimento no capital humano. As condições básicas mínimas, que poderão definir a possibilidade de oportunidades que cada um terá, não se restringem apenas à questão da renda e suas conseqüências econômicas. Mas, também, nas capacidades necessárias para se alcançar os estados nutricionais adequados, um bom padrão de saúde, o direito a moradia e a possibilidade de acesso e permanência na escola.

O que a sociedade espera da educação é que ela responda às necessidades de um novo perfil de qualificação, no qual não só a aquisição do conhecimento seja importante, mas também a sua melhor utilização, já que ela deve, ainda, instrumentalizar todos a lidar com os novos parâmetros de difusão de informações gerados pela informática e pelos meios de comunicação de massa. A educação, portanto, deve contribuir para recuperar e construir a dimensão social e ética do desenvolvimento econômico e capacitar para o exercício da cidadania.

Proporcionar uma educação cidadã é levar a todos a possibilidade de aquisição contínua de conhecimentos, a formação de hábitos de convivência num mundo plural, a compreensão de idéias e valores, e a conscientização dos seus direitos e deveres na sociedade em que vivem. Vale lembrar, ainda, que a educação significa, também, maior conquista da liberdade interior, adquirida à medida em que o indivíduo vai desenvolvendo sua capacidade de discernir, avaliar e decidir.

Dados do Censo 2002 do MEC/INEP apontam que, das crianças em idade escolar, 3,6% ainda não estão matriculadas. Entre aquelas que estão na escola, 21,7% estão repetindo a mesma série e apenas 51% concluirão o Ensino Fundamental, fazendo-o em uma média de 10,2 anos.

Cabe reconhecer o quanto o Brasil avançou em direção à democratização do acesso e da permanência dos alunos no Ensino Fundamental, pois, hoje, 97% das crianças estão na escola. Entretanto, avalia-se que o modelo educacional vigente não

MANGARATIBA

provocou mudanças efetivas de comportamento para construir uma cidadania solidária, responsável e comprometida com o País e com seu futuro.

Existem questões sobre a estrutura, seja ela espacial, dos currículos, dos programas e do tempo escolar, que se põem como uma infinidade de situações e procedimentos cristalizados pela rotina, pela burocracia, pelas repetições. Raramente se indaga sobre seu sentido para a educação das crianças e adolescentes. Será que a abordagem dos saberes parte do conhecimento que os alunos trazem do seu grupo social? Que usos as pessoas fazem desses saberes em suas vidas? Em decorrência, põem-se questões como: quais seriam os critérios e a seqüência dos conteúdos listados? O que se tem aprendido com um currículo que fragmenta a realidade, seus espaços concretos e seus tempos vividos? Trata-se de um modelo disciplinar direcionado para a transmissão de conteúdos específicos, organizado em tempos rígidos e centrado no trabalho docente individual, muitas vezes solitário por falta de espaços que propiciem uma interlocução dialógica entre os professores.

É imprescindível debater com a sociedade um outro conceito de currículo e escola, com novos parâmetros de qualidade. Uma escola que seja um espaço e um tempo de aprendizados de socialização, de vivências culturais, de investimento na autonomia, de desafios, de prazer e de alegria, enfim, do desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões. Essa escola deve ser construída a partir do conhecimento da realidade brasileira, com suas desigualdades e contradições. Nesse processo, é preciso valorizar os avanços e superar as lacunas existentes no projeto político-pedagógico de uma legislação de 1996.

Uma nova escola já se encontra em construção em vários lugares do Brasil. Ela resulta de um amplo e recente movimento de renovação pedagógica, desencadeado pelos trabalhadores da educação, universidades, sociedade civil organizada e sistemas de ensino. Desse movimento, emergiu uma consciência da necessidade de construção de uma escola comprometida com a cidadania que caminhe para uma real inclusão do aluno por meio de políticas indutoras de transformações significativas na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, de aprender, de avaliar, implicando a disseminação das novas concepções de currículo, conhecimento, desenvolvimento humano e aprendizado.

Como fonte de financiamento dessa mudança, foi apresentada ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), em junho de 2005, propondo a criação do FUNDEB, um novo fundo de financiamento que alcança toda a educação básica. Com duração de 14 anos (2006-2019), o FUNDEB atenderá os alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio e da educação de jovens e adultos, e será implantado de forma gradativa nos quatro primeiros anos.

A cesta de impostos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que vão financiar o FUNDEB é composta por 20% de vários tributos: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às exportações (IPIexp), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (ITCMD), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre Renda e Proventos incidentes sobre rendimentos pagos pelos estados, Distrito Federal e municípios (IRRF de estados, DF e municípios), mais a cota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR)

devida aos municípios. A União complementarará os recursos nos estados que não alcançarem o valor mínimo nacional por aluno/ano, fixado para cada exercício.

De acordo com o Censo Demográfico 2000 do IBGE, 81,7% das crianças de seis anos estão na escola, sendo que 38,9% freqüentam a Educação Infantil, 13,6% as classes de alfabetização e 29,6% já estão no Ensino Fundamental. Esse dado reforça o propósito do Ministério da Educação em ampliar Ensino Fundamental para nove anos (cinco anos no primeiro ciclo – Anos Iniciais e quatro anos no segundo – Anos Finais), uma vez que permite aumentar o número de crianças incluídas no sistema educacional. Os setores populares deverão ser os mais beneficiados, uma vez que as crianças de seis anos da classe média e alta já se encontram majoritariamente incorporadas ao sistema de ensino – na pré-escola ou na primeira série do Ensino Fundamental.

A opção pela faixa etária dos 6 aos 14, e não dos 7 aos 15 anos, para o Ensino Fundamental de nove anos segue a tendência das famílias e dos sistemas de ensino de inserir progressivamente as crianças de 6 anos na rede escolar. No entanto, não se trata de transferir para as crianças de seis anos os conteúdos e atividades da tradicional primeira série, mas de conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos em um Ensino Fundamental de nove anos, considerando o perfil de seus alunos.

Uma questão essencial é a organização da escola que inclui as crianças de seis anos no Ensino Fundamental. Para recebê-las, ela necessita reorganizar a sua estrutura, as formas de gestão, os ambientes, os espaços, os tempos, os materiais, os conteúdos, as metodologias, os objetivos, o planejamento e a avaliação, de sorte que as crianças se sintam inseridas e acolhidas num ambiente prazeroso e propício à aprendizagem.

É necessário assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização. Nesse sentido, é preciso induzir e estimular linhas de ação coletiva nas escolas, intencionalmente voltadas para a construção de um projeto pedagógico que reflita o desejo e o planejamento de cada comunidade escolar.

Os princípios, objetivos e metas de cada projeto originam-se do diagnóstico da escola e são estabelecidos pelo coletivo. Refletem o que este realmente deseja e pode realizar. Para um diagnóstico mais aproximado da realidade, uma primeira ação a ser recomendada é a utilização de procedimentos de avaliação para conhecer a comunidade, explicitando o grupo constituinte da escola: alunos, pais, comunidade vizinha e profissionais da educação. Igualmente relevante é que a escola valorize seu percurso histórico e sistematize seus resultados, sobretudo sob a ótica do sucesso escolar dos alunos. Essa ação implicaria uma pesquisa que poderia ser feita por todos, inclusive com a participação dos alunos, evidenciando para a comunidade a trajetória da escola, bem como os indicadores de rendimento, de aproveitamento dos alunos e até, numa forma mais sofisticada, as características dos estudantes egressos.

Esse é o trabalho coletivo posto como uma prática repleta de desafios a ser vencidos. É um caminho reconhecidamente importante para uma escola que se quer democrática, para um processo pedagógico eficiente e para uma qualidade de ensino desejada por todos.

MANGARATIBA

O Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Censo Escolar 2004, já tem 1.194.116 alunos matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de nove anos, e outros 884.458 nos Anos Finais. Apenas 395.576 permanecem no sistema anterior de oito anos, 98,2% deles em escolas particulares.

Do total de 2.474.150 alunos matriculados no ensino fundamental, 80,9% estavam em escolas públicas. O contingente da população estudantil que recorre às escolas públicas apresentou crescimento nos últimos anos, como demonstra a tabela a seguir:

Dep. Administrativa	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Federal	0,5%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Estadual	27,4%	27,1%	26,1%	25,6%	24,2%	23,3%
Municipal	52,7%	54,0%	55,2%	55,3%	56,1%	57,2%
Particular	19,5%	18,6%	18,4%	18,7%	19,2%	19,1%
Nº total de alunos	2.474.649	2.472.017	2.463.074	2.474.530	2.470.264	2.474.150

Pode-se observar uma constância no número total de matrículas, tendo ocorrido redução expressiva na participação da rede estadual, em movimento inverso à rede municipal, que tem atribuição constitucional de prover o ensino fundamental. Uma das razões dessa inversão é o expressivo aumento no número de matrículas no ensino médio, de responsabilidade do Estado, como se verificará adiante.

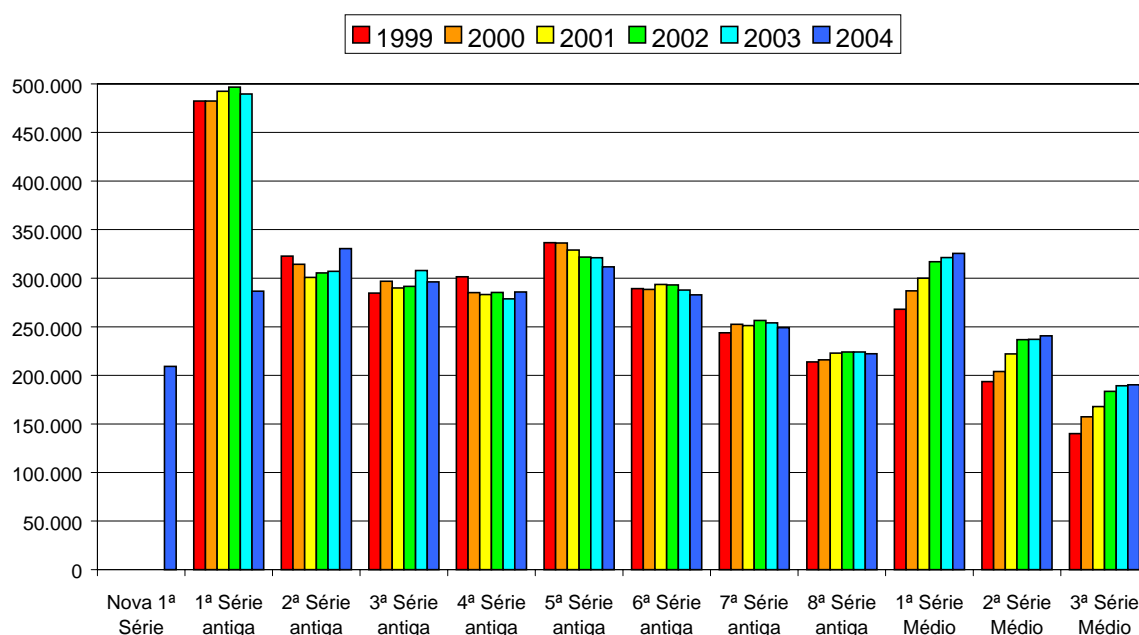
O ano de 2004 teve, em nosso Estado, um total de 770.658 alunos matriculados no ensino médio, dos quais 79,8% estavam em escolas públicas estaduais. Cerca de 130 mil novas vagas foram abertas para o ensino médio entre 1999 e 2004 no nosso Estado, aumentando o número de matrículas em escolas públicas, particularmente da rede estadual, que cresceu significativamente sua participação, como demonstra a tabela a seguir:

Dep. Administrativa	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Federal	2,9%	2,4%	2,0%	1,7%	1,6%	1,7%
Estadual	64,3%	71,1%	75,7%	78,2%	78,6%	79,8%
Municipal	2,7%	1,9%	1,7%	1,5%	1,7%	1,5%
Particular	30,1%	24,6%	20,6%	18,6%	18,1%	17,0%
Nº total de alunos	641.308	675.369	707.486	746.234	763.817	770.658

As 412 mil vagas oferecidas pela rede estadual, em 1999, cresceram para 615 mil em 2003, um aumento de mais de 49%, o que configura grande migração de alunos de outras redes para a rede gerida pelo governo do Estado.

Para melhor visualizar a evolução do número de matrículas no ensino básico de todo o Estado, o gráfico a seguir é bastante ilustrativo sobre os três pontos críticos de estrangulamento do sistema, que ocorrem nas 1ª e 5ª séries do ensino fundamental, e na 1ª do ensino médio. Ademais, com a nova seriação em nove anos, é possível observar uma redução na pressão que ocorria na antiga 1ª série até 2003. Para efeito comparativo do período dos seis anos em análise, e considerando que as escolas privadas não aderiram à nova seriação, enquanto a rede pública sim, foi mantido no gráfico a seriação antiga.

Total de matrículas nos ensinos fundamental e médio - RJ



Em um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, pode-se dizer que, em relação a anos anteriores, houve crescimento tanto no número de estabelecimentos escolares, quanto no de matrículas oferecidas. Com referência ao ano de 2004¹⁶, verifica-se que:

1) Com relação ao quantitativo de escolas:

- no Ensino Infantil, dos 2.316 estabelecimentos de creche, a rede pública é responsável por 34,4% deles. A pré-escola soma 6.112 estabelecimentos, sendo que a rede pública responde por cerca de 50,4%;
- o Ensino Fundamental é disponibilizado em 7.859 escolas, das quais, 65,8% são públicas;
- o Ensino Médio é encontrado em 1.901 escolas, sendo que cerca de 57% pertencem à rede pública.

16 - Fonte: MEC/INEP.

MANGARATIBA

2) A quase totalidade das escolas encontra-se em área urbana. Com relação ao total de estabelecimentos, 5% das creches e 16% das pré-escolas estão na zona rural. Da mesma forma, 19% das unidades de ensino fundamental, 3% de ensino médio e 8% de ensino de jovens e adultos.

3) No que diz respeito ao número de matrículas iniciais:

- a Educação Infantil¹⁷ disponibilizou cerca de 496 mil matrículas. Cursam a rede pública 46,9% do total de alunos de creche e 57,8% dos estudantes de pré-escola;

- no Ensino Fundamental de nove anos, o total de matrículas foi de 2.078.574, das quais 68,1% são da rede municipal e 27,7% são da rede estadual. A concentração maior de alunos na rede municipal ocorre nos Anos Iniciais (79,1%, contra 16,4% da rede estadual). Os Anos Finais ainda têm grande contribuição da rede estadual (42,9%, contra 53,2% da rede municipal)

- no Ensino Médio, o total de matrículas foi de 770.658, 83,0% feitas na rede pública;

- na educação de jovens e adultos, o total de matrículas em cursos presenciais foi de 300.292, sendo 247.707 no Ensino Fundamental, 94,3% na rede pública, e 52.585 no Ensino Médio, apenas 23,4% na rede pública;

- ainda na educação de jovens e adultos, o total de matrículas em cursos semi-presenciais foi de 181.412, sendo 77.917 no Ensino Fundamental, 97,6% na rede pública, e 103.495 no Ensino Médio, 93,7% na rede pública;

- a educação especial teve, aproximadamente, 25 mil matrículas, 56,6% na rede pública.

Dados de 2003 apontam a existência de 119 estabelecimentos de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, 89,1% particulares. O total de matrículas somava 420.489, sendo 14,4% em instituições federais, 5,1% em estabelecimentos estaduais e 0,1% em universidade municipal localizada em Itaboraí. O saldo de 80,5% das matrículas ocorreu em estabelecimentos particulares.

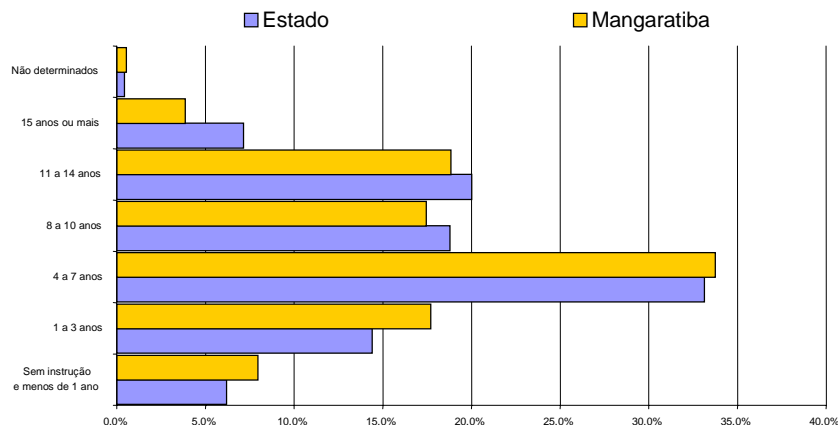
4) Quanto à função docente, o Estado dispõe de 5.335 professores na creche, 33% em instituições públicas. São 23.333 docentes na pré-escola, 50,5% na rede pública. Outros 136.830 ensinam no ensino fundamental, 73,4% em escolas públicas. Finalmente, 51.043 lecionam no ensino médio, 71,5% nas redes municipal, estadual e federal.

Apresentamos, a seguir, os indicadores disponíveis do município em estudo¹⁸. Mangaratiba apresenta o seguinte quadro relativo à escolaridade da população, em comparação com o Estado:

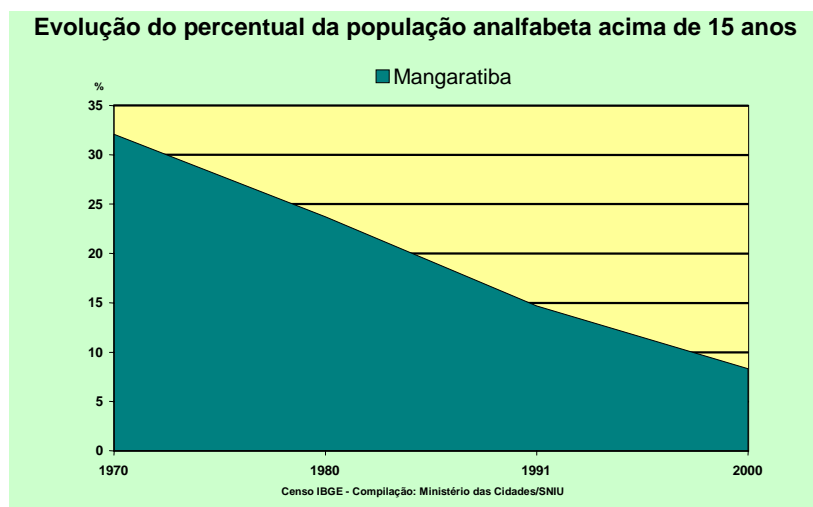
17 - Educação Infantil: Trata-se da primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil é oferecida em creches, ou entidades equivalentes, e pré-escolas.

18 - Números de matrículas, professores e escolas de 1998 a 2001 – SEE/CIDE. Dados de 2002 e 2003 foram tabulados a partir do Sistema de Estatísticas Educacionais Edudatabrasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Dados de 2004 obtidos diretamente do Inep/MEC.

**Anos de estudo por população acima de 10 anos de idade
- IBGE - Censo 2000 -**



Os dados dos levantamentos censitários das últimas décadas apresentam forte redução na taxa de analfabetismo da população brasileira. Em 2000, o país ainda tinha 14% de analfabetos na população com 15 anos ou mais. No Estado do Rio, a média cai para 7% e, em Mangaratiba, apresentou a seguinte evolução:



O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Mangaratiba, em 2003, foi de 9.031 alunos, tendo evoluído para 9.702 em 2004, apresentando aumento (7,4%) no número de estudantes.

Em um maior nível de detalhamento, apresentamos o quadro dos estabelecimentos de ensino infantil ¹⁹, que engloba creche e pré-escola:

19 - Ensino Infantil: Trata-se da primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

MANGARATIBA

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de creches, professores e matrículas, além do rateio de alunos por professor. A rede municipal responde por 86% das matrículas na creche em 2004.

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
99	nenhuma	0	0	0	10,9
00	nenhuma	0	0	0	11,1
01	5	10	124	12,4	11,4
02	5	19	181	9,5	11,0
03	5	15	94	6,3	11,4
04	4	12	116	9,7	18,7

Pode-se verificar que houve alteração no número de unidades escolares. O número de matrículas oscilou no período. Com relação ao corpo docente ocorreu crescimento e posterior diminuição, propiciando redução nos índices do rateio aluno/professor no município.

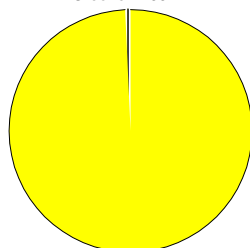
Com relação à pré-escola, o quadro que se apresenta é o seguinte, sendo que a rede municipal é responsável por 97% das matrículas em 2004.

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
99	22	87	1.112	12,8	16,8
00	25	106	1.314	12,4	16,7
01	27	114	1.220	10,7	16,5
02	22	103	1.173	11,4	16,8
03	26	124	1.314	10,6	17,0
04	31	186	1.613	8,7	17,0

Houve alteração no número de unidades escolares. O número de matrículas aumentou no período. O corpo docente cresceu proporcionalmente mais. Observa-se redução nos índices do rateio aluno/professor no município.

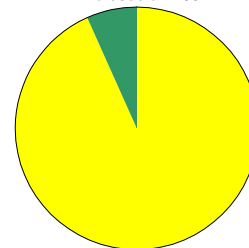
Com relação à qualificação do corpo docente do ensino infantil, os gráficos abaixo ilustram a qualificação dos professores da rede pública:

Formação dos professores da rede municipal de ensino infantil
Creche - 2004



■ 1º grau
■ 2º grau
■ 3º grau

Formação dos professores da rede municipal de ensino infantil
Pré-escola - 2004



■ 1º grau
■ 2º grau
■ 3º grau

Mangaratiba apresenta o panorama abaixo para o **ensino fundamental**:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores ²⁰	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
99	27	402	5.711	14,2	20,0
00	28	443	6.212	14,0	19,1
01	29	452	5.854	13,0	18,7
02	28	507	6.122	12,1	18,6
03	29	575	6.245	10,9	18,5
04	29	641	6.474	10,1	18,1

Houve aumento no número de alunos do ensino fundamental, tendo havido incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor.

Especificamente em relação à rede estadual, que teve 8% dos alunos matriculados de 2004, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor da rede estadual no Estado
99	2	43	608	14,1	22,1
00	2	23	535	23,3	19,6
01	2	34	429	12,6	18,8
02	2	55	509	9,3	18,2
03	2	47	535	11,4	19,1
04	2	45	522	11,6	18,0

Observa-se, no período, redução no número de alunos na rede estadual do ensino fundamental, acompanhado por incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor. A rede estadual tem, em média, 19,5 alunos por sala de aula nos Anos Iniciais do ensino fundamental (1ª à 5ª série) e 31,7 nos Anos Finais (6ª à 9ª série).

Já na rede municipal, com 90% do volume de matrículas em 2004, os dados seguem na tabela:

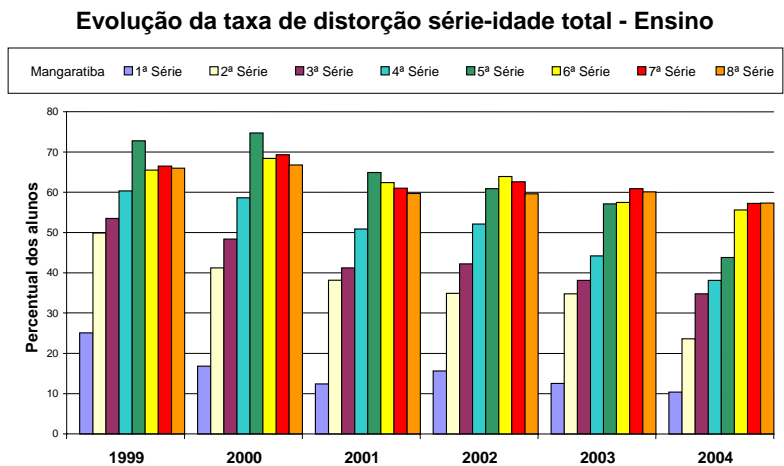
Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor da rede municipal no Estado
99	25	359	5.103	14,2	22,9
00	26	420	5.677	13,5	22,4
01	27	418	5.425	13,0	22,1
02	26	452	5.613	12,4	21,8
03	25	506	5.673	11,2	21,2
04	25	571	5.853	10,3	21,0

20 - O mesmo docente de ensino fundamental pode atuar da 1ª à 4ª série e da 5ª à 8ª série.

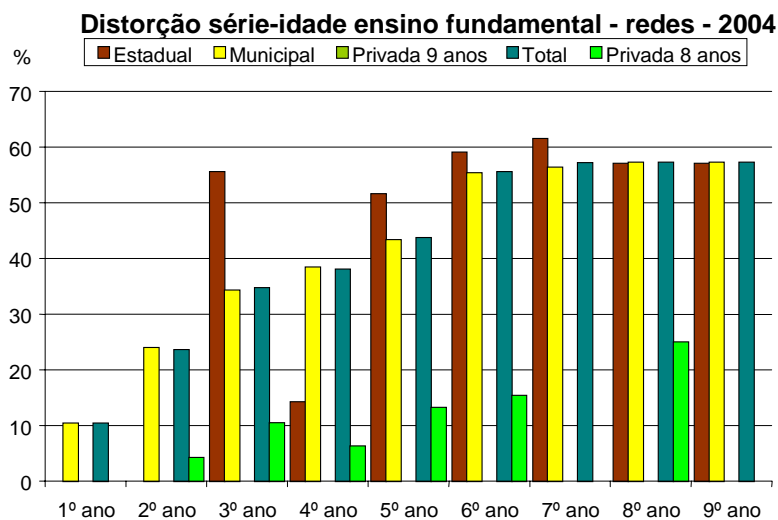
MANGARATIBA

Observa-se, no período, aumento no número de alunos na rede municipal do ensino fundamental, acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor. A rede municipal tem, em média, 18,6 alunos por sala de aula nos Anos Iniciais do ensino fundamental (1ª à 5ª série) e 27,7 nos Anos Finais (6ª à 9ª série).

O indicador de distorção de série por idade foi implementado desde 1999 e permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para a série em estudo. O INEP preservou a seriação antiga na apuração deste indicador em 2004. Os gráficos a seguir apresentam o nível médio de distorção por série entre 1999 e 2004 e este indicador por rede escolar do município em comparação com a média do Estado no ano de 2004:

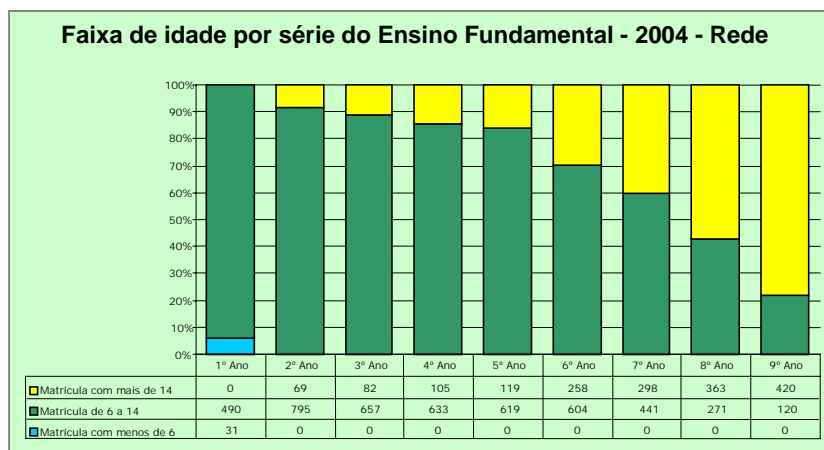


Pode-se observar que o pico da taxa na ocorre a partir da 5ª série do ensino fundamental, tendo havido redução deste indicador nos últimos anos.



A rede pública se alterna nas maiores taxas no seqüencial das séries, enquanto a rede privada apresenta taxas inferiores.

A decorrência principal da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 14 anos, como ilustra o gráfico a seguir:

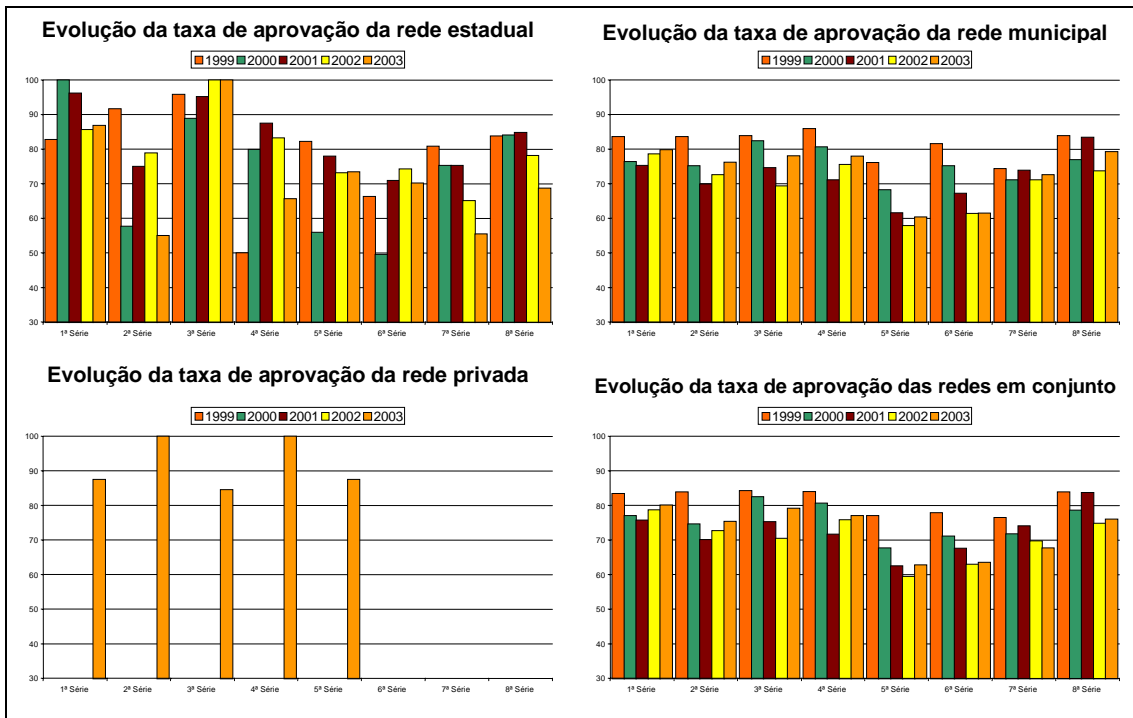


No Brasil, em 1991, a percentagem de crianças, entre 10 e 14 anos, com mais de um ano de atraso escolar era de 58%. Em 2000 esta percentagem diminuiu para 36%, o que ainda é um índice muito alto. No Estado do Rio de Janeiro seguiu-se, praticamente, a mesma proporção: em 1991 era de 51% e, em 2000, representava 32%. Além de prejudicar o aluno que, desmotivado com o insucesso, pode perder o interesse pela escola, a repetência tem um custo muito alto para o poder público. Para abrigar tantas crianças e adolescentes estudando fora das séries indicadas para a idade, o sistema educacional tem que se expandir mais do que deveria.

É importante ressaltar que, ainda que haja um índice elevado de crianças na escola, o atraso escolar, a entrada tardia na escola e, principalmente, a repetência ainda são problemas muito graves a serem enfrentados. Segundo levantamento do Inep/MEC, em nosso Estado 12,7% dos alunos do Ensino Fundamental foram reprovados em 2003, e outros 5,5% abandonaram a escola.

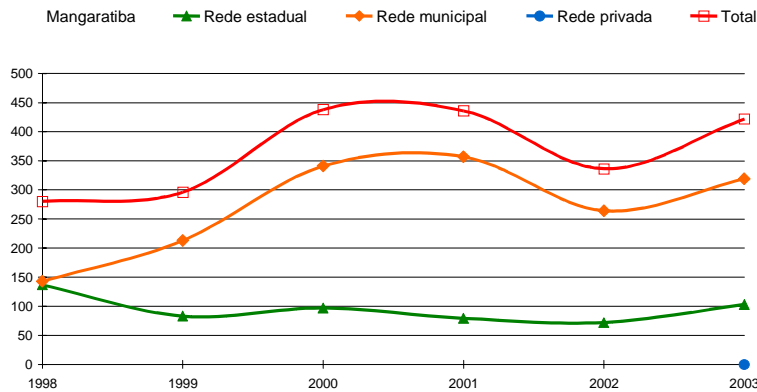
O comparativo dos indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 1999 e 2003 são apresentados nos gráficos a seguir, onde pode-se observar o baixo rendimento da rede pública.

MANGARATIBA



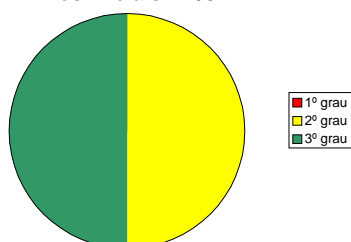
O gráfico a seguir apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental, no período de 1998 a 2003:

Concluintes no ensino fundamental

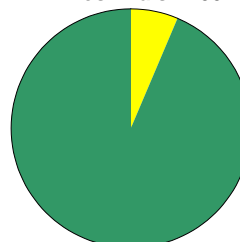


Os gráficos a seguir mostram a formação dos professores das redes públicas no ano de 2004:

Formação dos professores da rede estadual de ensino fundamental Anos Iniciais - 2004

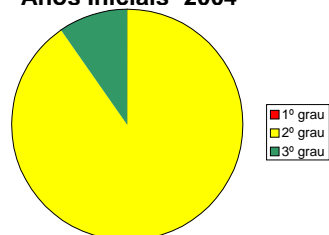


Formação dos professores da rede estadual de ensino fundamental Anos finais - 2004

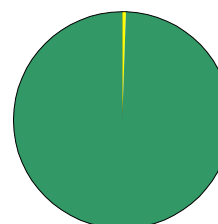


No caso dos professores estaduais no ensino fundamental, observa-se predominância de professores com formação no segundo grau para o primeiro segmento e aumento do número de docentes com graduação no segundo segmento do ensino fundamental, o mesmo ocorrendo no quadro de professores municipais, com diferente distribuição.

Formação dos professores da rede municipal de ensino fundamental Anos Iniciais - 2004



Formação dos professores da rede municipal de ensino fundamental Anos Finais - 2004



Com relação ao **ensino médio**, Mangaratiba apresenta o panorama abaixo:

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor no Estado
99	4	66	1.048	15,9	15,9
00	5	93	1.227	13,2	14,9
01	4	88	1.091	12,4	14,6
02	4	99	1.223	12,4	14,9
03	5	110	1.353	12,3	16,4
04	4	96	1.499	15,6	15,1

O aumento no número de matrículas foi acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, propiciando melhora do rateio de alunos por professor.

A rede municipal de Mangaratiba responde por 24% das matrículas do Ensino Médio. Especificamente da rede estadual, com 76% do volume de matrículas em 2004, o quadro que se apresenta é o seguinte:

MANGARATIBA

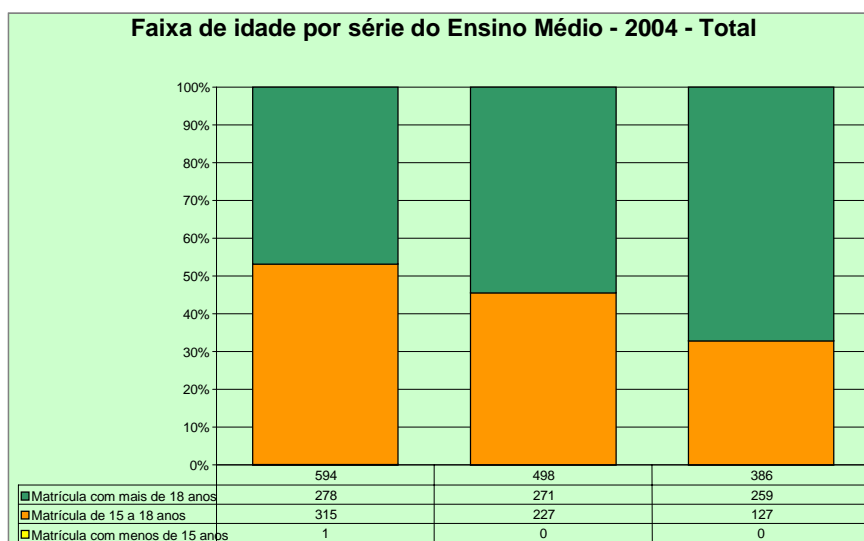
Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio aluno/ professor no município	Rateio aluno/ professor da rede estadual no Estado
99	2	48	845	17,6	21,3
00	2	70	920	13,1	18,5
01	2	70	870	12,4	18,0
02	2	84	966	11,5	18,2
03	3	91	1.058	11,6	19,9
04	2	68	1.146	16,9	17,9

Observa-se, no período, aumento no número de alunos do ensino médio em escolas do Estado, acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor, inferior ao observado no Estado. A rede estadual tem, em média, 35,8 alunos por sala de aula no ensino médio.

Por causa do atraso escolar, muitos jovens nessa faixa etária, que deveriam estar cursando o ensino médio, ainda estão no ensino fundamental, criando situações de inchaço no sistema escolar e exigindo maiores investimentos das organizações governamentais.

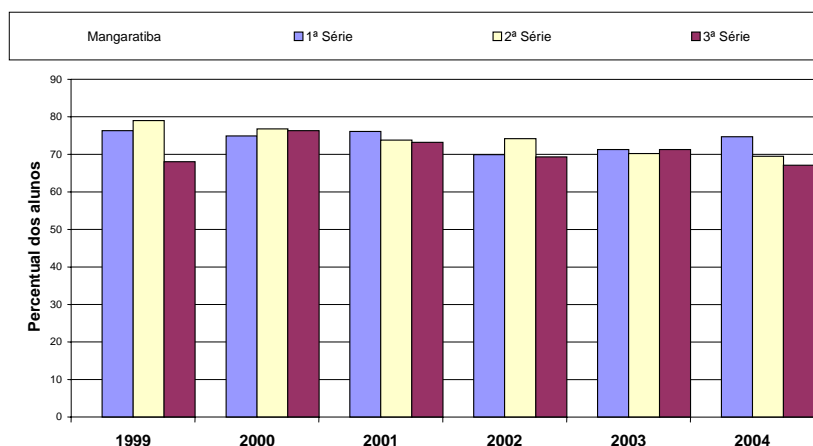
Também é importante ressaltar que, assim como há muitos jovens dessa faixa etária que ainda estão no ensino fundamental, muitos dos que estão no ensino médio já deveriam ter concluído este nível de ensino e estar cursando o ensino superior, inseridos no mercado de trabalho, ou fazendo as duas coisas. Pode-se comprovar essa afirmação pela taxa bruta de matrícula no ensino médio que, no Estado do Rio de Janeiro, no período entre 1991 e 2000, subiu de 51% para 89%. Isso quer dizer que o sistema de ensino médio no Estado tem tamanho suficiente para atender a quase 90% da população de jovens entre 15 e 17 anos. No entanto, somente 40% destes jovens estão matriculados neste nível.

Novamente, a decorrência da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 18 anos, como ilustra o gráfico a seguir:



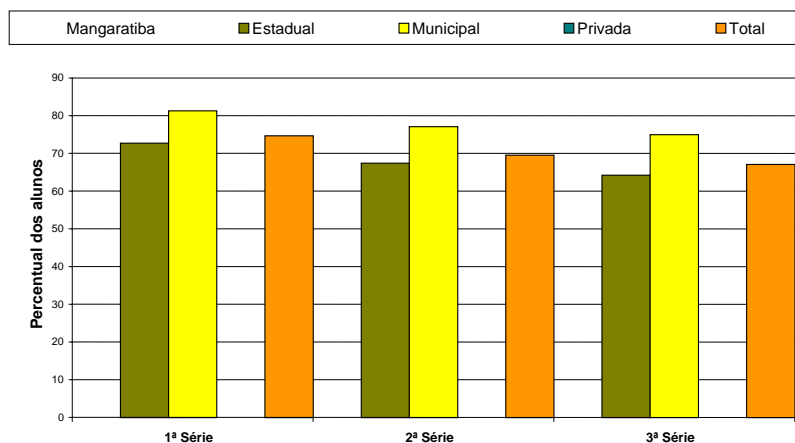
Os gráficos a seguir apresentam o nível médio de distorção por série entre 1999 e 2004 e a comparação de cada rede escolar do município no ano 2004:

Evolução da taxa de distorção série-idade total - Ensino médio



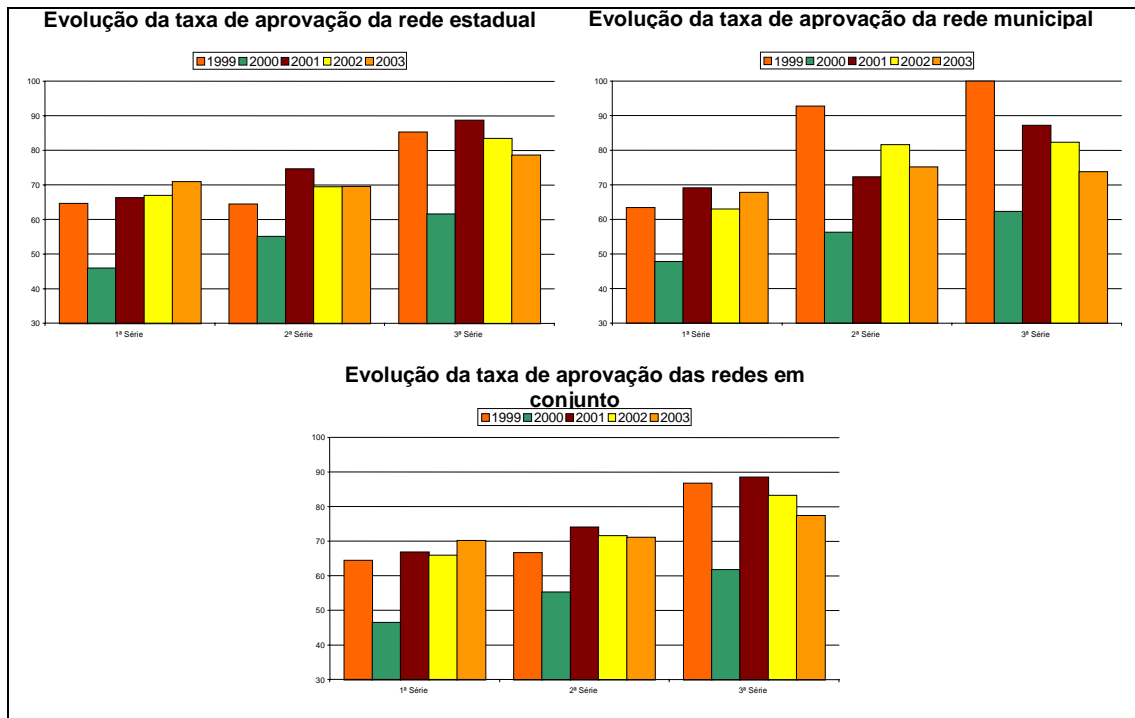
As taxas não apresentaram diminuição ou alteração significativa entre 1999 e 2004.

Taxa de distorção série-idade por rede de ensino médio - 2004



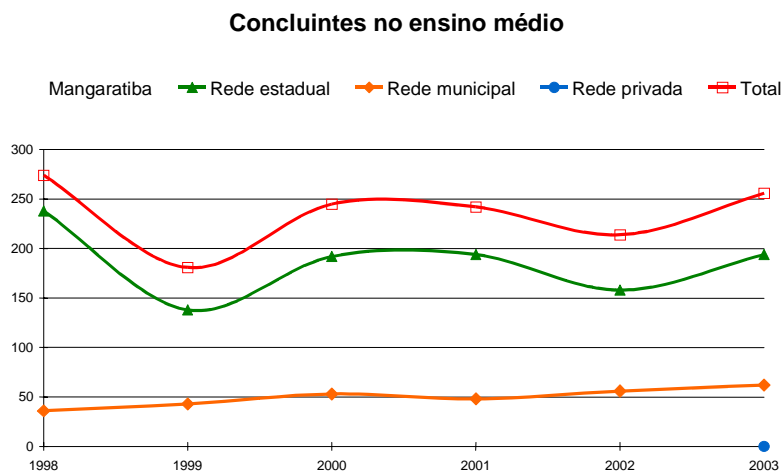
Pode-se observar que a rede estadual tem taxas inferiores na distorção série-idade e o comparativo dos indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 1999 e 2003 são apresentados nos gráficos a seguir, sendo bastante ilustrativos:

MANGARATIBA



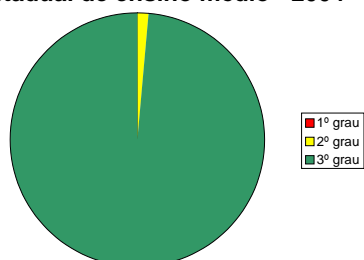
De acordo com o Inep/MEC, no ano 2003, 12,1% dos alunos do ensino médio em nosso Estado foram reprovados e outros 15,1% abandonaram a escola.

O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso, no período de 1998 a 2003:

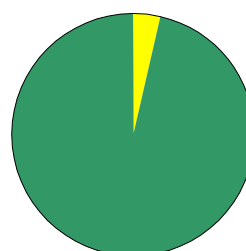


A formação específica do corpo docente da rede pública é apresentada nos gráficos a seguir:

Formação dos professores da rede estadual de ensino médio - 2004



Formação dos professores da rede municipal de ensino médio - 2004



Quanto ao ensino especial, o município dispõe de 1 estabelecimento, com 47 alunos matriculados em 2004.

No ensino de jovens e adultos, Mangaratiba tem um total de 169 matrículas no curso presencial de 2004, sendo 100% para o segundo segmento do ensino fundamental. Já no curso semi-presencial, houve 111 alunos matriculados.

O município de Mangaratiba não tinha instituição de ensino superior em 2003.

• Saúde

Saúde é direito de todo cidadão e cabe ao Poder Público a garantia de um atendimento de qualidade. Um grande número de doenças que acometem os indivíduos é evitável por ações preventivas já conhecidas e comprovadamente eficazes. É, portanto, fundamental que todos os cidadãos tenham acesso à prevenção destas doenças, por meio de ações básicas de saúde.

A Constituição de 1988 assegurou o acesso universal e equânime a serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Destacam-se na viabilização plena desse direito as chamadas Leis Orgânicas da Saúde, nº 8.080/90 e nº 8.142/90, e as Normas Operacionais Básicas – NOB. O Sistema Único de Saúde – SUS opera tanto em nível federal, quanto nas esferas estadual e municipal.

A partir de 1999, houve, em nosso Estado, um declínio significativo de hospitais próprios do INAMPS e federais, reduzidos a apenas seis em 2003. O mesmo ocorreu com hospitais contratados, que passaram de 172, em 1997, para 109 em 2003. O número total de hospitais caiu de 401, em 1997, para 317 em 2003. Por conta disso, o número de leitos contratados caiu de 60 mil para 43,7 mil nos últimos sete anos. As redes estadual e filantrópica também apresentaram redução no número de leitos ofertados. A rede universitária manteve-se praticamente constante e os hospitais municipais foram os únicos que aumentaram sua oferta.

Em anos recentes, o Ministério e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde desencadearam diversas atividades de planejamento e de adequação de seus modelos assistenciais e de gestão, ponderando criticamente os avanços e os desafios que novas diretrizes organizativas trariam para sua realidade. Em fevereiro de 2002, foi publicada a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002, que amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabelece o processo de

MANGARATIBA

regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procede à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.

Visando reverter o panorama geral de desigualdades regionais existente no Estado e facilitar o acesso de todo cidadão fluminense a todos os serviços do SUS, inclusive os de maior complexidade, algumas estratégias e instrumentos foram pensados e executados: plena adoção da Programação Pactuada e Integrada – PPI da assistência ambulatorial e hospitalar, via implantação de centrais de regulação para ordenar a oferta de serviços e agilizar o atendimento aos pacientes; assessoria às pactuações intermunicipais de serviços referenciados, por intermédio de apoio direto aos gestores municipais; e apoio à consolidação de fóruns regionais permanentes de negociação.

Este processo possibilitou maior transparência na alocação de recursos em cada município responsável pela assistência aos seus munícipes e aos vizinhos, garantindo o acesso aos pacientes residentes em cidades que não possuem serviços mais complexos (oncologia, hemoterapia, tomografias, diálise etc), de forma que os mesmos estejam acessíveis em cada região do estado.

Para contemplar a perspectiva de redistribuição geográfica de recursos tecnológicos e humanos, foi elaborado o Plano Diretor de Regionalização do Estado ²¹, representado pelo seguinte mapa:



21 - Para maiores informações, consulte o site www.saude.rj.gov.br/gestor/Plano_diretor.shtml.

O trabalho desenvolvido pelo Programa Saúde da Família – PSF, e dos Agentes Comunitários de Saúde (cidadãos da própria comunidade que são treinados para realizar visitas domiciliares e orientar as famílias) - PACS, busca levar a cada domicílio o acesso ao tratamento e à prevenção das doenças. Essas equipes vão até a casa das pessoas, prestando atenção para reconhecer os principais problemas, evitando deslocamentos desnecessários às Unidades de Saúde e, juntos, procuram as melhores soluções para enfrentar os desafios locais que possam estar determinando os problemas de saúde, antes que eles se instalem de modo mais grave. Significa atuar nos momentos precoces iniciais da transmissão de doenças, assim como sobre os riscos sanitários, ambientais e individuais. Junto com a comunidade, cada equipe deve elaborar um plano para enfrentar os principais problemas detectados e trabalhar para desenvolver a educação de saúde preventiva, promovendo a qualidade de vida dos habitantes daquela área.

A equipe de Saúde da Família é multiprofissional, composta por, no mínimo, um médico de família e comunidade, um enfermeiro de saúde pública, um auxiliar de enfermagem e de 4 a 6 agentes comunitários de saúde. Cada equipe trabalha em áreas de abrangência definida, por meio do cadastramento e do acompanhamento de um número determinado de famílias de forma individualizada. Cada equipe de Saúde da Família acompanha de 600 a 1.000 famílias, com limite máximo de 4.500 pessoas por equipe. Cada agente comunitário de saúde acompanha até o máximo de 150 famílias ou 450 pessoas.

A implantação do Programa Saúde da Família depende da decisão política da administração municipal, que deve submeter à proposta ao Conselho Municipal de Saúde e discutir amplamente com as comunidades a serem beneficiadas e toda sociedade organizada local. A Secretaria de Estado de Saúde, juntamente com o Ministério da Saúde, oferecem o apoio necessário à elaboração do projeto e à sua implantação. Há um número de agentes e equipes qualificados pelo Ministério da Saúde maior do que o existente.

SÉRIE HISTÓRICA DE IMPLANTAÇÃO DO PSF/PACS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ano base	Municípios com Convênio	ESF qualif MS	ACS qualif MS	Estimativa de cobertura populacional (%)	População beneficiada
1998	80	89	1.669	2,38	300.005
1999	70	113	1.260	3,03	395.461
2000	87	401	3.338	10,74	1.384.031
2001	90	707	5.471	16,75	2.438.556
2002	90	788	5.902	18,67	2.717.938
2003	90	1.835	11.718	21,46	3.159.872
2004	89	2.012	12.868	24,13	3.590.331

Legenda: ESF - Equipe de Saúde da Família; ACS - Agente Comunitário de Saúde
Fonte: SES. Obs: 2003 e 2004, dados até outubro.

MANGARATIBA

SITUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE ACORDO COM A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE – Dados de Outubro de 2004

Região	População estimada	ESF exist	ACS exist	ESB exist	População efetivamente coberta pelo PSF (%)
METROPOLITANA I	9.409.711	191	2.233	2	8,03
METROPOLITANA II	1.780.566	309	1.368	8	36,80
NOROESTE	305.287	67	483	12	64,71
NORTE	725.647	78	688	32	44,89
SERRANA	864.201	105	792	22	35,44
BAIXADA LITORÂNEA	488.823	81	488	29	30,68
MÉDIO PARAÍBA	813.209	85	674	30	31,65
CENTRO-SUL	303.729	89	513	61	77,09
BAÍA DA ILHA GRANDE	187.945	25	171	0	47,02
Total Geral	14.879.118	1.030	7.410	196	20,07

Legenda: ESF - Equipe de Saúde da Família; ACS - Agente Comunitário de Saúde; ESB - Equipe de Saúde Bucal.

Fonte: SES. Obs: 2003 e 2004, dados até outubro.

Um município pode estar habilitado à condição de Gestão Plena da Atenção Básica, ou de Gestão Plena do Sistema Municipal. Na primeira forma, resumidamente, o município é responsável por:

- Gestão e execução da assistência ambulatorial básica, das ações básicas de vigilância sanitária, de epidemiologia e controle de doenças; Gerência de todas as unidades ambulatoriais estatais (municipal/ estadual/ federal) ou privadas; Autorização de internações hospitalares e procedimentos ambulatoriais especializados; Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS; Controle e avaliação da assistência básica.

A atenção básica deve ser compreendida como o conjunto de ações prestadas às pessoas e à comunidade, com vistas à promoção da saúde e à prevenção de agravos, bem como seu tratamento e reabilitação no primeiro nível de atenção dos sistemas locais de saúde.

Para garantir o custeio das ações básicas em saúde foi implantado em janeiro de 1988, o Piso da Atenção Básica - PAB, que é composto de uma parte fixa destinada à assistência e de parte variável relativa aos incentivos para o desenvolvimento de ações complementares da atenção básica. Concomitantemente, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo um sistema de acompanhamento e uma avaliação da produção de serviços de atenção básica cujo objetivo é avaliar o impacto da implantação do PAB na melhoria desses serviços e a sua efetividade assim como, a utilização dos recursos repassados fundo a fundo para os municípios. Este sistema de acompanhamento consiste em um conjunto de metas que são pactuadas anualmente entre as três esferas de governo constituindo o Pacto da Atenção Básica.

A citada NOAS-SUS 01/2002 criou a Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada como uma das condições de gestão dos sistemas municipais de saúde. Agrega às atividades acima o controle da tuberculose, a eliminação da hanseníase, o controle da hipertensão arterial, o controle da *diabetes mellitus*, a saúde da criança, a saúde da mulher e a saúde bucal.

Já na Gestão Plena do Sistema Municipal, objetivamente, o município é responsável por:

- Gestão e execução de todas as ações e serviços de saúde no município; Gerência de todas as unidades ambulatoriais, hospitalares e de serviços de saúde estatais ou privadas; Administração da oferta de procedimentos de alto custo e complexidade; Execução das ações básicas, de média e de alta complexidade de vigilância sanitária, de epidemiologia e de controle de doenças; Controle, avaliação e auditoria dos serviços no município; Operação do Sistema de Informações Hospitalares e do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

No Estado do Rio de Janeiro²², 76% dos municípios estão na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e o restante está capacitado para a Gestão Plena do Sistema Municipal. A Gestão Plena Estadual ocorre naqueles municípios que ainda não estão aptos para assumir a gestão de seu sistema hospitalar ou, como no caso de Duque de Caxias e Niterói, que têm Gestão Plena do Sistema Municipal e têm uma e quatro unidades, respectivamente, geridas pelo Estado.

Mangaratiba tem Gestão Plena da Atenção Básica e Gestão Estadual Plena, dispendo de 1 hospital, do próprio município, conveniado ao SUS. Oferece um total de 57 leitos hospitalares, numa proporção de 2,1 leitos por mil municípes, enquanto a média no Estado é de 2,9 leitos por cada mil habitantes.

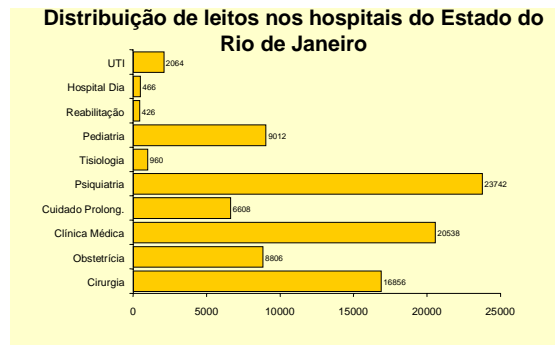
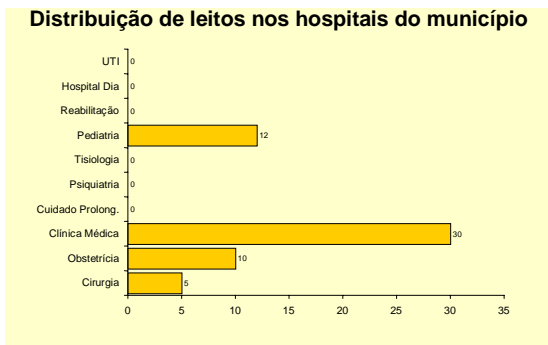
Mangaratiba tem suas unidades ambulatoriais distribuídas da seguinte forma:

Posto de saúde	2
Centro de saúde	12
Ambulatório de unidade hospitalar geral	1
Consultório	3
Unidade móvel para atendimento médico/odontológico	1
Unidade de vigilância sanitária	1
Unidade não especificada	1

Os gráficos a seguir apresentam um comparativo das especialidades dos leitos.

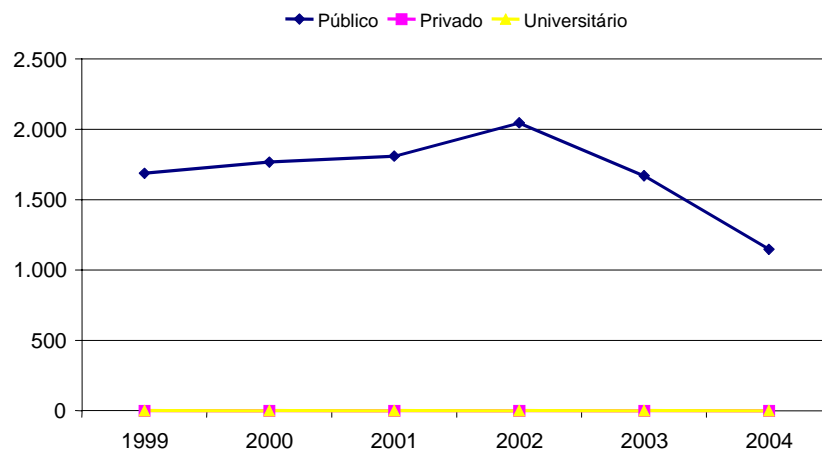
22 - Fonte: Datasus 2005 - Todos os dados são referentes a Julho/2003.

MANGARATIBA

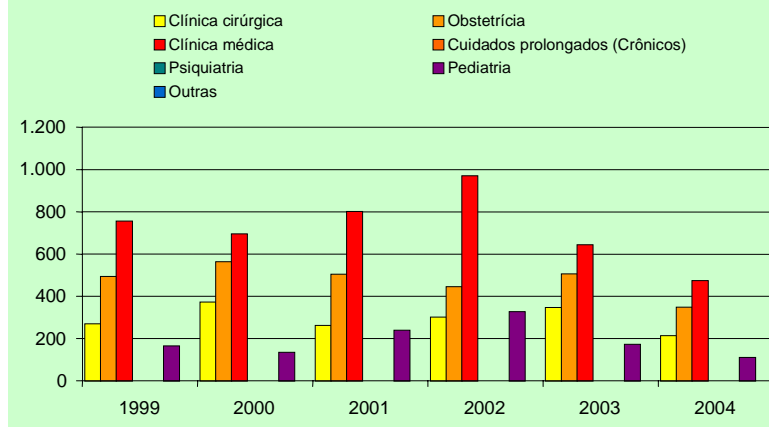


Os gráficos a seguir apresentam a utilização da rede hospitalar credenciada pelo SUS nos últimos seis anos.

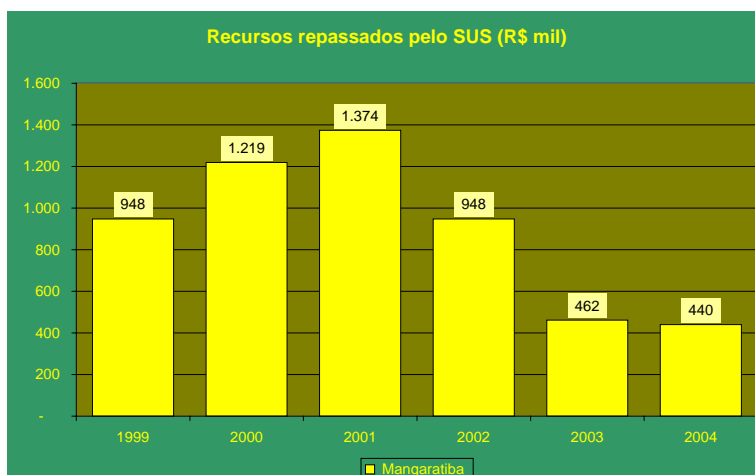
Número de internações por rede hospitalar



Número de internações por especialidade



Apresentamos no gráfico a seguir a evolução dos recursos repassados pelo SUS. Os repasses do SUS para o município podem estar sendo contabilizados diretamente no fundo municipal específico, não aparecendo nas finanças municipais da administração direta, objeto do capítulo Indicadores Financeiros.

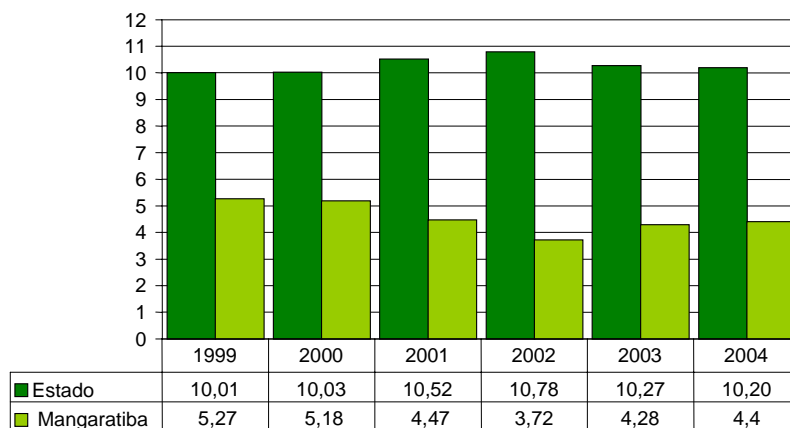


Observe-se que a notável redução dos repasses do SUS decorre de uma mudança de sistemática de transferências. De acordo com o DATASUS, com relação à Farmácia Básica, as transferências relativas aos estados estão contabilizadas no “município ignorado” do respectivo estado, com exceção da Farmácia Básica, contabilizada nos municípios a que esta verba se destina, apesar de ter sido transferida ao estado. Cabe a este fazer o repasse ao município. Já com relação a procedimentos de alta complexidade e ações estratégicas, as transferências relativas à gestão plena estadual estão contabilizadas no “município ignorado” do respectivo estado. Nesta rubrica, R\$ 33 milhões foram repassados à administração estadual no ano 2000. As cifras subiram para R\$ 50 milhões no ano seguinte, R\$ 157 milhões em 2002, R\$ 329 milhões em 2003 e alcançaram R\$ 311 milhões em 2004, respectivamente 3%, 4%, 11%, 21% e, novamente, 21% das transferências totais ao nosso estado.

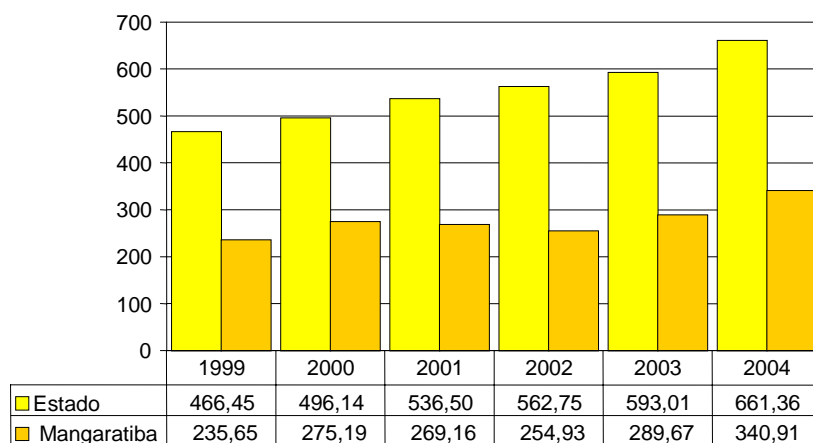
Alguns indicadores podem apontar o nível de eficácia do sistema de saúde local, como os apresentados adiante, mas não refletem as demais ações de vigilância epidemiológica, sanitária, de controle de vetores e de educação em saúde.

MANGARATIBA

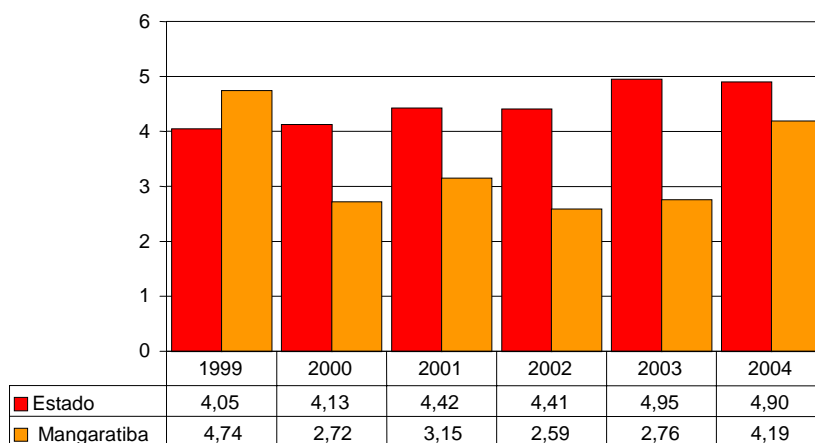
Tempo médio de internação (dias)



Valor médio de internação (R\$)



Taxa de mortalidade (por 100 internações)



O Datasus disponibiliza informações coletadas pela Pesquisa Assistência Médico-Sanitária (AMS), realizada pelo IBGE. Estão disponíveis as informações referentes às pesquisas de 1981 a 1990, 1992, 1999 e 2002. Para os anos intermediários faltantes, a AMS não foi realizada, tampouco para 2003 e 2004. Como foram apresentados na edição de 2003 deste estudo os dados relativos a distribuição de serviços na rede, de grupos de equipamentos disponíveis e uma análise dos recursos humanos, seria repetitivo reapresentá-los, uma vez que estão disponíveis no sítio www.tce.rj.gov.br, ícone Estudos e Pesquisas.

- **Trabalho e renda**

Historicamente, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) apresenta uma das menores taxas de desemprego entre as seis regiões metropolitanas componentes da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE. Uma possível razão para este fato é, que em seu território, há um extenso quadro de funcionários ligados à administração pública²³, que certamente contribui para atenuar as pressões sobre o mercado de trabalho.

Mesmo apresentando este perfil, em 2004, a RMRJ além de perder a posição de capital com a menor taxa de desemprego para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), também registrou uma das menores reduções deste indicador. Entre 2003 e 2004, a taxa média de desemprego na RMRJ baixou de 9,21% para 9,05%, registrando um decréscimo de 1,74%. Enquanto isto, na RMPA, a taxa de desemprego, que foi de 9,48% em 2003, caiu para 8,73%, em 2004. Na média das seis regiões, a taxa de desemprego baixou de 12,34% para 11,56%, o que corresponde a uma queda de 6,32%.

Além do modesto recuo da taxa de desemprego, a RMRJ foi a única a apresentar aumento no segundo trimestre de 2004, quando comparada ao mesmo período de 2003. Enquanto isto, as demais regiões metropolitanas já apresentavam queda na taxa de desemprego, como reflexo do aquecimento da economia.

Somente a partir do terceiro trimestre de 2004, a RMRJ começou a mostrar redução na taxa de desemprego. Naquele momento, a região apresentou a segunda queda mais significativa entre as seis regiões metropolitanas integrantes da PME, reduzindo-se 11,46%. Com isto, a taxa, que no terceiro trimestre de 2003 era de 9,60%, um ano depois havia alcançado 8,50%. Já na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a queda da taxa de desemprego foi a mais intensa entre as seis regiões metropolitanas componentes da PME, 16,74%. No terceiro trimestre de 2003, a taxa de desemprego era de 14,73%, passando para 12,27%, no trimestre correspondente em 2004.

23 - De acordo com os dados do CAGED, o efetivo ligado à administração pública corresponde a 22% dos vínculos formais de trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

MANGARATIBA

Regiões	Taxa de Desemprego (%) - 2003				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média no Ano
Total das áreas - PME	11,63	12,73	12,90	12,00	12,34
Recife	12,17	14,67	14,73	13,50	13,78
Salvador	15,47	17,30	17,60	16,37	16,70
Belo Horizonte	10,07	11,20	11,43	10,63	10,85
Rio de Janeiro	8,67	9,53	9,60	8,97	9,21
São Paulo	13,50	14,47	14,73	13,60	14,11
Porto Alegre	8,83	10,07	9,80	9,13	9,48
Regiões	Taxa de Desemprego (%) - 2004				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média no Ano
Total das áreas - PME	12,17	12,33	11,17	10,23	11,56
Recife	12,70	13,47	13,10	11,47	12,76
Salvador	16,80	15,90	15,70	15,70	16,05
Belo Horizonte	12,10	10,93	10,37	9,10	10,73
Rio de Janeiro	9,10	9,73	8,50	8,80	9,05
São Paulo	13,70	13,80	12,27	10,73	12,75
Porto Alegre	8,57	9,97	8,70	7,33	8,73
Regiões	Taxa de Variação (% ao ano) Trimestral – 2004/2003 ²⁴				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Ano (%aa)
Total das áreas - PME	4,58	-3,14	-13,44	-14,72	-6,32
Recife	4,38	-8,18	-11,09	-15,06	-7,40
Salvador	8,62	-8,09	-10,80	-4,07	-3,94
Belo Horizonte	20,20	-2,38	-9,33	-14,42	-1,11
Rio de Janeiro	5,00	2,10	-11,46	-1,86	-1,71
São Paulo	1,48	-4,61	-16,74	-21,08	-9,61
Porto Alegre	-3,02	-0,99	-11,22	-19,71	-7,92

Em relação ao pessoal ocupado por posição na ocupação, a RMRJ ofereceu maiores oportunidades para os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e por conta própria, categorias que apresentaram crescimento de 2,77% e 5,03%, respectivamente.

O emprego com carteira de trabalho assinada apresentou o menor crescimento entre as demais categorias, 1,39%, ilustrando a importância do setor informal na geração de novos postos de trabalho.

Embora o emprego formal não tenha apresentado, na média do ano, crescimento superior ao assistido nas demais posições na ocupação, seu avanço, no último trimestre de 2004, foi o mais elevado entre estas categorias, com aumento de 4,69%.

24 - Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Analogamente ao que se observou para o conjunto das regiões metropolitanas participantes da PME, o crescimento do emprego com carteira assinada acelerou-se ao longo do ano, tornando-se mais dinâmico que as outras formas de ocupação. O comportamento dos indicadores associados à posição na ocupação, desse modo, sinalizou o aumento da confiança empresarial na recuperação do nível da atividade econômica, incentivando a contratação de mão-de-obra de maneira mais duradoura.

	Todas as áreas – PME					Região Metropolitana do Rio de Janeiro				
	Pessoas Ocupadas (mil)									
	2003									
Posição na Ocupação	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média
Com carteira	8.234	8.087	8.142	8.231	8.174	1.974	1.926	1.944	1.942	1.947
Sem carteira	3.920	4.024	4.063	4.172	4.045	939	999	983	985	976
Conta própria	3.538	3.630	3.757	3.826	3.688	1.040	1.074	1.095	1.087	1.074
2004										
Posição na Ocupação	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média
Com carteira	8.152	8.243	8.345	8.526	8.317	1.935	1.960	1.967	2.033	1.974
Sem carteira	4.070	4.268	4.354	4.441	4.284	969	1.003	1.030	1.011	1.003
Conta própria	3.868	3.780	3.897	3.901	3.861	1.122	1.113	1.154	1.124	1.128
Taxa de variação (% ao ano) – 2004/2003										
Posição na Ocupação	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média
Com carteira	-1,00	1,93	2,50	3,58	1,75	-2,01	1,80	1,17	4,67	1,39
Sem carteira	3,84	6,06	7,18	6,46	5,91	3,20	0,43	4,78	2,61	2,74
Conta própria	9,32	4,12	3,72	1,96	4,70	7,85	3,69	5,42	3,40	5,07

Embora o emprego com carteira de trabalho assinada tenha avançado significativamente no último trimestre de 2004 na RMRJ, este desempenho não ocorreu em função da ampliação das atividades industriais. Na indústria extrativa registrou-se queda de 1,14%.

Mesmo assim, no último trimestre de 2004, a indústria extrativa registrou a menor queda do número de ocupados no ano, 0,06%. Indicando uma possível recuperação do volume de contratações.

Já as contratações para os serviços domésticos avançaram progressivamente na RMRJ em 2004, acumulando alta de 9,02%.

A construção civil apesar de ter registrado queda do primeiro ao terceiro trimestre de 2004, voltou a se recuperar no último trimestre do ano, quando apresentou alta de 8,98% em relação a igual período em 2003.

MANGARATIBA

Grupos de Atividade	2003					2004				
	Número de Pessoas Ocupadas (mil)									
	TODAS AS ÁREAS DA PESQUISA MENSAL DE EMPREGO									
	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média
Total	18.434	18.512	18.719	19.012	18.669	18.758	19.080	19.474	19.724	19.259
Indústria extrativa	3.240	3.295	3.290	3.324	3.287	3.279	3.377	3.474	3.508	3.410
Construção	1.425	1.417	1.400	1.392	1.409	1.437	1.373	1.360	1.463	1.408
Comércio	3.785	3.699	3.722	3.849	3.764	3.812	3.822	3.828	3.866	3.832
Intermediação financeira	2.422	2.496	2.546	2.564	2.507	2.510	2.616	2.684	2.739	2.637
Administração pública	2.894	2.919	2.965	3.026	2.951	2.938	3.043	3.101	3.007	3.022
Serviços domésticos	1.369	1.430	1.427	1.423	1.412	1.431	1.484	1.541	1.582	1.509
Outros serviços	3.158	3.116	3.193	3.276	3.186	3.218	3.226	3.357	3.425	3.306
Outras atividades	141	141	176	156	154	133	140	131	136	135

Grupos de Atividade	2003					2004				
	Número de Pessoas Ocupadas (mil)									
	REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO									
	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média
Total	4.753	4.788	4.819	4.816	4.794	4.788	4.871	4.975	4.945	4.895
Indústria extrativa	602	623	626	600	613	595	606	623	600	606
Construção	384	387	372	353	374	377	371	353	384	371
Comércio	904	926	908	945	921	924	941	925	930	930
Intermediação financeira	688	689	701	721	700	692	705	726	757	720
Administração pública	848	830	868	854	850	817	865	918	863	866
Serviços domésticos	362	360	361	362	361	369	385	405	416	394
Outros serviços	931	948	934	947	940	984	968	998	970	980
Outras atividades	33	24	50	34	35	29	30	26	26	28

Grupos de Atividades	Variação 2004/2003									
	TAXA DE VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO (% AO ANO)									
	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média
	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média	1ºTri	2ºTri	3ºTri	4ºTri	Média
Total	1,76	3,07	4,04	3,75	3,16	0,73	1,75	3,22	2,69	2,10
Indústria extrativa	1,22	2,51	5,58	5,51	3,72	-1,16	-2,78	-0,53	-0,06	-1,14
Construção	0,87	-3,15	-2,90	5,10	-0,04	-1,82	-4,30	-5,28	8,98	-0,78
Comércio	0,71	3,34	2,85	0,43	1,82	2,17	1,69	1,95	-1,66	1,01
Intermediação financeira	3,62	4,82	5,42	6,80	5,19	0,68	2,32	3,61	5,04	2,94
Administração pública	1,52	4,24	4,60	-0,64	2,41	-3,66	4,22	5,80	1,05	1,86
Serviços domésticos	4,50	3,78	7,99	11,12	6,87	1,93	6,94	12,28	14,92	9,02
Outros serviços	1,90	3,53	5,13	4,53	3,78	5,65	2,11	6,85	2,43	4,25
Outras atividades	-5,67	-0,71	-25,76	-12,79	-12,11	-13,13	25,00	-46,98	-24,27	-21,28

Em relação ao emprego formal, segundo o CAGED, o Estado do Rio de Janeiro apresentou crescimento médio de 3,19%.

Dos 20 municípios com o maior número de pessoas ocupadas com empregos formais, os que apresentaram as maiores elevações percentuais no número de contratações foram: Rio Bonito (16,97%), Angra dos Reis (8,92%) e Macaé (6,51%). Apesar de apresentarem as maiores elevações no emprego formal, estes municípios representam conjuntamente 4,00% dos vínculos ativos no Estado.

Número de Empregados com Vínculo (2003)					
UF	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média
BRASIL	28.782.504	29.114.186	29.389.156	29.517.690	29.200.884
MG	3.054.611	3.115.472	3.156.957	3.145.244	3.118.071
RJ	2.922.210	2.934.109	2.953.436	2.981.960	2.947.929
SP	8.661.457	8.810.418	8.900.695	8.864.763	8.809.333
RS	2.047.775	2.061.965	2.051.041	2.077.728	2.059.627
Número de Empregados com Vínculo (2004)					
UF	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média
BRASIL	29.558.239	30.128.131	30.785.787	31.061.010	30.383.292
MG	3.145.743	3.242.036	3.341.681	3.322.981	3.263.110
RJ	2.989.382	3.024.640	3.063.789	3.089.876	3.041.922
SP	8.870.116	9.101.509	9.318.655	9.382.299	9.168.145
RS	2.108.651	2.142.570	2.163.250	2.197.419	2.152.973
Taxa de Variação do Número de Vínculos – 2004/2003 (% ao ano)					
UF	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média
BRASIL	2,70	3,48	4,75	5,23	4,05
MG	2,98	4,06	5,85	5,65	4,65
RJ	2,30	3,09	3,74	3,62	3,19
SP	2,41	3,30	4,70	5,84	4,07
RS	2,97	3,91	5,47	5,76	4,53

Os municípios com maior participação, Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias, que empregam cerca de 70% do total de vínculos ativos, apresentaram alta em todos os trimestres de 2004, somente o Rio de Janeiro, apresentou crescimento abaixo da média nacional, que foi de 2,52%.

No município da cidade do Rio de Janeiro, o número de empregos formais também cresceu continuamente nos quatro trimestres de 2004. Contudo, seu crescimento foi de 2,52%, ficando sua taxa de variação abaixo da média apresentada pelo Estado do Rio de Janeiro, que foi de 3,19%.

Entre os setores mais representativos no município do Rio de Janeiro, destacam-se a Administração Pública, as Atividades Imobiliárias e o Comércio, que respondem conjuntamente por quase 60% dos empregos formais. Nestes segmentos, somente a

MANGARATIBA

Administração Pública apresentou crescimento abaixo da média nacional, 0,03%. Os demais setores, Atividades Imobiliárias e Comércio apresentaram aumento do emprego formal na seguinte proporção, 3,65% e 5,06%, respectivamente.

Ainda em relação às atividades do município do Rio de Janeiro, a Indústria Extrativa registrou o maior aumento do número de vínculos ativos entre as demais atividades econômicas, 32,70%. Apesar do aumento, este segmento absorve somente 0,20% do efetivo total de trabalhadores com vínculos ativos.

De acordo com o CAGED, no Estado do Rio de Janeiro, a atividade agropecuária foi a que apresentou em 2004 o maior crescimento, 14,56%, permanecendo muito acima da evolução média apresentada pelo total das atividades, que foi de 3,19%. Ressalte-se, porém, que esta é uma das atividades que menos oferece postos de trabalho no Estado, representando apenas 0,86% do total de empregos.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta, como principais ocupações, os mesmos setores verificados para o município. Em termos de vínculos formais, o Comércio emprega mais que as Atividades Imobiliárias na capital, 18,27% e 15,81%, respectivamente, enquanto a Administração Pública responde por 20,26% dos vínculos na capital. Em termos de expansão, os destaques entre os que empregam mais foram: Comércio (5,52%) e as Atividades Imobiliárias (4,71%). A Administração Pública apresentou pequena redução no número de vínculos, 0,05%.

Setores da Atividade Econômica	Número de empregados com vínculo (2003)				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	21.669	22.754	23.885	23.043	22.838
Pesca	1.397	1.390	1.358	1.366	1.378
Indústrias extrativas	18.537	18.534	18.761	19.333	18.791
Indústrias de transformação	290.835	292.735	294.967	296.051	293.647
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	17.335	17.023	17.002	17.146	17.127
Construção	111.221	112.401	114.779	114.289	113.173
Comércio, reparação de veículos automotores	521.130	521.246	525.270	538.502	526.537
Alojamento e alimentação	139.101	138.423	138.802	141.309	139.409
Transporte, armazenagem e comunicações	225.777	223.788	222.953	224.518	224.259
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar	78.456	78.519	79.036	79.609	78.905
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	452.693	456.260	460.662	467.823	459.360
Administração pública, defesa e seguridade social	616.678	616.776	616.814	616.478	616.687
Educação	136.136	140.756	142.177	142.561	140.408
Saúde e serviços sociais	124.838	124.878	126.036	127.227	125.745
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	165.755	167.976	170.286	172.063	169.020
Serviços domésticos	310	308	310	303	308
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	341	340	338	338	340
Não informado	0	0	0	0	0
Ignorado	0	0	0	0	0
TOTAL	2.922.210	2.934.109	2.953.436	2.981.960	2.947.929

Setores da Atividade Econômica	Número de empregados com vínculo (2004)				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	22.398	26.426	28.442	27.381	26.162
Pesca	1.404	1.401	1.378	1.342	1.381
Indústrias extrativas	19.843	20.671	21.215	21.683	20.853
Indústrias de transformação	295.341	301.013	305.904	309.202	302.865
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	17.185	17.437	17.711	17.873	17.552
Construção	114.422	116.962	119.650	114.293	116.332
Comércio, reparação de veículos automotores	542.361	548.940	557.849	573.327	555.619
Alojamento e alimentação	142.487	142.691	144.961	148.395	144.634
Transporte, armazenagem e comunicações	223.557	225.163	226.586	228.976	226.071
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar	80.038	79.967	80.436	80.536	80.244
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	471.402	477.094	485.342	490.087	480.981
Administração pública, defesa e seguridade social	616.238	616.680	616.488	616.039	616.361
Educação	140.781	145.261	145.925	145.523	144.372
Saúde e serviços sociais	128.251	129.834	132.187	133.525	130.949
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	173.043	174.471	178.973	180.792	176.820
Serviços domésticos	291	279	282	281	283
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	341	340	338	331	338
TOTAL	2.989.382	3.024.640	3.063.789	3.089.876	3.041.922

Setores da Atividade Econômica	Taxa de Variação do Número de Empregados com Vínculo – 2004/2003 (% ao ano)				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	3,36	16,14	19,08	18,83	14,56
Pesca	0,45	0,74	1,42	-1,76	0,22
Indústrias extrativas	7,05	11,53	13,08	12,15	10,97
Indústrias de transformação	1,55	2,83	3,71	4,44	3,14
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-0,87	2,43	4,17	4,24	2,48
Construção	2,88	4,06	4,24	0,00	2,79
Comércio, reparação de veículos automotores	4,07	5,31	6,20	6,47	5,52
Alojamento e alimentação	2,43	3,08	4,44	5,01	3,75
Transporte, armazenagem e comunicações	-0,98	0,61	1,63	1,99	0,81
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar	2,02	1,84	1,77	1,16	1,70
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	4,13	4,57	5,36	4,76	4,71
Administração pública, defesa e seguridade social	-0,07	-0,02	-0,05	-0,07	-0,05
Educação	3,41	3,20	2,64	2,08	2,82
Saúde e serviços sociais	2,73	3,97	4,88	4,95	4,14
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,40	3,87	5,10	5,07	4,61
Serviços domésticos	-6,13	-9,62	-9,03	-7,27	-8,02
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-0,20	0,00	0,00	-2,17	-0,59
TOTAL	2,30	3,09	3,74	3,62	3,19

MANGARATIBA

Setores da Atividade Econômica	Número de empregados com vínculo (2003)				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1.461	1.478	1.478	1.505	1.480
Pesca	729	724	710	682	711
Indústrias extrativas	2.756	2.731	2.762	3.064	2.828
Indústrias de transformação	133.381	132.544	132.806	132.941	132.918
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	12.346	12.099	12.078	12.129	12.163
Construção	54.425	54.686	57.067	56.564	55.685
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais	281.020	281.804	283.030	289.297	283.788
Alojamento e alimentação	92.822	92.498	92.898	94.339	93.140
Transporte, armazenagem e comunicações	142.494	141.391	140.070	140.595	141.138
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serv. relacionados	63.514	63.584	64.056	64.412	63.891
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados as empresas	316.426	319.192	321.776	326.085	320.870
Administração pública, defesa e seguridade social	415.053	414.972	414.981	414.908	414.979
Educação	84.629	87.280	87.975	88.341	87.056
Saúde e serviços sociais	74.369	74.605	75.178	76.048	75.050
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	116.617	117.823	119.472	120.700	118.653
Serviços domésticos	95	91	93	88	92
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	251	250	250	250	250
Não informado	0	0	0	0	0
Ignorado	0	0	0	0	0
TOTAL	1.792.388	1.797.752	1.806.681	1.821.948	1.804.692

Setores da Atividade Econômica	Número de empregados com vínculo (2004)				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1.480	1.556	1.636	1.641	1.578
Pesca	696	691	676	670	683
Indústrias extrativas	3.302	3.585	3.850	4.276	3.753
Indústrias de transformação	133.157	134.093	135.994	137.419	135.166
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	12.114	12.309	12.602	12.695	12.430
Construção	56.779	57.252	58.929	57.024	57.496
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais	291.142	295.340	299.215	306.915	298.153
Alojamento e alimentação	94.712	94.946	96.356	98.409	96.106
Transporte, armazenagem e comunicações	139.366	139.751	140.244	141.519	140.220
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serv. relacionados	64.642	64.569	64.852	64.875	64.735
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados as empresas	327.714	329.865	334.835	337.906	332.580
Administração pública, defesa e seguridade social	414.872	415.130	415.155	415.275	415.108
Educação	87.321	89.899	90.114	89.678	89.253
Saúde e serviços sociais	76.943	78.211	79.755	80.614	78.881
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	121.217	121.586	124.830	126.868	123.625
Serviços domésticos	83	78	78	78	79
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	253	252	251	243	250
Não informado	0	2	8	7	4
Ignorado	0	0	1	19	5
TOTAL	1.825.793	1.839.115	1.859.380	1.876.131	1.850.105

Setores da Atividade Econômica	Taxa de Variação do Número de Empregados com Vínculo – 2004/2003 (% ao ano)				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	Média
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1,30	5,28	10,71	9,03	6,61
Pesca	-4,53	-4,56	-4,70	-1,81	-3,93
Indústrias extrativas	19,81	31,25	39,38	39,56	32,70
Indústrias de transformação	-0,17	1,17	2,40	3,37	1,69
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-1,88	1,74	4,34	4,67	2,20
Construção	4,33	4,69	3,26	0,81	3,25
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais	3,60	4,80	5,72	6,09	5,06
Alojamento e alimentação	2,04	2,65	3,72	4,31	3,18
Transporte, armazenagem e comunicações	-2,19	-1,16	0,12	0,66	-0,65
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serv.religados	1,78	1,55	1,24	0,72	1,32
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados as empresas	3,57	3,34	4,06	3,63	3,65
Administração pública, defesa e seguridade social	-0,04	0,04	0,04	0,09	0,03
Educação	3,18	3,00	2,43	1,51	2,52
Saúde e serviços sociais	3,46	4,83	6,09	6,00	5,10
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,94	3,19	4,48	5,11	4,19
Serviços domésticos	-12,63	-14,65	-16,49	-11,41	-13,82
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,80	0,80	0,53	-2,67	-0,13
TOTAL	1,86	2,30	2,92	2,97	2,52

A RMRJ foi a que apresentou em 2004 a segunda maior queda dos rendimentos, 0,58%, perdendo apenas para Recife, com redução de 3,30%. Em compensação, como reflexo da ampliação das oportunidades de emprego no último trimestre de 2004, os rendimentos na RMRJ apresentaram a segunda maior elevação neste período, 3,64%, perdendo somente para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde estes subiram 5,55% no mesmo período.

Rendimento Médio Real (R\$) - 2003					
	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	Média
Total das áreas - PME	967,74	925,05	915,72	974,91	945,86
Recife	662,22	662,87	630,57	636,88	648,14
Salvador	723,27	676,93	704,78	754,58	714,89
Belo Horizonte	834,91	806,11	798,59	854,01	823,41
Rio de Janeiro	901,51	894,85	885,78	933,93	904,02
São Paulo	1126,66	1055,04	1037,23	1108,10	1081,76
Porto Alegre	917,47	899,70	922,13	985,24	931,14

Rendimento Médio Real (R\$) - 2004					
	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	Média
Total das áreas - PME	924,12	929,55	930,87	1008,04	948,14
Recife	581,66	612,95	659,30	653,07	626,75
Salvador	719,14	705,12	705,41	741,66	717,83
Belo Horizonte	812,99	811,50	835,15	867,69	831,83
Rio de Janeiro	879,36	868,01	879,85	967,95	898,79
São Paulo	1057,47	1076,29	1066,50	1169,57	1092,46
Porto Alegre	920,07	918,40	922,21	978,76	934,86

Taxa de Variação do Rendimento Médio Real (%) – 2004/2003					
	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	Média
Total das áreas - PME	-4,51	0,49	1,65	3,40	0,24
Recife	-12,17	-7,53	4,56	2,54	-3,30
Salvador	-0,57	4,16	0,09	-1,71	0,41
Belo Horizonte	-2,63	0,67	4,58	1,60	1,02
Rio de Janeiro	-2,46	-3,00	-0,67	3,64	-0,58
São Paulo	-6,14	2,01	2,82	5,55	0,99
Porto Alegre	0,28	2,08	0,01	-0,66	0,40

MANGARATIBA

Na RMRJ, entre as três principais posições na ocupação, a que apresentou o maior aumento nos rendimentos foi a do trabalho por conta própria, com elevação de 6,76% no quarto trimestre e de 2,10% no ano. As demais posições revelaram queda nos rendimentos, inclusive para os trabalhadores com carteira assinada, cujos rendimentos caíram em média, 0,85%.

Rendimento Médio Real (R\$) - 2003					
R\$ / 2003	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	Média
Com Carteira	907,18	890,88	860,45	987,18	911,42
Sem Carteira	560,07	566,67	617,91	591,55	584,05
Conta Própria	642,00	705,38	690,94	658,38	674,17
Rendimento Médio Real (R\$) - 2004					
R\$ / 2004	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	Média
Com Carteira	872,2	880,41	864,73	997,23	903,64
Sem Carteira	550,14	584,12	594,39	597,69	581,58
Conta Própria	719,13	647,6	683,81	702,88	688,35
Taxa de Variação do Rendimento Médio Real (%) - 2004/2003					
Var. %	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	Média
Com Carteira	-3,86	-1,18	0,50	1,02	-0,85
Sem Carteira	-1,77	3,08	-3,81	1,04	-0,42
Conta Própria	12,01	-8,19	-1,03	6,76	2,10

Para se obter uma visão sintética dos principais indicadores aqui analisados, com a finalidade de avaliar quantitativamente a performance do mercado de trabalho na RMRJ, construiu-se um índice composto utilizando metodologia semelhante à do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O índice aqui construído agrega três variáveis: taxa de desemprego, pessoal ocupado sem carteira assinada e o salário real dos trabalhadores com carteira assinada.

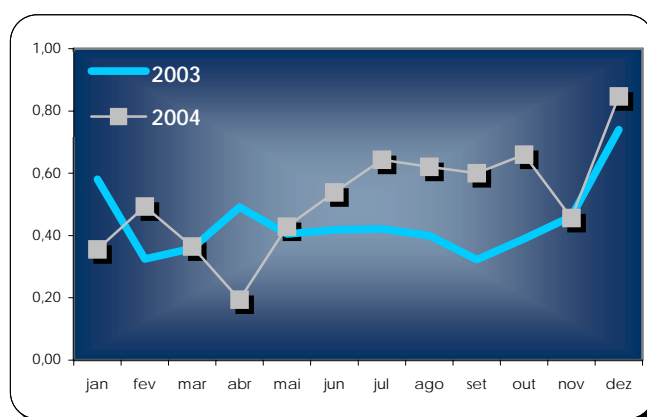
Para cada variável, cria-se uma coluna que associa o valor 1 ao melhor resultado do período avaliado e zero ao pior. Os valores intermediários são calculados por interpolação linear. Em seguida, calcula-se a média aritmética simples destas três colunas e chega-se ao índice agregado.

A próxima tabela apresenta o comportamento das variáveis utilizadas bem como os valores acumulados pelo indicador, em 2003 e 2004.

Taxa de Desemprego (%)			Pessoal Ocupado (mil)		Salário Real (R\$)		Indicador
Mês	2003	Interp. Linear	2003	Interp. Linear	2003	Interp. Linear	Síntese
jan	8,30	0,92	967	0,48	938,64	0,34	0,58
fev	8,60	0,81	896	0,00	894,85	0,17	0,32
mar	9,10	0,62	953	0,39	871,03	0,07	0,36
abr	9,20	0,58	999	0,70	902,90	0,20	0,49
mai	9,60	0,42	991	0,65	889,64	0,14	0,40
jun	9,80	0,35	1.007	0,76	892,02	0,15	0,42
jul	9,60	0,42	991	0,65	902,67	0,20	0,42
ago	9,50	0,46	981	0,58	893,37	0,16	0,40
set	9,70	0,38	977	0,55	861,30	0,03	0,32
out	9,40	0,50	987	0,62	865,27	0,05	0,39
nov	8,90	0,69	976	0,54	890,71	0,15	0,46
dez	8,60	0,81	992	0,65	1.045,80	0,76	0,74

Taxa de Desemprego (%)			Pessoal Ocupado (mil)		Salário Real (R\$)		Indicador
Mês	2004	Interp. Linear	2004	Interp. Linear	2004	Interp. Linear	Síntese
jan	8,90	0,69	951	0,37	852,88	0,00	0,36
fev	8,60	0,81	976	0,54	885,57	0,13	0,49
mar	9,80	0,35	979	0,56	899,63	0,18	0,36
abr	10,70	0,00	979	0,56	857,56	0,02	0,19
mai	9,60	0,42	1.019	0,84	859,59	0,03	0,43
jun	8,90	0,69	1.012	0,79	886,89	0,13	0,54
jul	8,10	1,00	1.025	0,88	866,13	0,05	0,64
ago	8,60	0,81	1.032	0,93	885,69	0,13	0,62
set	8,80	0,73	1.033	0,93	887,73	0,14	0,60
out	8,50	0,85	1.043	1,00	887,12	0,13	0,66
nov	9,40	0,50	991	0,65	909,64	0,22	0,46
dez	8,50	0,85	998	0,69	1.107,10	1,00	0,85

Visualmente, o gráfico a seguir ilustra a evolução do índice da situação do mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2003 e 2004.



De acordo com o gráfico, a situação geral do mercado de trabalho, retratada pelo índice composto, foi melhor em 2004 que a observada no ano anterior, principalmente a partir do segundo semestre. Das três variáveis analisadas, o rendimento médio real apresentou queda em relação a 2003, impedindo que a recuperação fosse mais robusta.

MANGARATIBA

Especificamente sobre o município em análise, o Atlas de Desenvolvimento Humano apresenta as seguintes evoluções, entre os dois últimos censos:

A renda per capita média do município cresceu 73,32%, passando de R\$ 190,60 em 1991 para R\$ 330,35 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 35,51%, passando de 30,3% em 1991 para 19,5% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,57 em 2000.

Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000

	1991	2000
20% mais pobres	3,8	2,9
40% mais pobres	11,4	9,4
60% mais pobres	23,3	20,5
80% mais pobres	42,4	39,6
20% mais ricos	57,7	60,4

IV - INDICADORES ECONÔMICOS

Pelo segundo ano consecutivo, a economia do Rio de Janeiro teve um desempenho inferior ao da média nacional. Segundo estimativas preliminares produzidas pela Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), o crescimento do PIB fluminense em 2004 foi de cerca de 1,3%, menos de um terço do crescimento de 4,9% do Brasil, segundo o IBGE.

O fraco desempenho do Estado do Rio de Janeiro foi determinado principalmente pelo diferencial de crescimento das indústrias de transformação e extrativa mineral em relação àqueles verificados no restante do país. Juntas, elas foram responsáveis por quase 70% do diferencial entre o crescimento do PIB nacional e do PIB fluminense em 2004.

O PIB fluminense, estimado em aproximadamente R\$203 bilhões, correspondeu, em 2004, a cerca de 12,11% do PIB nacional, abaixo dos 12,58% apurados para 2003 que, por sua vez, já haviam ficado abaixo do recorde recente de 12,82% alcançado em 2002.

A economia fluminense, que nos últimos anos da década passada e no início da atual, vinha crescendo a taxas mais elevadas que as do país, cresceu em torno de zero no biênio 2003-2004, enquanto a economia nacional deu um salto de 5,8% nos dois anos.

A seguir, os resultados dos principais setores de atividade do Estado serão comentados separadamente. Ao final, uma tabela-síntese apresenta o crescimento de cada setor em 2004 e sua contribuição para o resultado do Estado. A tabela a seguir apresenta o PIB total do Estado do Rio de Janeiro nos últimos 10 anos e a evolução de sua participação no PIB nacional.

Ano	Preços Correntes (R\$ Milhões) - RJ	Part. % RJ x Brasil	Taxa de Crescimento Real (%)
1995	69.197	11,37	
1996	80.124	10,95	-1,38
1997	90.350	11,02	4,17
1998	94.696	10,98	-0,04
1999	107.350	11,77	7,25
2000	129.799	12,71	11,58
2001	139.477	12,47	0,01
2002	163.438	12,82	6,37
2003	185.307	12,58	-1,40
2004	202.884	12,11	1,31

Fonte: Contas Regionais - IBGE

AGROPECUÁRIA

A atividade agropecuária responde por menos de 1% do PIB fluminense, uma contribuição que fica muito aquém dos 9,6% da média nacional.

MANGARATIBA

A lavoura canavieira, preponderantemente desenvolvida no norte do Estado, com uma participação de cerca de 30% da atividade agropecuária estadual, registrou um bom desempenho em 2004, com crescimento de 6,75% da produção. O desempenho das outras quatro principais lavouras do Estado, contudo, não foi homogêneo. Dos cinco principais segmentos da agropecuária fluminense, três apuraram crescimento e, dois, redução da produção. A tabela a seguir apresenta o desempenho dessas atividades no Estado e no país.

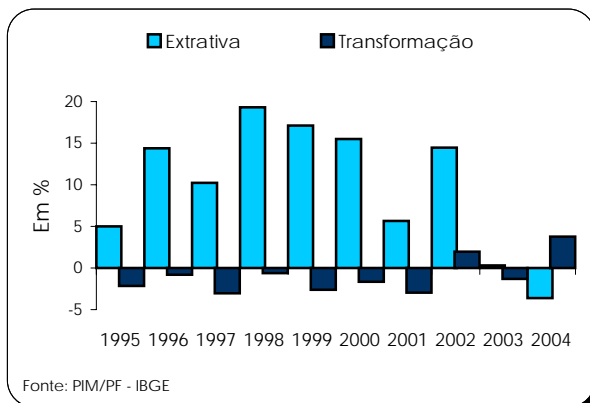
	Rio de Janeiro (mil t)			Brasil (mil t)		
	2003	2004	Variação %	2003	2004	Variação %
Cana de Açúcar	7.234,8	7.723,4	6,75	396.012,2	409.636,4	3,44
Tomate	173,0	203,2	17,45	3.708,6	3.421,3	-7,75
Mandioca	154,7	176,2	13,92	21.961,1	24.020,4	9,38
Banana	161,8	160,9	-0,55	6.801,0	6.500,6	-4,42
Laranja	104,0	69,2	-33,47	16.917,6	18.288,0	8,10

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e Produção Agrícola por Município – IBGE (em mil t)

INDÚSTRIA

A indústria continua ganhando espaço como o setor mais importante da economia fluminense. O PIB de seus quatro subsetores – extrativa, transformação, construção e serviços de utilidade pública – representou, em 2002, último ano com dados de PIB regional disponíveis pelo IBGE, quase a metade (49,6%) do PIB do Rio de Janeiro. Na indústria nacional, o peso de 40,1% no total do PIB é quase 10 pontos percentuais inferior.

Em 2004, a produção industrial do Estado do Rio de Janeiro cresceu 2,4%, segundo dados da PIM-PF do IBGE, dado que contrasta com os 8,3% de crescimento no Brasil. O desempenho dos principais segmentos industriais foi heterogêneo nos últimos anos. A indústria de transformação cresceu 3,8%, o segundo resultado positivo dos últimos 10 anos. Já a indústria extrativa, registrou variação de -3,6%, a primeira taxa negativa desde 1992. Considerando-se a nova série de produção industrial, reconstituída pelo IBGE desde 1991, esta é a primeira vez que o crescimento da produção da indústria de transformação supera o da indústria extrativa.



EXTRATIVA MINERAL

A paralisação temporária da produção em algumas plataformas petrolíferas da Bacia de Campos fez com que a produção do setor extrativo mineral no Estado, representado quase que exclusivamente por petróleo e gás, decrescesse 3,6%.

Nos 10 anos imediatamente anteriores ao biênio 2003-2004, a indústria extrativa fluminense havia vivido um surto de expansão sem precedentes na história. Entre 1993 e 2002, a produção praticamente triplicou, com um crescimento acumulado de 191%. O fraco desempenho da indústria extrativa pelo segundo ano consecutivo, embora se justifique em parte por fatores conjunturais, parece indicar que a fase de rápida expansão deste setor no Estado, alavancada por fortes investimentos, está perdendo ritmo. Entre 1994 e 2002, a participação da produção fluminense de petróleo no total nacional saltou de 66% para 83%. Em 2003 e 2004, esse número estagnou-se na casa dos 82%.

Entre os motivos concorrentes para a mudança de tendência estão a própria dinâmica de investimentos no setor ao longo do tempo e a descoberta de poços de petróleo economicamente viáveis no Estado do Espírito Santo e de gás natural na Bacia de Santos, um megaprojeto de energia que será tocado pelo país nos próximos anos. Com a eventual diminuição na velocidade de implementação de novos investimentos na atividade petrolífera, a economia do Estado do Rio de Janeiro, que ganhara maior dinamismo às custas do aumento da concentração na atividade extrativa, vive agora o desafio da diversificação, sob risco de passar por dificuldades para crescer no futuro próximo.

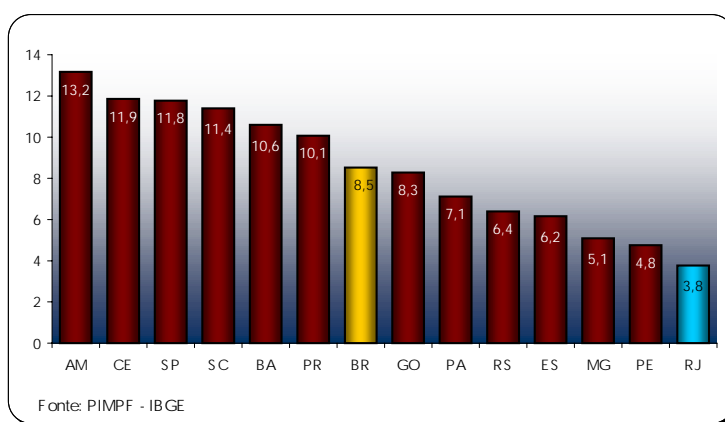
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A produção da indústria de transformação fluminense cresceu 3,8% em 2004. Apesar de este ser o maior crescimento do setor em mais de 10 anos, a diferença em relação aos 8,5% de crescimento da indústria de transformação nacional – usando como referência a PIM-PF do IBGE – é uma das maiores entre todos os segmentos econômicos e explica parte significativa da diferença entre o desempenho do PIB do Estado e do país naquele ano.

MANGARATIBA

Outro motivo para considerar com bastante moderação o fato de esta ser a maior taxa de crescimento em mais de 10 anos, é que, entre 1995 e 2004, este segmento da indústria só cresceu em duas ocasiões: em 2002 e no ano passado. Durante este decênio, a produção física da indústria de transformação fluminense diminuiu 9,3%, enquanto a nacional acumulou 18% de crescimento, com sete resultados positivos.

A taxa de crescimento da indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro em 2004 foi a menor entre os 13 estados acompanhados sistematicamente pelo IBGE, tendo sido quase 10 pontos percentuais (p.p.) inferior à do Amazonas (13,2%) e 8 p.p. inferior à de São Paulo (11,8%), como ilustra o gráfico a seguir:



Além do esvaziamento econômico do Estado nos últimos anos, à exceção da indústria petrolífera, a pequena diversificação da indústria do Estado explica o fraco resultado em comparação com o da média do país. Como exemplo, gêneros como os de máquinas e equipamentos e de material eletrônico e equipamentos de comunicação, responsáveis por cerca de 1,4 ponto percentual do crescimento da indústria de transformação no plano nacional, possuem participação desprezível na economia fluminense. O primeiro é produtor de bens de capital e o segundo, prioritariamente, de bens de consumo duráveis, dois dos que alavancaram o crescimento do país no ano passado.

A decomposição setorial do resultado da indústria de transformação fluminense em 2004 mostra que as maiores contribuições para o crescimento de 3,8% vieram dos gêneros veículos automotores (contribuição de 1 p.p.), refino de petróleo e álcool (0,9 p.p.), minerais não metálicos (0,9 p.p.) e bebidas (0,6 p.p.).

A produção de veículos automotores registrou crescimento de 23,24% em 2004. Embora tenha uma participação ainda pequena na indústria do Rio, em torno de 4%, este segmento pode ganhar relevância nos próximos anos, com a expectativa de que novas marcas venham a se instalar no Estado, que apresenta vantagens comparativas, como a proximidade de portos, indústrias metalúrgicas etc.

A atividade de refino de petróleo e álcool cresceu 6,17%. A tendência, diversa da registrada na extração, é justificada pela expansão na atividade alcooleira e pelo refino de estoques e de óleo importado. O segmento de minerais não metálicos cresceu no Rio de

Janeiro 23,21%, bem acima dos 4,85% da média nacional, sinalizando um início de recuperação da indústria da construção no Estado. A produção de bebidas cresceu 11,04%, quase o dobro do crescimento de 5,81% no plano nacional.

O setor têxtil surpreendeu com um crescimento de 20,21%, superior ao da média nacional mas, com um peso relativamente pequeno, contribuiu com apenas 0,27 p.p. para o crescimento da indústria fluminense no ano passado. A tabela de produção física da indústria, a seguir, ilustra as maiores influências na composição do PIB no Rio de Janeiro e no Brasil.

Atividades Industriais	Rio de Janeiro			Brasil		
	Influên- cia em p.p.	Varição %	Peso %	Influên- cia em p.p.	Varição %	Peso %
Veículos automotores	1,04	23,24	4,48	2,18	29,86	7,30
Minerais não metálicos	0,93	23,21	4,01	0,18	4,85	3,71
Refino de petróleo e álcool	0,87	6,17	14,10	0,18	2,32	7,76
Bebidas	0,63	11,04	5,71	0,18	5,81	3,10
Têxtil	0,27	20,21	1,34	0,29	10,13	2,86
Alimentos	0,22	3,06	7,19	0,53	4,12	12,86
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	0,21	9,38	2,24	0,20	11,89	1,68
Metalurgia básica	0,13	0,97	13,40	0,21	3,35	6,27
Farmacêutica	-0,02	-0,24	8,33	0,03	0,93	3,23
Borracha e plástico	-0,21	-5,50	3,82	0,29	7,79	3,72
Outros produtos químicos	-0,35	-4,02	8,71	0,53	6,96	7,61
Edição, impressão e reprodução de gravações	-0,63	-7,38	8,54	-0,11	-2,38	4,62
Indústrias Extrativas	-0,65	-3,63	17,91	0,22	4,29	5,13
Subtotal	2,44	2,44	99,76	4,91	7,03	69,86
Máquinas e equipamentos	---	---	---	0,98	16,12	6,08
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	---	---	---	0,52	17,80	2,92
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	---	---	---	0,34	9,97	3,41
Celulose, papel e produtos de papel	---	---	---	0,33	7,92	4,17
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	---	---	---	0,29	33,55	0,86
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	---	---	---	0,19	7,07	2,69
Outros	---	---	---	0,73	7,16	10,20
Subtotal				3,38	11,15	30,33
Total	2,44	2,44	99,76	8,29	8,29	100

Fonte: PIM/PF - IBGE

MANGARATIBA

CONSTRUÇÃO

Depois de sofrer, em 2003, uma das maiores quedas de sua história, a indústria de construção voltou a crescer de forma modesta em 2004. Medido pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC), o consumo nacional de cimento cresceu 1,0% e o do Rio de Janeiro, 2,3%.

A perda de participação relativa no PIB nacional e do Estado nos últimos anos impressiona e reflete o enfraquecimento do mercado imobiliário e a retração dos investimentos em infra-estrutura no país. No final da década passada, a indústria da construção representava cerca de 10% do PIB brasileiro e do Estado do Rio de Janeiro. Em 2002, segundo dados do IBGE, esta participação já havia caído para 7,3% e 6,0%, respectivamente.

SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA

Os serviços industriais de utilidade pública (SIUP) costumam reagir com algum atraso e de forma lenta ao impulso de crescimento mais acelerado de outros setores. Medido nesta pesquisa pelo consumo de energia elétrica, gás encanado e água, segundo dados da Fundação CIDE, o PIB do setor SIUP fluminense teria crescido, numa estimativa preliminar, 1,4% em 2004, menos que os 5,0% registrados ao nível nacional. Este crescimento foi motivado pelo bom desempenho do segmento de gás encanado, cujo consumo cresceu 21,4% em 2004, enquanto o consumo de energia, segundo dados disponíveis até setembro daquele ano, reduziu-se em 0,6% e o de água declinou, segundo informações da CEDAE e subsidiárias ao CIDE, cerca de 10,5%.

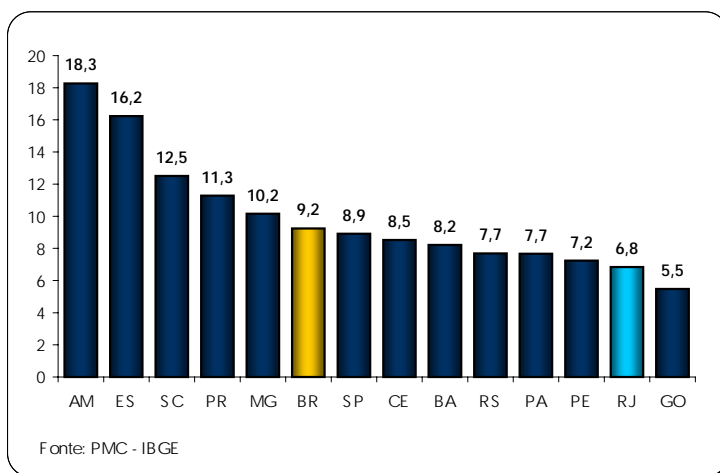
A tabela a seguir apresenta os consumos e a variação entre 2003 e 2004 em nosso Estado.

	2003	2004	Var %
Consumo de Energia Elétrica (Gwh) *	19.291	19.175	-0,60
Consumo de Gás Encanado (mil m3)	2.623.460	3.185.240	21,41
Consumo de Água (mil m3) **	715.113	639.965	-10,51

* Var% entre o período jan-set/04 e jan-set/03 ** CEDAE e suas conveniadas
Fonte: Fundação CIDE

COMÉRCIO VAREJISTA

O volume de vendas do comércio varejista fluminense cresceu 6,8% em 2004, compensando os maus resultados dos dois anos anteriores. Como se pode observar no gráfico a seguir, o desempenho do comércio varejista do Rio de Janeiro em 2004, embora bem superior ao dos últimos anos, ficou abaixo da média de 9,2% no plano nacional.



Em comparação com o desempenho do comércio no plano nacional, as vendas cresceram menos em todos os segmentos, como ilustra a tabela a seguir.

Atividades	2004		3 anos (*)	
	RJ	BR	RJ	BR
Comércio Varejista	6,8	9,2	-0,2	4,5
Veículos, motos, partes e peças	13,1	17,8	-2,8	-9,3
Combustíveis e lubrificantes	-0,8	4,6	1,7	5,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,3	7,2	-12,1	0,2
Hipermercados e supermercados	5,6	7,5	-11,0	1,4
Tecidos, vestuário e calçados	-2,0	4,7	-14,5	0,2
Móveis e eletrodomésticos	22,8	26,4	15,3	24,6

Fonte: PMC - IBGE

(*) Variação acumulada entre 2002 e 2004

No segmento de veículos, motos, partes e peças, o crescimento de vendas em 2004 alcançou 13,1% no Rio de Janeiro. Apesar disso, após vários anos em queda, a taxa de crescimento das vendas físicas acumuladas nos últimos três anos permaneceu negativa, em 2,8%. Já no segmento de móveis e eletrodomésticos, o crescimento vigoroso de 22,8% em 2004 tornou o crescimento acumulado nos últimos três anos positivo, em 15,3%.

As vendas do comércio varejista de supermercados e hipermercados, que haviam se reduzido muito nos últimos anos, cresceram 5,3% em 2004. Parte desse desempenho pode ser explicada pela expansão das vendas de duráveis nestas lojas. Mas a gradual recuperação da massa salarial ao longo do ano 2004 começou a surtir efeito também sobre as compras de não duráveis (alimentos, produtos de higiene e outros) durante o segundo semestre do ano e, mais especificamente, no último trimestre. Com isso, um movimento semelhante foi notado no segmento de tecidos, vestuário e calçados, de bens semiduráveis em sua maioria, que registrou redução de vendas de 2% em relação a 2003, embora, as vendas tenham se recuperado ao final do ano.

MANGARATIBA

O segmento de combustíveis e lubrificantes é outro em que as vendas decresceram em 2004 (-0,8%), mas começaram a se recuperar no segundo semestre. O desempenho bem inferior ao da média nacional (crescimento de 4,6%) confirma o diagnóstico de que a economia fluminense cresceu em 2004 a uma taxa menos acelerada e a reboque dos segmentos que puxaram a economia nacional.

COMUNICAÇÕES

O setor de comunicações, cuja participação no PIB do Rio de Janeiro alcançou 2,3% em 2002, segundo dados do IBGE, apresentou desempenho negativo em 2004. Segundo dados da CIDE, o número de pulsos telefônicos caiu 1,11%. Estes números servem de referência para a estimativa de crescimento do PIB do setor de telecomunicações e não incluem a telefonia celular, que também não é contabilizada no PIB nacional. No Brasil, o PIB do setor de telecomunicações cresceu 2,0% em 2004, segundo dados do IBGE.

TRANSPORTES

O indicador mais apropriado para se estimar o desempenho regional do setor de transportes no Brasil é o consumo de óleo diesel, uma vez que grande parte dos meios de transporte se utiliza deste combustível. Em 2004, o desempenho do consumo de diesel no Rio de Janeiro ficou muito aquém do desejável, com redução de 3,24%, contra 6,7% de crescimento verificado no restante do país. Em termos acumulados no triênio 2002-2004, o Rio de Janeiro registra redução de 4,5% contra aumento de 5,5% no Brasil como um todo, segundo dados da ANP.

SERVIÇOS

Sendo o setor de serviços bastante pulverizado, caracterizado pela existência de muitas unidades produtivas com uma produtividade que varia lentamente ao longo do tempo, o desempenho regional do setor serviços é avaliado, na estimativa realizada pelo IBRE/FGV, levando-se em consideração a evolução do nível de emprego, segundo dados do CAGED, do Ministério do Trabalho. 4 Em 2004, a evolução do pessoal ocupado nos principais segmentos relacionados ao setor de serviços fluminense avançou de forma semelhante à do setor em termos nacionais, levando à utilização de uma taxa de crescimento para o PIB de serviços no Estado do Rio de Janeiro, para efeito de estimativa do crescimento do PIB total, idêntica à verificada no plano nacional, de 3,72%.

Por convenção metodológica adotada pelo IBGE no cálculo das Contas Nacionais, as taxas de variação do conjunto de atividades exercidas pelas administrações públicas são estimadas através do crescimento populacional. Dessa forma, admitiu-se para este setor, que representa aproximadamente 17% do PIB regional, segundo dados de 2002 do IBGE, um crescimento de 1,30% no Rio de Janeiro, em 2004.

A tabela a seguir sintetiza as informações relativas à estimativa produzida pelo IBRE/FGV para o crescimento do PIB do Estado do Rio de Janeiro, em 2004.

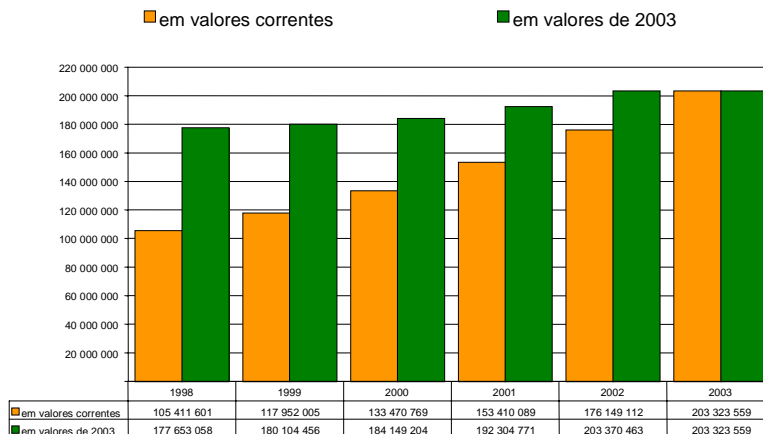
	Rio de Janeiro		
	Taxa de Crescimento (%)	Participação no PIB (%)	Contribuição (pontos percentuais)
Agropecuária	5,27	0,59	0,03
Indústria Extrativa	-3,63	23,93	-0,87
Indústria de Transformação	3,77	16,18	0,61
Construção	2,25	5,99	0,14
SIUP	1,35	3,50	0,05
Comércio	6,84	5,00	0,34
Comunicações	-1,11	2,25	-0,02
Transportes	-3,24	1,78	-0,06
Serviços	3,72	23,66	0,88
Administração Pública	1,30	17,12	0,22
Total (PIB)		100,00	1,32

Fonte: IBGE, Fundação CIDE, SNIC

Os números definitivos e abertos por município em 2004 somente estarão disponíveis no próximo ano, cabendo, portanto, analisar os dados do PIB estadual, regional e local até 2003. A Fundação CIDE utiliza metodologia diversa daquela adotada pelo IBGE, apresentada na introdução deste capítulo

O PIB do Estado em 2003, a preços básicos, de acordo com a CIDE, foi de R\$ 203 bilhões, dos quais a capital participou com 48,7% e a extração de petróleo e gás com 17,9%. Houve um crescimento real de 12,6% no período de 1998 a 2003²⁵.

PIB a preços básicos - evolução de 1998 a 2003 (R\$ mil)



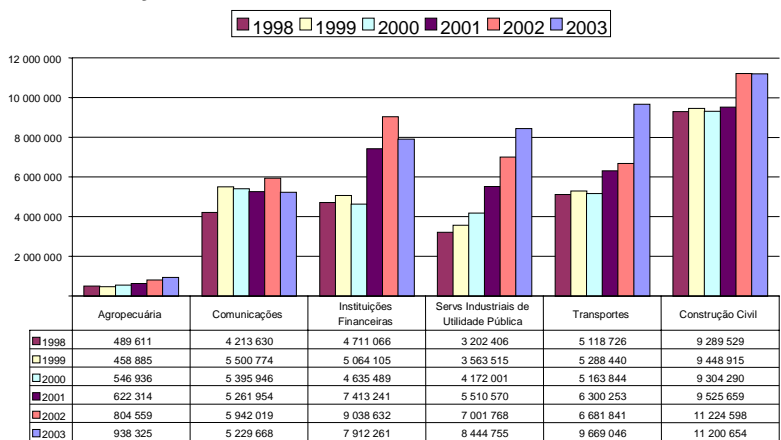
Os gráficos a seguir apresentam as evoluções dos setores da economia²⁶ em todo o Estado.

25 - Dados de 2003 preliminares, acesso em 20/07/05, em <http://www.cide2.rj.gov.br/secao.php?secao=3>. Utilizados os seguintes inflatores a juros compostos: 1998 – 10,374%; 1999 – 10,671%; 2000 – 10,065%; 2001 – 8,575%; 2002 – 15,454%.

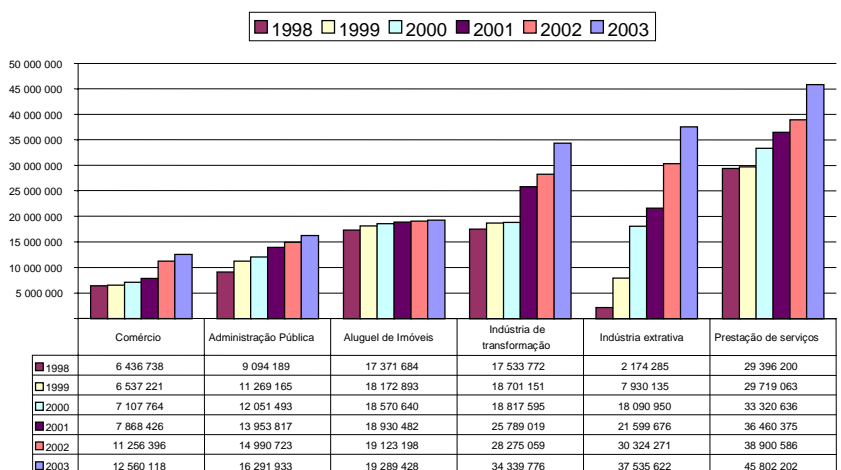
26 - Dados setoriais sem imputação de intermediação financeira.

MANGARATIBA

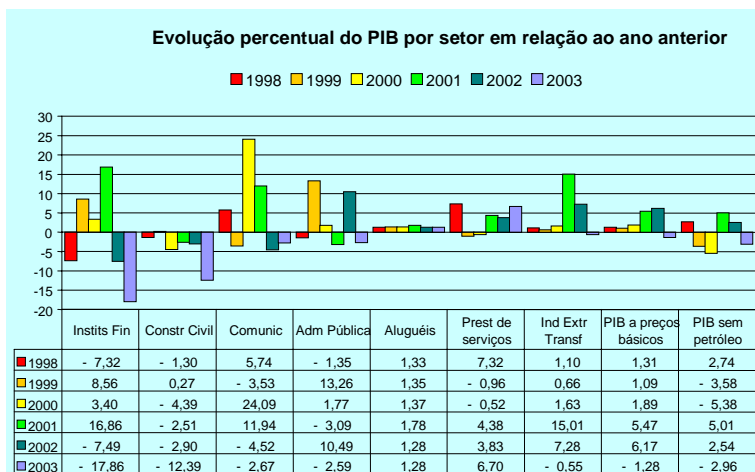
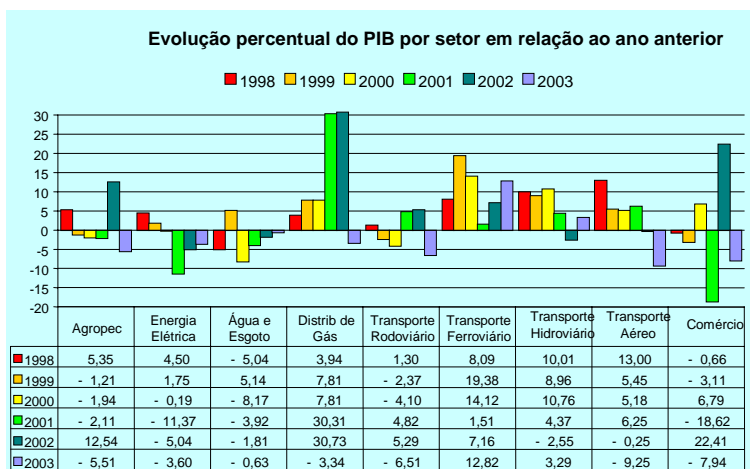
Evolução do PIB estadual em valores correntes (R\$ mil)



Evolução do PIB estadual em valores correntes (R\$ mil)



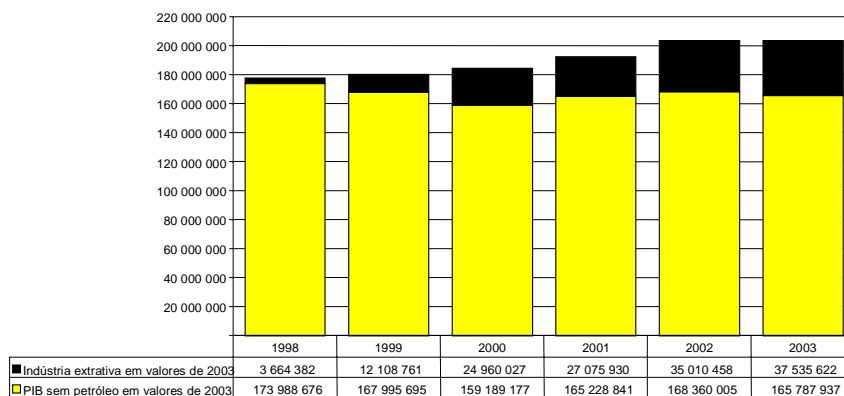
O comportamento da variação anual é apresentado nos gráficos a seguir, onde se observa que somente transporte ferroviário teve crescimento continuado, tendo os demais setores apresentado comportamento instável e, energia elétrica, água e esgoto e construção civil, as piores *performances*.



Em uma avaliação mais rigorosa, verifica-se que o PIB a preços básicos estadual, excluída a produção da Bacia de Campos, apresentou crescimento real negativo no período, com queda de 4,7%, como ilustra o gráfico a seguir:

**Participação do petróleo na economia fluminense
(PIB a preços básicos - R\$ mil)**

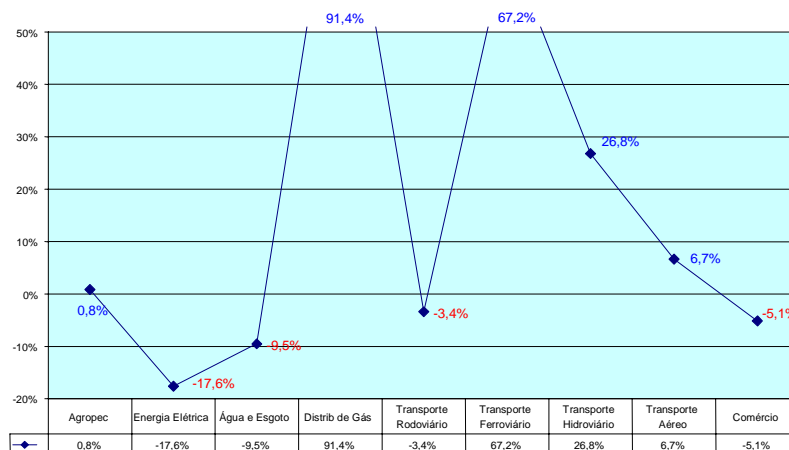
■ PIB sem petróleo em valores de 2003 ■ Indústria extrativa em valores de 2003



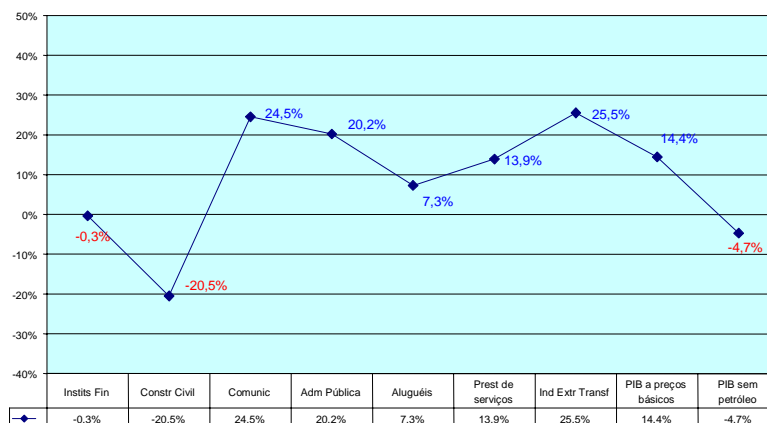
MANGARATIBA

Os gráficos seguintes apresentam a evolução real de cada setor no período, onde podem ser observadas as excepcionais taxas de crescimento dos setores de distribuição de gás e transporte ferroviário.

Evolução do PIB por setor de 1998 a 2003

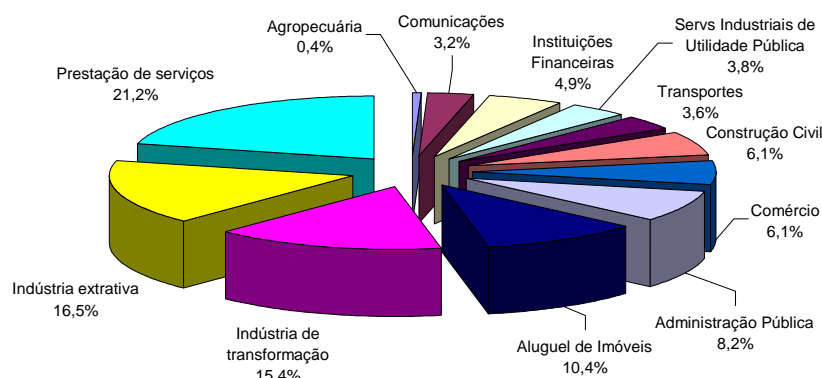


Evolução do PIB por setor de 1998 a 2003

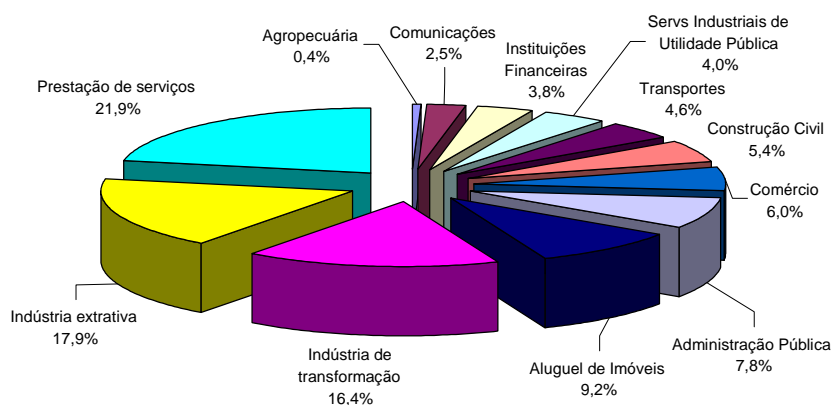


As participações dos setores na formação do PIB estadual apresentaram algumas mudanças de 2002 para 2003, com crescimento relativo da produção de serviços industriais de utilidade pública, transporte, indústria extrativa e de transformação, bem como de prestação de serviços. Houve redução relativa de comunicações, instituições financeiras, construção civil, comércio, administração pública e aluguéis. O setor agropecuário manteve participação relativa equivalente nos dois anos, como demonstram as figuras a seguir:

Participação dos setores no PIB de 2002



Participação dos setores no PIB de 2003



A capital do Estado, com PIB a preços básicos de R\$ 99,0 bilhões em 2003, liderou em todos os setores da economia estadual naquele ano, com exceção da agropecuária.

Na agropecuária, destacam-se, pela ordem: Campos dos Goytacazes, Barra do Piraí, Teresópolis, Trajano de Moraes, Sumidouro e Nova Friburgo.

Quanto à extração de outros minerais, Rio de Janeiro, São Francisco de Itabapoana, e Itaguaí lideram a produção estadual, seguidos de Cantagalo, Seropédica e São Gonçalo.

A indústria de transformação é mais presente na capital, em Duque de Caxias e Volta Redonda. Juntos, representam 73% do PIB do setor. Resende, Porto Real, Barra Mansa, São Gonçalo, Macaé, Belford Roxo, Petrópolis, Niterói e Nova Iguaçu são outros municípios que têm representatividade na indústria de transformação.

O comércio atacadista é mais forte em Duque de Caxias, seguido de Itaguaí, Macaé, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Porto Real e Campos dos Goytacazes. Já o comércio varejista tem Niterói à frente de Duque de Caxias, seguidos por Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis, Macaé e Campos.

MANGARATIBA

A construção civil tem em São Gonçalo e Nova Iguaçu seus mais fortes produtores, seguidos de Mesquita, Duque de Caxias, São João de Meriti, Niterói e Petrópolis.

Nos serviços industriais de utilidade pública, os geradores de energia Angra dos Reis, Macaé e Piraí, juntamente com Niterói, estão bem distanciados de São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Nos transportes, Duque de Caxias retoma a liderança, seguido por Niterói, Volta Redonda, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Macaé e Itaguaí.

As comunicações apresentam destaque para Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis, Campos dos Goytacazes, São João de Meriti e Macaé.

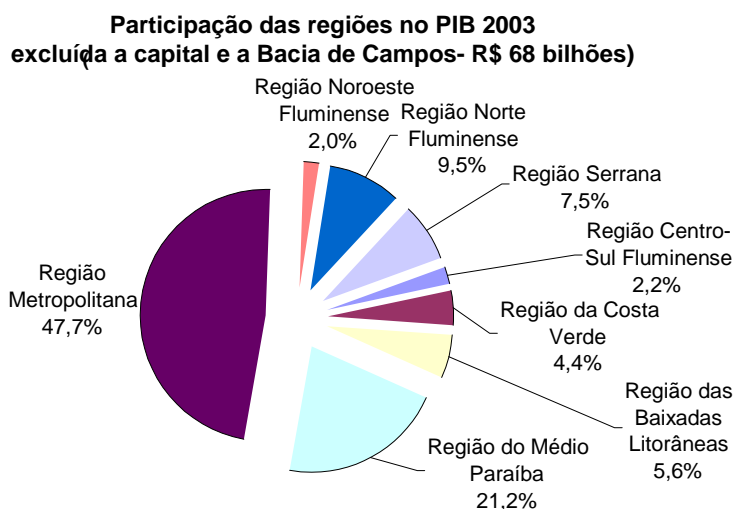
Quase noventa por cento das instituições financeiras concentram sua produção na capital, seguida por Niterói, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Volta Redonda, São Gonçalo, Macaé e Petrópolis.

Os aluguéis tem maior produção em São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, seguidos de Niterói, Belford Roxo, São João de Meriti e Campos dos Goytacazes.

Os serviços têm em Macaé, Niterói e Duque de Caxias seus primeiros colocados, seguidos por Volta Redonda, Petrópolis e Campos dos Goytacazes.

A administração pública é mais forte em Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo, Volta Redonda, Petrópolis, Angra dos Reis e São Pedro da Aldeia.

Para uma melhor visualização da participação das regiões na economia estadual, depuramos no gráfico a seguir as participações da capital e da Bacia de Campos, reduzindo-se o PIB para aquilo que foi produzido apenas nos demais municípios, ou seja, 33,4% dos R\$ 203 bilhões.



Dos 17 municípios com PIB a preços básicos acima de R\$ 1 bilhão em 2003, sete pertencem à Região Metropolitana (capital, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Belford Roxo e São João de Meriti), dois à Região Norte (Macaé e Campos), outros dois representam a Região Serrana (Petrópolis e Nova Friburgo), a Região do Médio Paraíba traz quatro municípios (Volta Redonda, Resende, Barra Mansa e Porto Real), e a Região da Costa Verde apresenta dois (Angra dos Reis e Itaguaí).

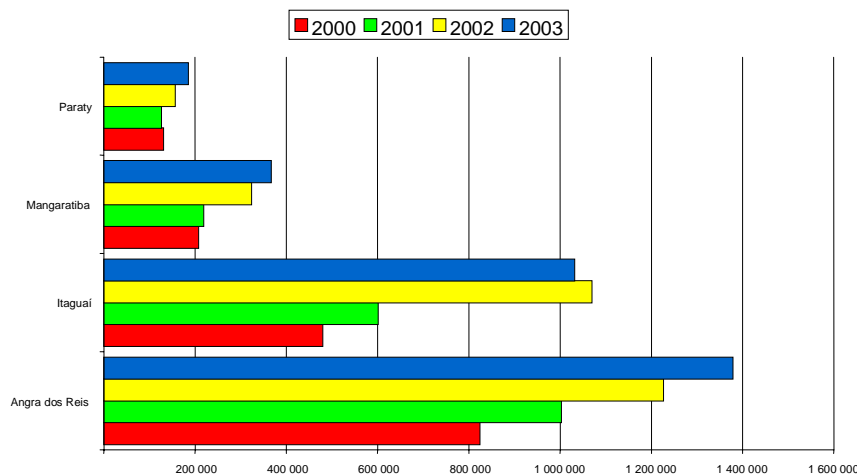
Naquele mesmo ano, 11 municípios tiveram PIB entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão, sendo cinco da Região Metropolitana (Mesquita, Magé, Itaboraí, Nilópolis e Queimados); Teresópolis representa a Região Serrana; Itatiaia, Barra do Piraí e Piraí, o Médio Paraíba; Cabo Frio, a Região das Baixadas Litorâneas; e Três Rios, a Região Centro-Sul Fluminense.

Entre R\$ 200 e R\$ 500 milhões de PIB, encontravam-se 13 municípios: Seropédica, da Região Metropolitana; Cantagalo da Região Serrana; Valença do Médio Paraíba; Itaperuna da Região Noroeste; Araruama, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Maricá, São Pedro da Aldeia, Rio das Ostras e Saquarema da Região das Baixadas Litorâneas; e Mangaratiba da Região da Costa Verde.

Entre R\$ 100 e R\$ 200 milhões haviam 18 municípios e outros 33 produziram menos de R\$ 100 milhões.

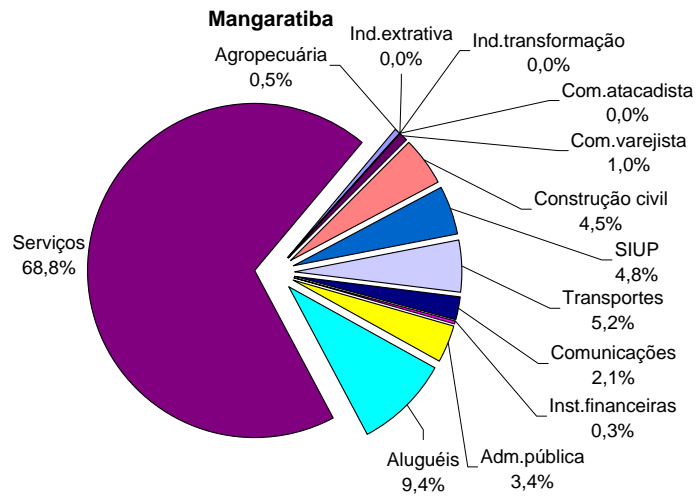
No gráfico que segue, pode-se verificar os desempenhos dos municípios da região, entre 2000 e 2003.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

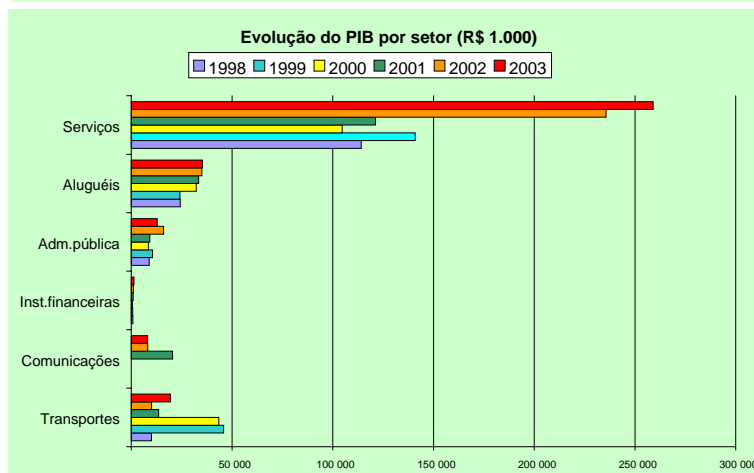
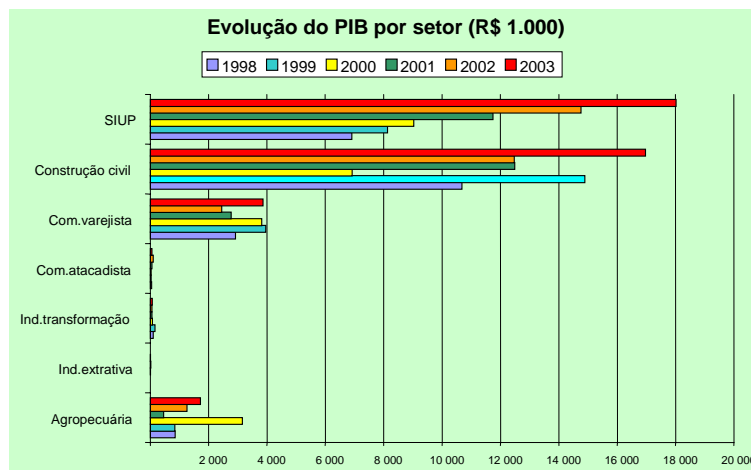


A composição do PIB do município, em 2003, corresponde ao gráfico a seguir:

MANGARATIBA



Já a produção dos setores apresentou os seguintes desempenhos no período 1998-2003 (valores em mil reais) ²⁷:



27 - Em 1998, 1999 e 2000, o setor Transportes engloba Comunicações. Em 1998 e 1999, o setor Indústria de transformação engloba Indústria extrativa. Dados setoriais sem imputação de intermediação financeira.

A tabela a seguir apresenta a produção por setor econômico em Mangaratiba no ano 2003 e sua posição em relação aos demais 92 municípios do Estado.

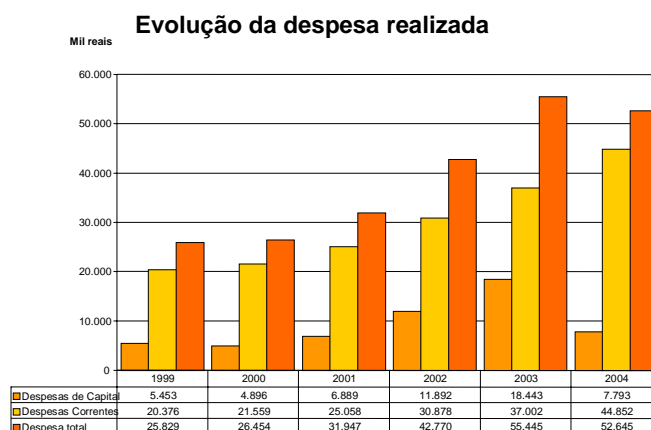
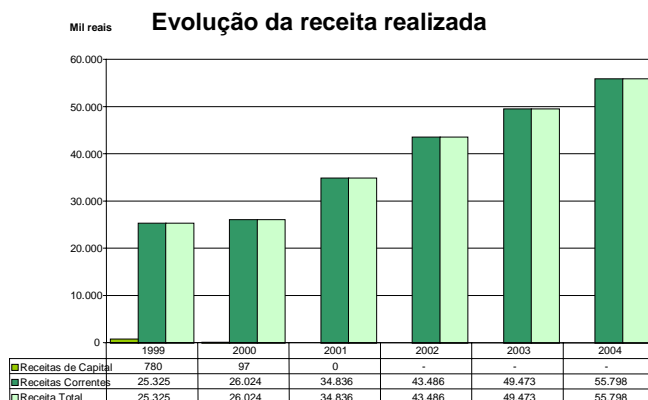
Setor	Produção (mil reais)	Ranking 2003
Agropecuária	1.715	72 ^o
Extração mineral	-	81 ^o
Indústria de transformação	64	92 ^o
Comércio atacadista	50	74 ^o
Comércio varejista	3.859	54 ^o
Construção civil	16.956	43 ^o
Serviços industriais de utilidade pública	18.010	36 ^o
Transportes	19.459	30 ^o
Comunicações	8.061	34 ^o
Instituições financeiras	1.315	65 ^o
Administração pública	12.865	43 ^o
Aluguéis	35.343	49 ^o
Prestação de serviços	259.010	13 ^o
Total dos setores	376.706	
Imputação de intermediação financeira	(10.606)	
PIB a preços básicos	366.100	33 ^o

MANGARATIBA

V - INDICADORES FINANCEIROS ²⁸

O presente capítulo atém-se tão-somente à análise do desempenho econômico-financeiro da administração direta do município, com base em números fornecidos pelo próprio, seja diretamente, seja na prestação de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

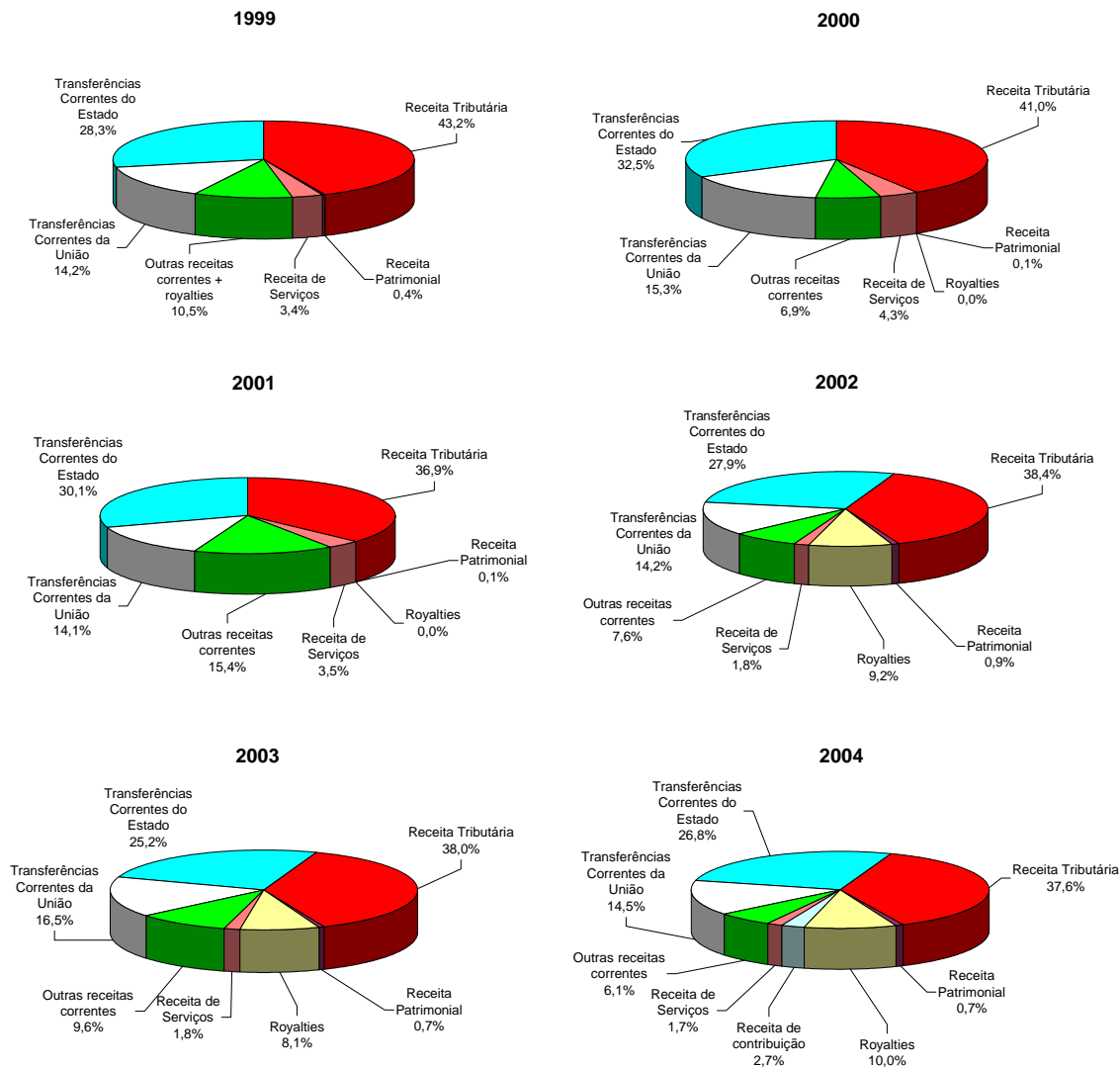
A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 1999 a 2004 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.



A receita realizada aumentou 120%, enquanto que a despesa cresceu 104% entre 1999 e 2004.

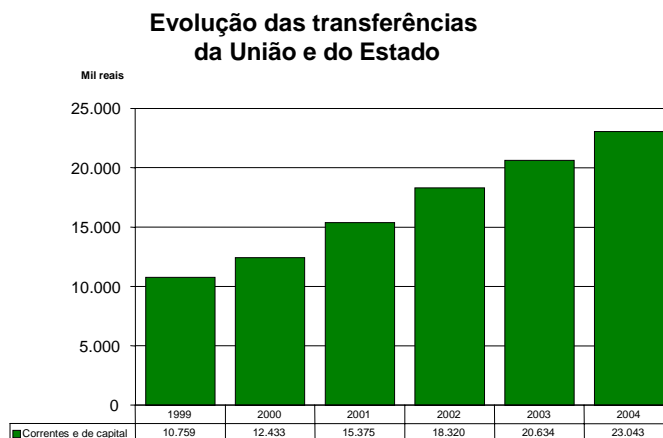
Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de 1999 a 2004:

28 - Fontes: Prestações de Contas 1999 a 2003 – dados revisados em relação à edição anterior; Informe da Prefeitura 2004- Ofício nº 187/2005 de 31/05/05; Anuários CIDE 1999 a 2004; Fundação CIDE: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 1999 a 2004.



Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 37% do total no ano 2004.

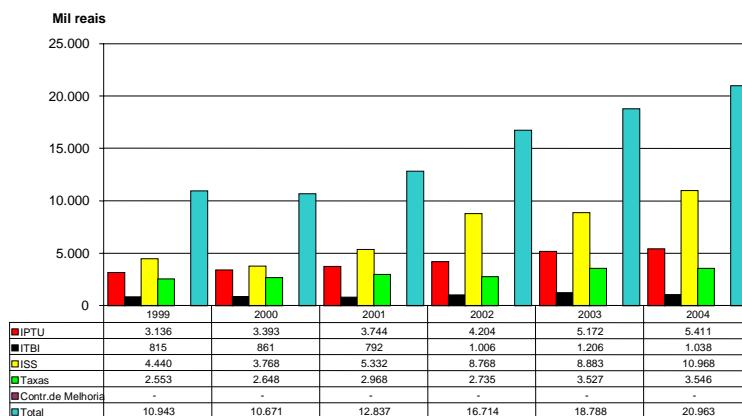
O montante transferido pela União e pelo Estado ao município observou a seguinte evolução:



MANGARATIBA

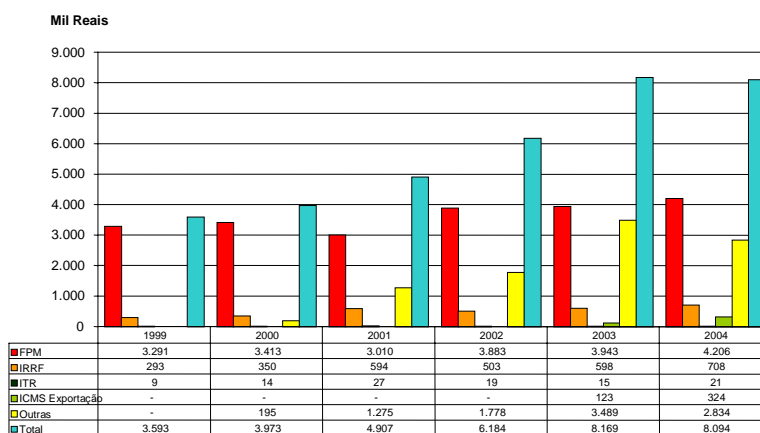
Na análise da evolução das transferências totais da União e do Estado para o município, verificamos um aumento de 114% entre 1999 e 2004, enquanto que a receita tributária teve um crescimento de 92% no mesmo período.

Evolução e Composição das Receitas Tributárias



De acordo com o gráfico acima, o município apresentou uma evolução na receita tributária beneficiada pelo aumento de 73% na arrecadação de IPTU. Também houve acréscimo de 27% na receita de ITBI, 147% de aumento no ISS e de 39% nas taxas.

Evolução e Composição das Transferências da União



As transferências correntes da União²⁹ cresceram 125% no período, com aumento de 28% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências.

29 - A partir de 2002, a receita de Imposto de Renda retido na fonte – IRRF, passou a ser contabilizada como receita tributária do município. Para preservar a série, no entanto, o IRRF segue alocado como Transferência Corrente da União.

Evolução e Composição das Transferências do Estado



A evolução das transferências correntes do Estado foi de 109% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 76% no repasse do ICMS e o expressivo crescimento de 122% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

Com o objetivo de complementar a análise dos demonstrativos objeto do presente trabalho, vamos apresentar algumas informações através dos indicadores a seguir, que serão úteis para interpretação das finanças públicas do Município, bem como da capacidade de pagamento da municipalidade.

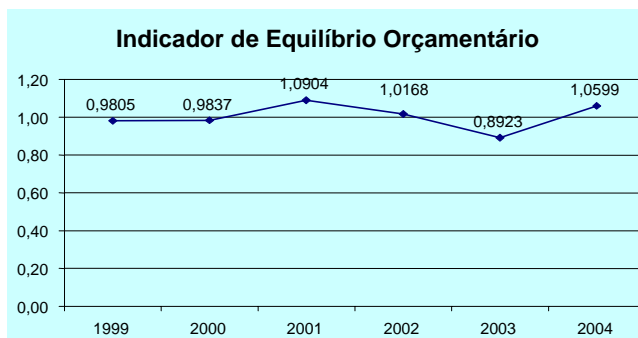
1) Indicador de equilíbrio orçamentário em 2004:

$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ } 55.798.291}{\text{R\$ } 52.644.630} = 1,0599$$

Este quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 105,99 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando superávit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando equilíbrio e desequilíbrio orçamentário nesses seis anos em análise.



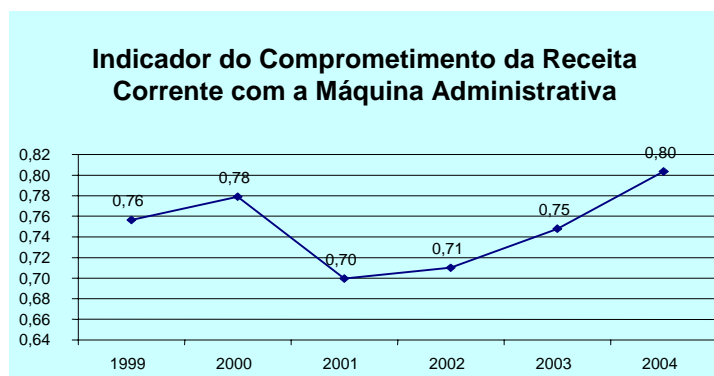
MANGARATIBA

2) Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2004:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ 44.847.777}}{\text{R\$ 55.798.291}} = 0,80$$

Este indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 80% são comprometidos com despesas de custeio. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 1999.



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 134% entre 1999 e 2004, enquanto que as receitas correntes cresceram 120% no mesmo período.

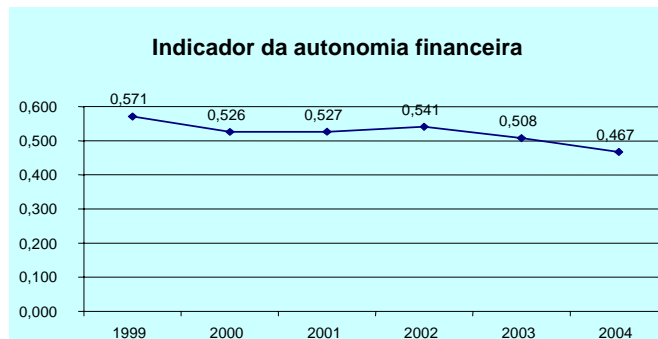
É importante salientar que, na composição das despesas correntes, as transferências correntes vinham apresentando forte crescimento entre 1999 e 2001, quando não mais puderam ser contabilizadas transferências intragovernamentais para entidades da administração indireta municipal, mais conhecidas como transferências operacionais. O resultado se reflete no aumento expressivo do indicador, uma vez que, a partir de 2002, tais transferências passaram a ser expressas como despesas de custeio.

3) Indicador da autonomia financeira em 2004:

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$ 20.962.740}}{\text{R\$ 44.847.777}} = 0,467$$

Este indicador mede a contribuição da receita tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como pode-se constatar, o município apresentou uma autonomia de 46% , no exercício de 2004. A evolução deste indicador está demonstrada no gráfico a seguir.



Houve redução da autonomia municipal, uma vez que a Receita Tributária cresceu 92% no período, contra 134% de aumento das despesas de custeio.

Conclui-se que houve queda na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que não o torna menos dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

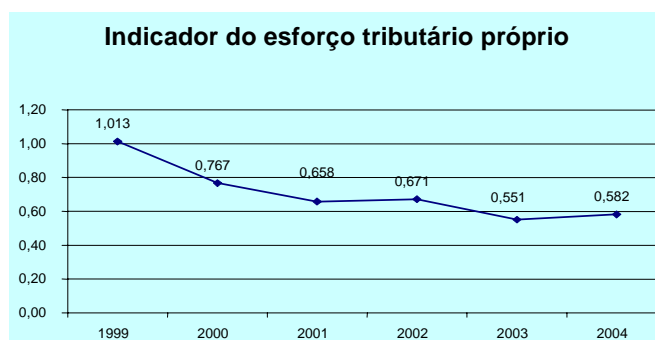
4) Indicador do esforço tributário próprio em 2004:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{inscrição na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

$$\frac{\text{R\$ } 20.962.740 + 11.514.245}{\text{R\$ } 55.798.291} = 0,582$$

Este indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 58% da receita total, enquanto, nos anos anteriores, sua performance está demonstrada no gráfico a seguir.



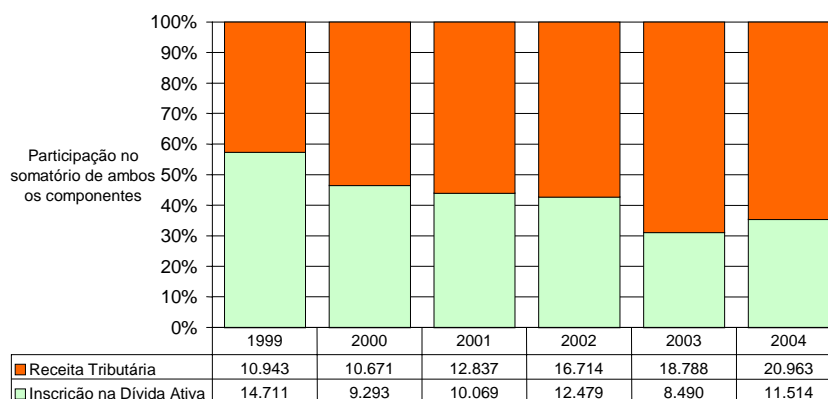
MANGARATIBA

Conclui-se que houve redução de 43% neste indicador nos últimos seis anos, apesar, dos expressivos volumes inscritos na dívida ativa

Não resta dúvida que a maior parte da capacidade de investimento do Município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, Federal e Estadual, em função das transferências de recursos.

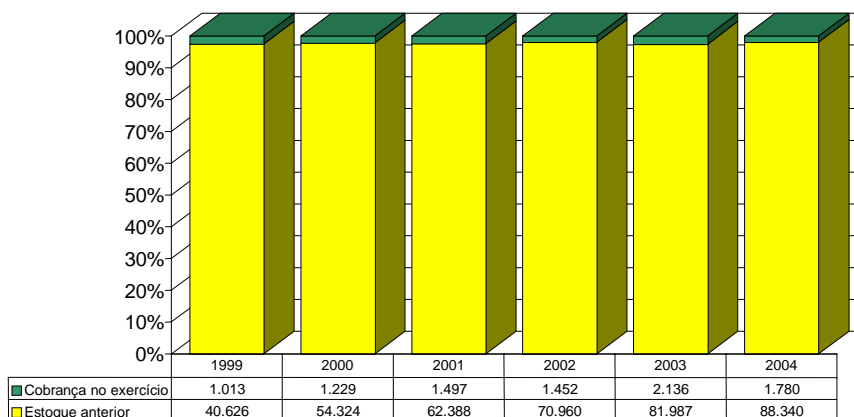
Há de se ressaltar, também, dentro de nossa análise, quanto aos valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios³⁰. Dentro dos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

Comparativo entre receita tributária e inscrição na dívida ativa



O gráfico abaixo apresenta a performance da cobrança da dívida ativa sobre o estoque pré-existente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa



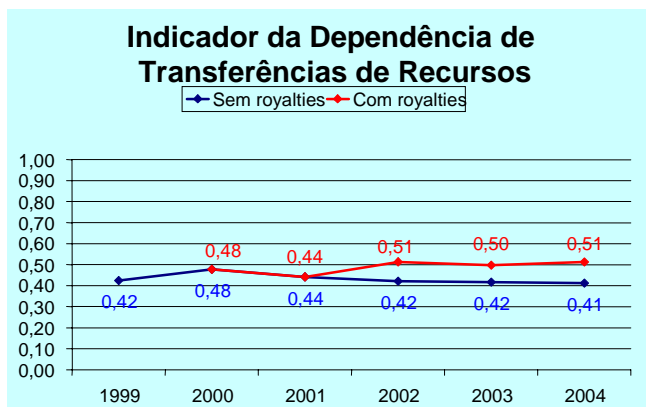
30 - Gráficos seguintes com valores em milhares de reais.

Cabe salientar que não houve cancelamento da dívida ativa no período.

5) Indicador da dependência de transferências de recursos em 2004:

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ 23.042.612}}{\text{R\$ 55.798.291}} = 0,41$$

Verifica-se que a receita de transferências representa 41% do total da receita do município. O gráfico a seguir apresenta os valores deste indicador para os anos anteriores, demonstrando uma aparente constância da dependência do repasse de outros entes da federação.



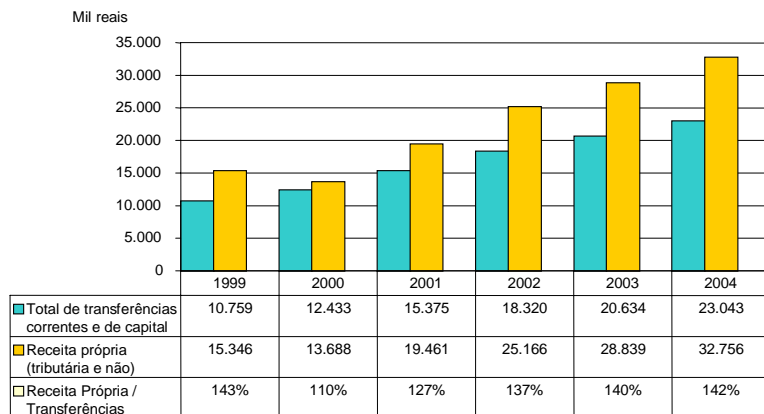
Caso somássemos as receitas de royalties ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2004, subiria para 51%.

$$\frac{\text{transferências correntes, de capital e royalties}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ 28.608.131}}{\text{R\$ 55.798.291}} = 0,51$$

Este indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira do Município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de royalties que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 3,9 milhões em 2002, R\$ 4 milhões em 2003 e R\$ 5,5 milhões em 2004.

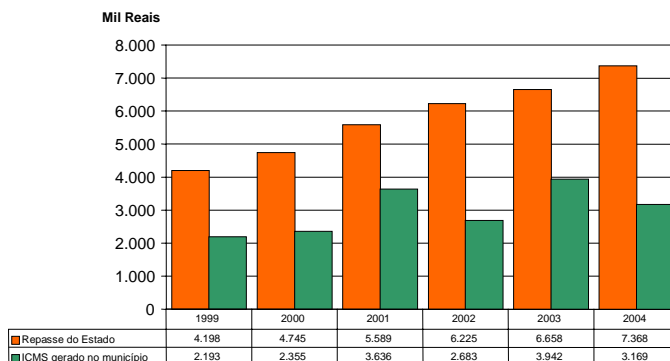
MANGARATIBA

Comparativo entre transferências de outros entes e receita própria



Já com relação ao ICMS, arrecadado pelo Governo do Estado, verifica-se no gráfico a seguir o valor arrecadado no município contra o repasse feito pelo Estado (excluída a parcela do FUNDEF), entre 1999 e 2004.

Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído



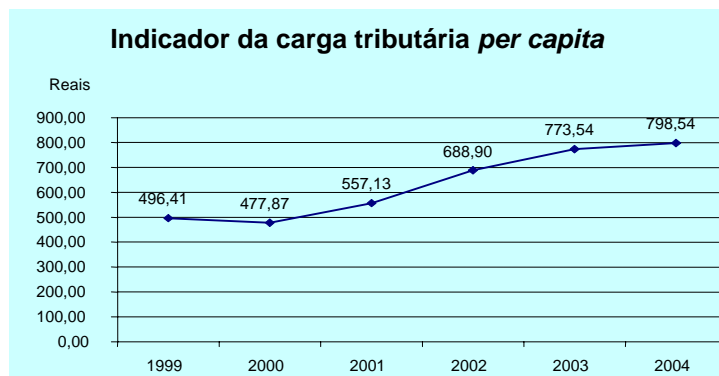
6) Indicador da carga tributária *per capita* em 2004:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}} =$$

$$\frac{R\$ 20.962.740 + 1.779.539}{28.480} = R\$ 798,54/\text{habitante}$$

Este indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Verifica-se que, ao longo do exercício de 2004, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 798 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 61% no período.

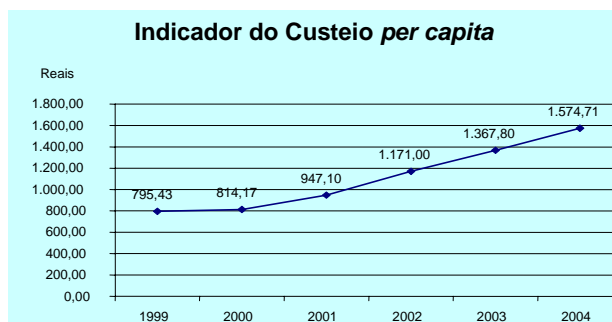


7) Indicador do custeio *per capita* em 2004:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ 44.847.777}}{28.480} = \text{R\$ 1.574,71/hab}$$

Este indicador objetiva demonstrar, em tese, o “quantum” com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos contribuir com 1.574 reais em 2004. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 98% no período de 1999 a 2004.



Como já citado no indicador nº 2, os dados acima não levam em consideração as transferências operacionais (intragovernamentais) para a administração indireta até o ano 2001.

8) Indicador dos investimentos *per capita* em 2004:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ 7.496.204}}{28.480} = \text{R\$ 263,21/hab}$$

MANGARATIBA

Este indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Verifica-se que cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos no exercício de 2004, o equivalente a 263 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento per capita dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 798 (Indicador nº 6 – carga tributária per capita), a quantia de R\$ 263 representaria praticamente que mais que um terço dos tributos pagos pelos cidadãos a eles retornou como investimentos públicos.



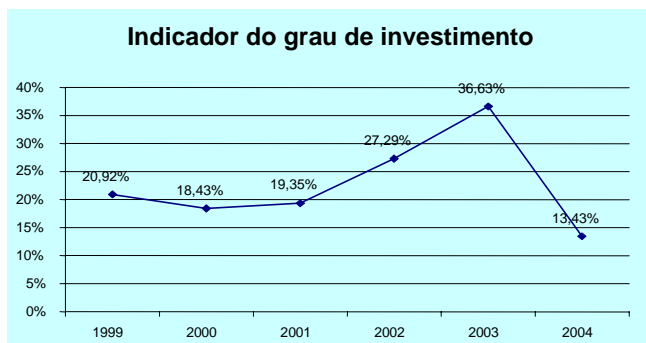
9) Indicador do grau de investimento em 2004:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$ } 7.496.204}{\text{R\$ } 55.798.291} = 0,1343$$

Este indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 13% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (*Indicador nº 2 - comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa*) já compromete-se 80% das receitas correntes.

Esse quociente vem se mantendo em níveis bons, evidenciando uma parcela considerável dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.



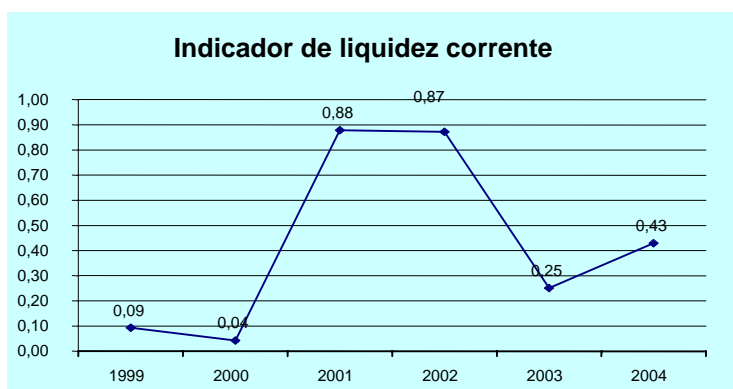
10) Indicador da liquidez corrente em 2004:

$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ 881.438}}{\text{R\$ 2.054.882}} = 0,43$$

Este quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas desfavoráveis à solvência imediata dos compromissos a curto prazo assumidos pela Prefeitura, dificultando, ou até mesmo impossibilitando, a assunção de novos compromissos.

O gráfico a seguir aponta a situação de liquidez do município nos últimos seis anos.



MANGARATIBA

VI - CONCLUSÃO

O município de Mangaratiba tem uma área total de 361,8 km², correspondentes a 0,8% do Estado do Rio de Janeiro. Entre 1994 e 2001, houve redução de formações florestais e pioneiras, respectivamente para 64% e 7% do território municipal, contra crescimento de vegetação secundária para 16%. Diminuiu a área de campo/pastagem para 8%. Houve aumento de área urbana, de 2 para 3%, assim como de área degradada, de 0,5 para 1,9%. De acordo com estudos realizados para recomposição da biodiversidade, seria necessário implantar 0,1 hectares de corredores ecológicos no território municipal.

A densidade demográfica de seus 28.480 habitantes em 2004 é de 79 pessoas por km², a 53ª maior do Estado. De acordo com o Censo 2000, a taxa de urbanização alcança 79,8% de sua população, distribuídas em 19.812 domicílios, dos quais 64,5% têm acesso à rede geral de abastecimento de água, 14,9% estão ligados à rede geral de esgoto sanitário, e 88,6% têm coleta regular de lixo.

Quanto mais próximo de 1 for o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior o nível de desenvolvimento humano apurado. Mangaratiba apresentou índice 0,790 em 2000. Nesse mesmo ano, a taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais chegou a 92,3%.

Quanto à educação, Mangaratiba teve 9.702 alunos matriculados em 2004, uma variação de 7,4% em relação ao ano anterior.

O município tem 4 creches, com 116 crianças. São 31 pré-escolas, com 1.613 estudantes. Um total de 29 estabelecimentos se dedicam ao ensino fundamental, com 6.474 alunos matriculados, 8% nas 2 escolas estaduais e 90% nos 25 estabelecimentos da rede municipal. A distorção série-idade alcançou um total de 41,7% dos alunos. Enquanto a média de aprovação no Estado alcançou 72,4% de todos os estudantes da rede estadual em 2003, em Mangaratiba este indicador alcançou 67,9%, com 23,9% de reprovação e 8,2% de abandono. Já nas redes municipais, 81,5% foram aprovados no Estado, enquanto a rede municipal local atingiu 73,7%, tendo havido 19,1% de reprovados e 7,2% abandonaram a escola.

Os 4 estabelecimentos de ensino médio tiveram 1.499 matrículas, sendo 76% na rede estadual. A distorção série-idade alcançou 74,7% dos alunos da primeira série em 2004. A média de aprovação no Estado atingiu 74,7% dos estudantes em 2003, contra 72,9% em Mangaratiba.

O PIB de 2003 alcançou R\$ 373 milhões, 33ª posição entre os 92 municípios fluminenses, com uma variação de 1,37% em relação ao ano anterior. O PIB per capita foi de R\$ 13.593,00. Se considerarmos a média do PIB per capita do Estado como índice 100,00, o de Mangaratiba ficou em 92,36.

O Produto Interno Bruto do município teve as seguintes contribuições, por setor da economia:

Agropecuária	0%	Extração mineral	0%
Indústria de transformação	0%	Comércio atacadista	0%
Comércio varejista	1%	Construção civil	5%
Serviços inds. utilidade pública	5%	Transportes	5%
Comunicações	2%	Instituições financeiras	0%
Administração pública	3%	Aluguéis	9%
Prestação de serviços	69%		

Nota: O critério de arredondamento pode não somar 100%.

O período de seis anos abrangido no presente estudo permite que se avalie mais de um mandato do executivo municipal. No caso desta edição de 2005, vislumbram-se indicadores do último administrador inteiro (2001-2004) e dois anos de seu antecessor (1999-2000). As finanças dos municípios do Estado apontam que 44 deles gastaram mais do que receberam e que 49 não apresentaram liquidez corrente de sua administração direta.

Mangaratiba teve uma receita total de R\$ 55.798.290,56 em 2004, ou 1,0599 vezes a sua despesa total, apresentando equilíbrio orçamentário. Suas receitas correntes estão comprometidas em 80% com o custeio da máquina administrativa. Sua autonomia financeira é de 46,7% e seu esforço tributário alcançou 58,2% da receita total. A dependência de transferências da União, do Estado e dos *royalties* atingiu 51%.

A carga tributária per capita de R\$798,54 é a 1ª do Estado, sendo R\$189,99 em IPTU (3ª posição) e R\$385,10 em ISS (2º lugar).

Por sua vez, o custeio per capita de R\$1.574,71 é o 13º do Estado, contra um investimento per capita de R\$263,21, posição de número 15 dentre os demais municípios. Esse investimento representou 13,4% da receita total. Tal quadro resultou numa liquidez corrente de 0,429.

Ao finalizarmos o presente trabalho, é importante enfatizar que as questões mais relevantes da administração pública não se esgotam nos temas abordados e nas análises apresentadas. É necessário que as áreas fins e de planejamento fomentem ainda mais a formação de bancos de dados representativos sobre os inúmeros aspectos socioeconômicos e ambientais do Rio de Janeiro.

Não seria suficiente apenas um aumento de oferta de informação. Fazem-se necessários o compartilhamento da mesma nos âmbitos federal, estadual e municipal, a discussão conjunta das alternativas possíveis para o enfrentamento dos desafios que surgem a cada dia, e a formação de parcerias entre os diversos níveis de governo, interagindo em benefício da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Izaías da Costa. Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória, Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

AFONSO, José Roberto Rodrigues; Araújo, Érika Amorim. A Capacidade de Gasto dos Municípios Brasileiros: Arrecadação Própria e Receita Disponível, Junho 2001 (mimeo).

ALENCAR, Marco Antônio Barbosa de. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2002, TCE/RJ, 2003.

ARAÚJO, Érika; OLIVEIRA, Paulo André de. Receita Municipal: A Importância das Transferências do FPM e do SUS, Rio de Janeiro: BNDES, Junho 2001 (INFORME-SE, 28).

_____; e SILVEIRA, Ricardo Figueiró. Carga Tributária Global: Estimativa para 2001, Rio de Janeiro: BNDES, Maio 2002 (INFORME-SE, 40).

BAIN, K. ; HICKS, N. Building Social Capital and Reaching out to Excluded Groups: The Challenge of Partnerships, World Bank, 1998.

BRASIL. Saúde Brasil 2004. Ministério da Saúde, Brasília, 2004.

BRITO, Jorge. Arranjos Produtivos Locais: Perfil das Concentrações Econômicas no Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.

CAMPAGNONE, Marcos Camargo. Gerente Municipal: Um Profissional da Gestão Local, in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. A Educação para o Século XXI: O Desafio da Qualidade e da Eqüidade, PREAL, 1999.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. Toward a European of solidarity, intensifying the fight against social exclusion and fostering integration, Bruxelas, 1993.

COSTA FILHO, L.M. da; LOPES PORTO, L.F; MURTA, M.M.; NAZARETH, P.A. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Dezembro/99, TCE/RJ, 1999.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 1959.

Estatística de Saúde: Assistência Médico – Sanitária, 2002. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 2002.

ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro, FIDERJ, Rio de Janeiro, 1978.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS do ESTADO do RIO DE JANEIRO – FIRJAN, Agenda Brasil 2002 – Temas Prioritários, Rio de Janeiro, 2002.

FOGAÇA, Azuete. Educação, Qualificação e Pobreza. in: Bonemy, H.(org.). Ensino Básico na América Latina: experiências, reformas, caminhos. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

FÓRUM SÃO PAULO - Século XXI – Cadernos de Educação. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, (SEADE), 1999.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: CIDE, 1987.

_____. Índice de Qualidade dos Municípios – Verde, Rio de Janeiro, CIDE, 2000.

_____. Índice de Qualidade dos Municípios - Verde II, Rio de Janeiro, CIDE, 2003.

_____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 1, 2000, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2000.

_____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 2, 2001, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2001.

_____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 3, 2003, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2003.

_____. SEMINÁRIO FLUMINENSE DE INDICADORES, 4, 2004, Rio de Janeiro, Caderno de Textos, CIDE, 2004.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. A Reorganização do Processo de Planejamento do Governo Federal: O PPA 2000 - 2003, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Maio, 2000 (Texto para Discussão n.º 726).

_____. Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Janeiro, 2001 (Texto para Discussão n.º 776).

INFORMATIVO CEPAM. Conselhos Municipais das Áreas Sociais, 2 ED. VER.

IBGE. Censo Demográfico – 2000 – Características da População e dos Domicílios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Primeiros resultados da amostra parte 1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Rio de Janeiro, 2000.

_____. Primeiros Resultados da Amostra, parte 2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Síntese de Indicadores Sociais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

MANGARATIBA

_____. Pesquisa de Orçamentos Familiares. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

MOISÉS, Hélvio Nicolau. Município-Rede: Planejamento, Desenvolvimento Político e Sustentabilidade; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.

MURTA, Marcelo Martinelli. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Fevereiro/2001, TCE/RJ, 2001.

NADER, José Leite. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 1999, TCE/RJ, 2000.

_____. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2000, TCE/RJ, 2001.

NAZARETH, P.A.; LOPES PORTO, L.F.. As Finanças dos Municípios Brasileiros: O Caso do Rio de Janeiro, TCE/RJ, Janeiro 2002.

_____. Finanças Públicas do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro – Janeiro/99, TCE/RJ, 1999.

NOLASCO, José Maurício de Lima. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2001, TCE/RJ, 2002.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Educação e Desigualdade Agenda XXI, São Paulo, 1999.

PACHECO, Regina Silvia. Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros; in O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.

Pesquisa Nacional de Saneamento Básico: 2000 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 2002.

PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS 1999. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E COMPETITIVIDADE DAS REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ, Abril/Maio – 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL, Prestações de Contas dos Exercícios de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004. Prefeitura.

QUINTELLA, Sérgio F. Relatório das Contas de Gestão do Governo - Exercício 2003, TCE/RJ, 2004.

REIS, E.; SCHWARTZMAN, S. Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos. Versão Preliminar, World Bank, 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Diretrizes para o Desenvolvimento da Região Noroeste Fluminense, Rio de Janeiro, Maio 2002.

SOUZA, Aluisio Gama de. Relatório das Contas de Gestão do Governador, Exercício 2004, TCE/RJ, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de Avaliação de Programa - Programa Bolsa-Família. TCU, Brasília, 2004.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de Avaliação de Programa - Programa Fome Zero. TCU, Brasília, 2004.